



CANDIDATURA MUNICÍPIO DE
CASCAVEL/PR - BRASIL

INOVA JUNTOS
Cooperação Urbana Triangular para
Inovação e Sustentabilidade



ANEXO 1

CLUSTER TEMÁTICO: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E INOVAÇÃO DESCRIÇÃO DETALHADA DA CANDIDATURA

O Município de Cascavel/Pr vislumbra na participação deste Projeto a oportunidade de fomentar ainda mais em nossa cidade a inovação nas políticas públicas.

Ao parabenizar a iniciativa da Confederação Nacional dos Municípios - **CNM** e Centro de Estudos Sociais de Universidade de Coimbra - **CES** reconhecemos a oportunidade ímpar de demonstrar as ações da administração pública dos últimos anos, que promoveu ascensão extraordinária nos indicadores da Boa Governança, além de implantar nos serviços públicos municipais, um alinhamento total aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

Ao eleger o presente Cluster temático, elegemos também dentre as iniciativas implementadas, o Programa Compras Públicas Unificadas, que será detalhado a seguir, desde a sua implantação até os resultados obtidos:

C1.1 - COMPRAS PÚBLICAS UNIFICADAS - Implementação do Almoxarifado Virtual - Município de Cascavel - Estado do Paraná

Breve descrição: Uma gestão moderna e responsável, passa, necessariamente, por uma mudança de mentalidade também nas compras que a Prefeitura faz para a manutenção de serviços que são prestados à população. E assim tem sido em Cascavel desde junho de 2017, quando um novo sistema de Compras Unificadas foi implantado. Os resultados, em menos de um ano, além da economia em escala que chega a 48% nos certames, é a garantia da compra padronizada dentro do Município, com Planejamento e controle como medida de também evitar o desperdício de recursos públicos.

Objetivos: Economicidade; Eficiência; Celeridade; Impessoalidade; Transparência; Moralidade; Modernização administrativa; Eficácia no Planejamento das Compras Públicas; Ampla Concorrência nos certames.

Implantação: Junho 2017.

Principal Objetivo: A iniciativa tem como objetivo principal trazer Economicidade, Eficiência, Eficácia, Celeridade e Ampla Concorrência às compras públicas.

Principais Resultados/Benefícios:

Benefícios

- 1 – Otimização de pessoas;
 - 2 – Troca de conhecimento entre as secretarias;
 - 3 – Abertura de cotas para microempresa;
 - 4 – Padronização de itens e documentos;
 - 5 – Economicidade.
- Somente em 2017 foi possível realizar 23 processos licitatórios conjuntos. Com um valor total inicial de requisições que chegou a um montante de R\$ 36.039.795,75, os certames obtiveram um desconto total de 48%, finalizando em R\$ 18.652.458,31;
 - Exemplificando, um pregão para a compra de material de limpeza, com valor inicial em R\$ 7.271.696,98 foi finalizado com um desconto de 60%, chegando a R\$ 2.895.106,08 para um registro de preços por um período de 12 meses.
 - Outro comparativo pode ser feito com a compra de material de expediente, cujo valor da licitação caiu de R\$ 2.526.695,58 para R\$ 1.471.580,31 após o desconto de 42% obtido durante o Pregão;
 - Outro benefício se vislumbra na maneira moderna, eficiente e eficaz de planejar a administração pública, pois exige de cada secretaria uma programação do que vai necessitar e gastar em cada período.

O Objetivo do Desenvolvimento Sustentável (ODS) que a boa prática atende, é o 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes.

Histórico : No município de Cascavel, até o ano de 2017, as compras eram realizadas de forma separada pelas secretarias, com esse novo modelo a preocupação era além de atender os princípios básicos da administração pública que são eles impessoalidade, transparência, eficiência, moralidade e principalmente a Economicidade com a centralização das compras.

Como base para início dos trabalhos, foi utilizado um arquivo da Divisão de Licitação onde eles, lançavam as informações das requisições de compras que continha número, objeto, quantitativo e valor.

A primeira etapa foi levantar os mesmos objetos, comprados por diversas secretarias com descritivo diferentes para aquisição do mesmo item, como por exemplo a resma de papel A4, era possível encontrar vários descritivos para o mesmo produto.

Como a Divisão tem um número reduzido de servidores, após o levantamento foram elencados os processos para unificação.



Na segunda etapa, foi feita realização de reunião com as secretarias e apresentação da nova proposta , buscando a padronização desses itens que a Divisão do Compras Unificadas iria comprar.

Ressaltamos que foi necessário que a Divisão tivesse um posicionamento, pois quando o processo envolve mudanças, geralmente traz desconforto para as pessoas envolvidas no processo.

Na terceira etapa, realizamos a elaboração de Termos de Referência que suprissem a demanda de todos os órgãos, devido que as especificidades de cada secretaria, pois envolve às áreas de saúde, educação, esportes, meio ambiente, assistência e outras que são responsáveis pela fiscalização dos contratos.

Na quarta etapa do processo fazemos o levantamento de orçamentos para composição de planilha de custos dos itens que é encaminhada as secretarias, onde elas fazem o planejamento de quantitativo para o período de doze meses, observando a particularidade de cada área.

Com essas informações a Divisão faz a compilação dos dados fornecidos pela secretaria quantitativo enviado e requisição de compras com a demanda de cada órgão, juntando assim o quantitativo.

Esta iniciativa reflete uma maneira moderna, eficiente e eficaz de planejar a administração pública, pois exige de cada secretaria uma programação do que vai necessitar e gastar em cada período.

Desde de 2019, os trabalhos são pautados em um calendário de licitações, ou seja, tanto as secretarias como as empresas sabem quais os produtos que o Município comprará em determinado mês. Com isso evita-se o desabastecimento, padroniza-se ainda mais a qualidade dos produtos adquiridos e obtém-se ainda mais economia em escala.

Inovação e políticas de desburocratização, simplificação e racionalização implementadas.

Como inovação o processo tem sido mais eficiente, pois com a unificação dos quantitativos, temos o processo evidentemente simplificado e predominantemente desburocratizado, a partir das seguintes evidencias

Redução

- 1 – Pessoas elaborando requisição de compras, editais, homologações e contratos.
- 2 – Pareceres Jurídicos;
- 3 – Tempo para realização de licitações;
- 4 – Material de expediente;
- 5 – Publicações;
- 6 - Abertura de licitações.

Metodologia de Monitoramento e Avaliação

Com a reforma Administrativa , a Divisão de Compra Unificadas e instituída no município e o os fluxos internos organizacionais asseguram que este órgão tenha controle total do Processo de Compras de Itens comum a todas as secretarias.



Monitorado através das Atas resultantes destes processos , a utilização além de ser eficiente ferramenta para compras de reposição.

Dado a cultura implantada de Economicidade e Transparência na administração Pública Municipal , periodicamente é solicitada relatórios com demonstrações de dados para acompanhamento.

Capacidade de Adaptabilidade e Replicabilidade e assegurada nessa Prática , pela demonstrada consolidação do Programa no Município e a tendência de implementação e inovação que o mesmo promove.

Recentemente estudos técnicos foram realizados para Implantação do Almoxarifado Virtual , baseado em um Projeto Implantado Pelo Governo Federal. Atualmente encontra-se em fase de implantação e passará por rigorosa avaliação da sustentabilidade do projeto, para que se demonstrem resultados similares aos obtidos como Compras Unificadas , o mesmo seja incorporado em definitivo no Município de Cascavel (Entenda um pouco mais sobre o Projeto Almoxarifado Virtual no Anexo específico intitulado **almoxarifadovirtual**).

ANEXO - Video Compras Unificadas apresenta nas Palavras do Secretário Municipal de Planejamento e Gestão Edson Zorek , a síntese desta iniciativa municipal de desenvolvimento econômico e inovação.



C1.2 Seu Município possui políticas de desburocratização, simplificação ou racionalização implementadas.

A Administração Pública tem implantado inúmeras ações com a finalidade de assegurar a eficácia dos serviços público municipais.

Dentre as políticas de **desburocratização, simplificação ou racionalização implementadas**. Podemos destacar:

Alvará FÁCIL

A emissão e renovação de alvarás costuma ser um processo burocrático e demorado para as prefeituras e os contribuintes. Pensando em agilizar a regulamentação de empresas e facilitar a rotina do cidadão que o município de Cascavel, no Paraná, institui a ferramenta Alvará Fácil Online.

Na plataforma o cidadão pode realizar todo o processo de qualquer computador com internet. É só acessar o portal do município no campo disponível para empresários e contadores, fazer a solicitação e, caso o contribuinte esteja regularizado, imprimir o certificado.

Notícia: <https://www.ipm.com.br/alvara-em-48h-cascavel-implanta-ferramenta-para-facilitar-a-regulamentacao-de-empresas/#:~:text=Pensando%20em%20agilizar%20a%20regulamenta%C3%A7%C3%A3o,de%20qualquer%20computador%20com%20internet.>

Site:

<https://cascavel.atende.net/?pg=autoatendimento#!/tipo/servico/valor/26/padrao/2>

Transmissão ao vivo das Licitações : Uma prática que elevou a competitividade dos certames com participação de empresas de todo país , que não precisam se deslocar para a sessão pública das concorrências e tomadas de Preço por exemplo.

Site:

<https://cascavel.atende.net/?pg=autoatendimento#!/tipo/box/codigo/3/padrao/0/rot/0/aca/0/conteudo/4>

Adesão ao COMPRASNET: Adesão a utilização do COMPRASNET , processo que desburocratiza a comprovação dos requisitos de habilitação através do acesso as informações SICAFI.

Além das práticas citadas, indubitavelmente **COMPRAS UNIFICADA** - a ação da candidatura , reúne todos os requisitos de implementação de desburocratização,



simplificação e racionalização. Cujo detalhamento encontra-se no início deste ANEXO.

C1.3 Seu Município implementou processo de Pregão Eletrônico, com base no Decreto 10.024/2019, para transferências voluntárias da União e transferências com recursos próprios, utilizando as características dos estudos técnicos preliminares para promover o desenvolvimento econômico local, incentivo dos pequenos negócios e a inovação (Lei Complementar 123/2006).

O Decreto municipal 15.368/2020, regulamenta o Pregão eletrônico no âmbito do Município de Cascavel, além disso existe a Lei Complementar 112/2020 que atualizou a Lei Complementar 63/2009, trazendo benefícios ainda maiores as empresas ME/EPP, a exemplo: a prioridade e a exclusividade para compra local.

Lei 15.368/2020:

<https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/cascavel/decreto/2020/1537/15368/decreto-n-15368-2020-regulamenta-a-licitacao-na-modalidade-pregao-na-forma-eletronica-para-a-aquisicao-de-bens-e-a-contratacao-de-servicos-comuns-incluidos-os-servicos-comuns-de-engenharia-no-ambito-da-administracao-publica-municipal-direta-e-indireta>

Lei 112/2020:

<https://leismunicipais.com.br/a1/pr/c/cascavel/lei-complementar/2020/11/112/lei-complementar-n-112-2020-altera-dispositivos-da-lei-complementar-n-63-de-4-92009-que-instituiu-o-tratamento-diferenciado-e-favorecido-as-microempresas-e-as-empresas-de-pequeno-porte-no-ambito-do-municipio-em-conformidade-com-as-normas-gerais-previstas-no-estatuto-nacional-da-microempresa-e-da-empresa-de-pequeno-porte-instituido-pela-lei-complementar-federal-n-123-de-14-de-dezembro-de-2006-e-posteriores-atualizacoes>

C1.4 Seu Município possui políticas de incentivo à inovação digital, informatização e acesso à tecnologia para os servidores municipais (sistemas de gestão estruturados, integrados e funcionando) e para a população.

O sistema de gestão hoje do município de Cascavel é todo integrado, em todos os módulos: RH, Contábil, Compras, Arrecadação. Então assim ele funciona de maneira integrada para todos os serviços municipais com cadastro único e com serviços tipo de compras públicas, que tem todo um fluxo que tramita por vários departamentos.

A oferta para a população podemos citar os serviços disponíveis no portal, que atende diretamente ao cidadão. Como exemplo do alvará online, consulta de débito, pagamento de IPTU.



Conheça o Portal do Município de Cascavel:

<https://cascavel.atende.net/>

Anexo C1.4 demonstra os serviços digitais disponíveis e em pleno funcionamento. Ressaltamos que o município está em fase avançada de estudos preliminares para a implantação do GOVERNO DIGITAL na sua totalidade.

C1.5 Seu Município trabalha com cooperação regional, logística, consórcios públicos, políticas integradas de saneamento básico, saúde e transporte urbano, com os Municípios limítrofes.

Dentre o trabalho desenvolvido nesta temática, em diversos segmentos, citamos pois, na área da saúde CISOP. O Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste do **Paraná (CISOP)**, foi criado e constituído em 24 de novembro de 1995.

O município é centro de referência em diversas especialidades, com Hospitais e Clínicas Particulares de atendimento de excelência, inclusive para pacientes de países vizinhos como Paraguai e Argentina.

Mas o destaque é o investimento recente na Saúde Pública, acima dos limites legais estipulados na legislação Federal.

Em breve (março 2021), o citado Consórcio contará com a Inauguração de um novo Prédio. Mas um avanço significativo nesta cidade em franco desenvolvimento.

SITE:

<https://cisop.com.br/cisop/43#:~:text=O%20Cons%C3%B3rcio%20Intermunicipal%20de%20Sa%C3%BAde,Regional%20de%20Sa%C3%BAde%20de%20Cascavel.>

C1.6 Seu Município possui relação positiva com o setor privado, no fomento do emprego, do empreendedorismo e da economia local.

As políticas municipais implantadas promovem uma relação bastante positiva com o setor privado promovendo significativo fomento na geração de emprego.

Os Números do Novo Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), vinculado ao Ministério da Economia, divulgados em setembro 2020, apontam que Cascavel está em segundo lugar na geração de empregos formais – com carteira assinada – nos oito primeiros meses do ano entre as dez maiores cidades do Paraná.

Além de ocupar a 10ª posição em relação aos municípios de todo país.

Notícias apontam que esse setor continuou crescendo apesar da pandemia e o impacto econômico. Devido uma gestão pública voltada para as necessidades do



setor empresarial, sobretudo comércio/indústrias locais , para que se mantenham no mercado e promovam a geração de empregos formais no município.

<https://cgn.inf.br/noticia/252432/cascavel-e-a-2a-cidade-em-geracao-de-empregos-no-parana>

<https://paranaportal.uol.com.br/economia/cascavel-e-a-10a-cidade-brasileira-em-criacao-de-empregos/>

C1.7 Seu Município possui políticas que promovam participação social para organização e definição do Orçamento Participativo ou da atribuição das prioridades de gestão no Município.

Além de contar com uma gestão descentralizada, através do TERRITÓRIO CIDADÃO, o município conta com um efetivo Orçamento Participativo.

“O **TERRITÓRIO CIDADÃO** visa a mudança rápida e eficiente de uma determinada região ou bairros, para adequação a novos conceitos urbanísticos, que em um primeiro momento deve objetivar a construção de um Sistema de Atualização Automática dos Diagnósticos Comunitários; considerando Aspectos Físicos, Topográficos, Habitacionais, Sociais e Outros, e na sequência, a implementação de Ações Integradas de todas as áreas da administração pública em um curto espaço de tempo, para rápida mudança do perfil do território trazendo desenvolvimento e equalização com padrões de outras áreas mais desenvolvidas do município. O território representa muito mais do que o espaço geográfico. Assim, o município pode ser considerado um território, mas com múltiplos espaços intraurbanos que expressam diferentes arranjos e configurações socioterritoriais. Os territórios são espaços de vida, de relações, de trocas, de construção e desconstrução de vínculos cotidianos, de disputas, contradições e conflitos, de expectativas e de sonhos, que revelam os significados atribuídos pelos diferentes sujeitos (BRASIL, 2008)

Físico:

Foram criados em Cascavel com base nos critérios já mencionados, territórios de aproximadamente 15 a 40 mil moradores delimitados entre um território e outro, permitindo assim uma administração descentralizada e participativa, em que é conhecida a realidade e as necessidades de cada território. Essas características são aproveitadas para promover o desenvolvimento do comércio, indústria, cultura, esporte, melhorando a saúde, a segurança pública, a educação e num todo a infraestrutura local e qualidade de vida da população.”

<http://pgp-pr.org.br/old/projeto/1286>

<https://cascavel.atende.net/?pg=subportal&chave=16>



ORÇAMENTO PARTICIPATIVO:

No município de Cascavel é exercida a Boa Governança com implementação de mecanismos participativos de planejamento, como por exemplo Orçamento Participativo, que ocorre conforme a Lei Municipal nº 3375/2002.

Conforme pode se verificar no link abaixo:

<https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/cascavel/lei-ordinaria/2002/337/3375/lei-ordinaria-n-3375-2002-cria-a-assessoria-para-implantacao-da-participacao-popular-no-processo-de-elaboracao-orcamentaria-do-municipio-de-cascavel-pr-orcamento-participativo-e-da-outras-providencias>

Ainda no ano de 2020, por evento da Pandemia, o que impossibilitava a ocorrência das audiências públicas, foi efetuada a participação popular no orçamento virtualmente, conforme se depreende do link abaixo:

<https://www.participacascavel.com.br/o-que-e-orcamento-participativo>

C1.8 Existem ações ou programas implementados de maneira multissetorial, com academia, sociedade civil, setor privado, entre outros.

A parceria público privado acontece no município dentre outras formas com os conselhos municipais, onde há a participação efetiva popular, alguns exemplos de conselhos existentes no município são:

Conselho Municipal de Saúde: https://www.camaracascavel.pr.gov.br/leis-municipais.html?sdetail=1&leis_id=5090

Conselho Municipal de Habitação: https://www.camaracascavel.pr.gov.br/leis-municipais.html?sdetail=1&leis_id=6275

Conselho Municipal de Transito: <https://leismunicipais.com.br/a1/pr/c/cascavel/lei-ordinaria/1990/211/2110/lei-ordinaria-n-2110-1990-cria-o-conselho-municipal-de-transito-de-cascavel-comutran-2020-08-31-versao-consolidada>

Criança e Adolescente: https://www.camaracascavel.pr.gov.br/leis-municipais.html?sdetail=1&leis_id=6374

Conselho da Mulher: <https://www.camaracascavel.pr.gov.br/noticias/item/8394-conselho-da-mulher-aprovadas-alteracoes-na-composicao-e-criacao-de-fundo-municipal.html>

Conselho de Segurança: <http://www.consegcascavel.org.br/>

Conselho municipal de Educação: <https://leismunicipais.com.br/a1/pr/c/cascavel/lei-ordinaria/2010/569/5694/lei-ordinaria-n-5694-2010-organiza-o-sistema-municipal-de-ensino-sme-e-cria-o-conselho-municipal-de-educacao-de-cascavel-cme>

Conselho Municipal de Cultura: <http://www.cascavel.pr.gov.br/secretarias/cultura/subpagina.php?id=1569>

Entre tantos outros conselhos que atuam efetivamente no Município.

Ainda contamos com outros projetos de parcerias público privadas, como por exemplo:



- Workshop Café Tecnológico tem por objetivo unir projetos acadêmicos de Iniciação Científica, empreendedores de sucesso no âmbito estadual, entidades de classe, instituições de pesquisa e inventores a fim de promover a troca de experiências e parcerias - chaves para o desenvolvimento científico e tecnológico.

<https://doity.com.br/cafetecnologicoagro>

- Fomentar e fortalecer a rede de serviços socioassistenciais por meio da formalização de parcerias com as OSC's:

Através de chamamento público conforme exemplos abaixo:

http://www.cascavel.pr.gov.br/arquivos/15062018_edital_de_chamamento_publico.pdf

http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:56K_QVHCOoJ:www.cascavel.pr.gov.br/arquivos/09032018_edital_de_chamamento_publico_02_2018.doc+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br

- Ainda eventos de lazer realizados com parcerias público privadas, como o Evento Viva Tancredo, Blitz do Esporte, Programa Secesp Camp: Esportes de Competição (campeonatos municipais): parcerias com clubes recreativos do município para utilização de espaços, quadras de tênis, piscinas, academias, etc para uso dos programas através de chamamentos públicos:

<https://tarobanews.com/esportes/futebol/quadras-sinteticas-da-tancredo-neves-serao-oficialmente-entregues-vlG2r.html>

- Preservar e restaurar (fundos de vale) de áreas urbanas com plantio de plantas nativas medicinais e citronela, através de parceria com a ONG Amigos do Rio (Termo de cooperação) -

<https://ongamigosdosrios.org/parceria-convenios/>

- Programa de Agricultura Urbana: com hortas comunitárias, através da utilização de lotes urbanos para plantio de verduras e plantas medicinais, que abastecerão os CMEI's e Escolas da rede pública de ensino. No final de 2018 foi realizado o chamamento público convocando 3 ONGs para contribuir com o processo de implementação da Agricultura Urbana. Em 2019, estas ONGs irão contribuir no processo de mobilização e formação dos cultivadores e o objetivo é transformar este processo em produto final sendo a associação de cultivadores da agricultura urbana.

<http://www.aen.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=104922&tit=Programa-Hortas-Comunitarias-chega-a-Cascavel>

- Ainda sobre o Agricultura Urbana: Cascavel será a única cidade do Brasil a participar de Fórum Global de alimentação.

<https://www.catve.com/noticia/6/313662/cascavel-sera-unica-cidade-do-brasil-a-participar-de-forum-global-de-alimentacao>



T5: VALIDAÇÃO DE TEMAS TRANSVERSAIS

T5.1 Seu Município atua de forma efetiva em, pelo menos, 06 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). 35% dos 17 ODS.

Resposta:

- 1. Objetivo 11: Cidades e Comunidades Sustentáveis**
- 2. Objetivo 16: Paz, Justiça e Instituições Eficazes**
- 3. Objetivo 3 : Saúde e Bem Estar**
- 4. Objetivo 10 : Redução das Desigualdades**
- 5. Objetivo 2 : Fome Zero e Agricultura Sustentável**

Anexo T5.1 - Demonstra não somente os 5 elencados ODS , como outros mais e suas práticas e metas com resultados relevantes em nosso município.

T5.2 Seu Município trabalha com equidade de gênero, por meio da adoção de percentuais mínimos para participação de lideranças femininas e do engajamento do Movimento Mulheres Municipalistas (MMM) e organizações similares nos países da América Latina

Resposta:

Nosso município trabalha com índices elevados de participação feminina, contudo ainda não estamos engajados no Movimento Municipalistas (MMM).
Apresentamos os dados para avaliação:

Do número total de 203 cargos de chefia/liderança da Prefeitura Municipal de Cascavel. **93 são ocupados por mulheres.**

Analisando os números gerais , do total de servidores a grande maioria é mulher. Sendo 6.872 servidores do sexo feminino para 1.834 do sexo masculino.

http://www.cascavel.pr.gov.br/portal_servidor/dados-estatisticos.php?pag=6

Mas o avanço mais significativo foi o resultado das eleições municipais 2020.

Duas cadeiras das 21 do legislativo serão ocupadas pelos próximos 4 anos por mulheres , que receberam inclusive votação muito expressiva.

<https://www.alertaparana.com.br/noticia/8895/duas-mulheres-e-19-homens-vao-compor-camara-de-cascavel>



T5.3 Seu Município trabalha boa governança, com a implementação de mecanismos participativos de planejamento e execução de políticas públicas e de colaboração público-privada

Resposta:

No município de Cascavel é exercida a Boa Governança com implementação de mecanismos participativos de planejamento, como por exemplo Orçamento Participativo, que ocorre conforme a Lei Municipal nº 3375/2002.

Além do Território Cidadão , que descentraliza a gestão municipal e aproxima , cidadão e governo.

Anexo T 5.3 - São inúmeras situações que demonstram este Tema Transversal que poderá ser melhor observado neste anexo específico.

T5.4 Seu Município possui unidades de conservação municipais e faz a gestão ambiental de maneira descentralizada.

Resposta:

A prefeitura municipal de Cascavel conta com um setor específico de manutenção de parques e praças efetuada de forma descentralizada através de um termo de cooperação com a penitenciária industrial de cascavel (PIC), onde é disponibilizado a mão de obra dos apenados para efetuarem limpeza e conservação dos parques e praças existentes.

<https://cascavel.atende.net/#!/tipo/noticia/valor/33629>

<https://cascavel.atende.net/#!/tipo/noticia/valor/31746>

<https://cascavel.atende.net/#!/tipo/noticia/valor/31711>

<https://cascavel.atende.net/#!/tipo/noticia/valor/32303>

<https://cascavel.atende.net/#!/tipo/noticia/valor/32055>

Anexo T 5.4 - Demonstra o tema especificamente.

T5.5 Seu Município trabalha com democracia local e participação social, e também com comunicação e transformação institucional

Resposta:

1-) Implantação de 12 Territórios Cidadão - O Programa de Territorialização – visa a mudança rápida e eficiente de uma determinada região ou bairros, para adequação a novos conceitos urbanísticos, que em um primeiro momento deve objetivar a construção de um Sistema de Atualização Automática dos Diagnósticos Comunitários, Aspectos Físicos, Topográficos, Habitacionais, Sociais e Outros, e na



sequência, a implementação de Ações Integradas de todas as áreas da administração pública em um curto espaço de tempo, para rápida mudança do perfil do território trazendo desenvolvimento e equalização com padrões de outras áreas mais desenvolvidas do município.

<https://cascavel.atende.net/#!/tipo/noticia/valor/29322>

<https://cascavel.atende.net/?pg=subportal&chave=16#!/tipo/noticia>

<https://cascavel.atende.net/?pg=subportal&chave=16#!/tipo/noticia/valor/32153>

Dentro dos territórios foram implantados os conselhos Constitutivos, com a finalidade de envolver a população nos debates:

São realizadas várias atividades nos territórios, principalmente com a participação social da população, onde foram desenvolvidas muitas atividades de cidadania, bem como de esporte, cultura e lazer, sempre com a ideia de levar os atendimentos mais perto da população, ouvindo e atendendo as suas demandas.

Anexo T 5.5 - Com especificação do detalhamento do tema.

T5.6 Seu Município tem Fundo da Infância e Adolescência (FIA) implantado e em funcionamento.

Resposta:

O Fundo da Infância e Adolescência além de implantado e mecanismo ativo nas ações assistenciais do município. Com atuação e resultados comprovados.

Anexo T5.6 - Demonstra a Legislação atualizada e o pleno funcionamento do FIA.

T5.7 Seu Município atua de forma efetiva em, pelo menos, 35 princípios da Nova Agenda Urbana (NAU)¹. 20% dos 175 princípios

Resposta: Descreva cada um dos 35 princípios que o Município trabalha nos campos abaixo.

Informamos que analisando o documento da NAU (Nova Agenda Urbana), verificamos que o Município de Cascavel atua de forma efetiva em pelo menos 43 (quarenta e três) princípios, o que pode ser devidamente comprovado no site no Município: <https://cascavel.atende.net/>, e vídeo institucional em anexo.

01) Princípio 11. Compartilhamos uma visão de cidades para todos e todas, aludindo ao uso e ao gozo igualitários de cidades e assentamentos humanos, com vistas a promover a inclusão e a assegurar que todos os habitantes, das gerações presentes e futuras, sem discriminação de qualquer ordem, possam habitar e produzir cidades e assentamentos humanos justos, seguros, saudáveis, acessíveis

¹ HABITAT, U. **Nova Agenda Urbana**. [s.d.]. Disponível em: <<http://uploads.habitat3.org/hb3/NUA-Portuguese-Angola.pdf>>. Acesso em: 11 nov. 2020.



física e economicamente, resilientes e sustentáveis para fomentar a prosperidade e a qualidade de vida para todos e todas. Registramos os esforços empenhados por alguns governos nacionais e locais no sentido de integrar esta visão, conhecida como “direito à cidade”, em suas legislações, declarações políticas e estatutos.

Demonstração: Criação do Bairro Riviera, e Melissa, onde foram regularizadas as moradias, encaminhados moradores que estavam de forma irregular para condomínios nesses bairros. Na criação desses bairros, contam com a infraestrutura necessária para um assentamento seguro, justos e saudáveis, para seus moradores. Realização de ações em prol da Habitação Popular Urbana)/ Construir Moradias Populares para famílias em situação de vulnerabilidade e risco social); Programa de Cartão Reforma: convênio com o Ministério das Cidades para realização de pequenas reformas para famílias de baixa renda a fundo perdido;

02) Princípio 12. Nosso objetivo é alcançar cidades e assentamentos humanos onde todas as pessoas possam desfrutar de direitos e oportunidades iguais, assim como de liberdades fundamentais, orientadas pelos propósitos e princípios da Carta das Nações Unidas, incluindo o pleno respeito ao direito internacional. Nesse sentido, a Nova Agenda Urbana fundamenta-se na Declaração Universal dos Direitos Humanos, nos tratados internacionais de direitos humanos, na Declaração do Milênio e nos resultados da Cúpula Mundial de 2005¹³. Baseia-se também em outros instrumentos, como a Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento.

Demonstração: reforçamos aqui a o mesmo do item acima; ou seja, a Criação do Bairro Riviera, e Melissa, onde foram regularizadas as moradias, encaminhados moradores que estavam de forma irregular para condomínios nesses bairros. Na criação desses bairros, contam com a infraestrutura necessária para um assentamento seguro, justos e saudáveis, para seus moradores.

03) Princípio 14. Para concretizar nossa visão, resolvemos adotar uma Nova Agenda Urbana, orientada pelos seguintes princípios interligados:

(a) não deixar ninguém para trás, eliminando a pobreza em todas as formas e dimensões, incluindo a erradicação da pobreza extrema; assegurando direitos e oportunidades iguais, diversidade socioeconômica e cultural e integração ao espaço urbano; melhorando a habitabilidade, a educação, a segurança alimentar e a nutrição, a saúde e o bem-estar, inclusive por meio da eliminação de epidemias de HIV/AIDS, tuberculose e malária; promovendo a segurança e eliminando a discriminação e todas as formas de violência; garantindo a participação pública ao proporcionar acesso seguro e igualitário a todos e todas à infraestrutura física e social e aos serviços básicos, bem como à moradia adequada e economicamente acessível;

(b) assegurar economias sustentáveis e inclusivas, aproveitando os benefícios de aglomeração da urbanização bem planejada, incluindo alta produtividade, competitividade e inovação; promovendo emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos; garantir a criação de empregos decentes e acesso igualitário para todos a oportunidades e recursos econômicos e produtivos; e impedir a



especulação fundiária; promover a posse da terra segura e gerenciar a perda de densidade urbana, quando necessário;

(c) garantir a sustentabilidade ambiental, promovendo o uso de energias limpas e o uso sustentável da terra e dos recursos no desenvolvimento urbano; protegendo ecossistemas e a biodiversidade, favorecendo a adoção de estilos de vida saudáveis em harmonia com a natureza; promovendo padrões de consumo e produção sustentáveis; fortalecendo a resiliência urbana; reduzindo o risco de desastres; e propiciando a mitigação e a adaptação às mudanças climáticas.

Demonstração: (a) Atendimentos realizados pelo CEDIP (nos casos de HIV/ AIDS, e demais doenças, bem como, aprimoramos os atendimentos realizados sob a ótica das redes de atenção especializadas pelos serviços de saúde municipais. (b) economias Sustentáveis e inclusivas, temos o Programa Agricultura urbana, o Programa Economia Solidária, entre outros. (c) várias ações em sustentabilidade Ambiental, tais como utilização de energia solar em escolas e unidades de saúde, escolas com Cisternas, troca das lâmpadas em logradouros e prédios públicos por lâmpadas de LED entre outros.

04) Princípio 15. Comprometemo-nos a trabalhar em direção a uma mudança de paradigma urbano para uma Nova Agenda Urbana que irá:

(c) adotar abordagens de desenvolvimento urbano e territorial sustentáveis e integradas, centradas nas pessoas, sensíveis às questões etárias e de gênero, por meio da implementação de políticas, estratégias, desenvolvimento de capacidades e ações em todos os níveis, com base em catalisadores fundamentais de mudanças, incluindo:

(i) desenvolvimento e implementação de políticas urbanas no nível apropriado, inclusive por meio de parcerias locais, nacionais e entre diversos atores, construindo sistemas integrados de cidades e assentamentos humanos e promoção da cooperação entre todos os níveis de governo para permitir-lhes alcançar o desenvolvimento urbano integrado sustentável;

(ii) fortalecimento da governança urbana, com instituições e mecanismos sólidos que empoderem e incluam atores urbanos, assim como freios e contrapesos apropriados, conferindo previsibilidade e coerência aos planos de desenvolvimento urbano para possibilitar a inclusão social, o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável e a proteção do meio ambiente;

(iii) revigoramento do planejamento e desenho urbano e territorial integrado e de longo prazo a fim de otimizar a dimensão espacial da forma urbana e consolidar os resultados positivos da urbanização;

(iv) fomentar estruturas e instrumentos efetivos, inovadores e sustentáveis, que reforcem as finanças municipais e sistemas fiscais locais para criar, sustentar e compartilhar o valor gerado pelo desenvolvimento urbano sustentável de maneira inclusiva.

Demonstração: Projeto Território Cidadão, Agricultura Urbana, programa Cartão Promover, Construa Cidadão, entre outros, e Sobre o Planejamento de desenho



urbano, temos o PAIT, e o Plano Diretor, entre outros programas que colaboram para fomentar as estruturas e instrumentos efetivos reforçando o desenvolvimento urbano sustentável inclusivo.

05) Princípio: 20 Reconhecemos a necessidade de conferir particular atenção ao enfrentamento das múltiplas formas de discriminação enfrentadas por, entre outros, mulheres e meninas, crianças e jovens, pessoas com deficiência, pessoas vivendo com HIV/AIDS, idosos, povos indígenas e comunidades locais, moradores de favelas e assentamentos informais, pessoas sem-teto, trabalhadores, pequenos produtores rurais e pescadores artesanais, refugiados, retornados, deslocados internos e migrantes, independentemente de sua condição migratória.

Demonstração: Atendimentos realizados pelo CEDIP (nos casos de HIV/ AIDS, e demais doenças, bem como, aprimoramos os atendimentos realizados sob a ótica das redes de atenção especializadas pelos serviços de saúde municipais. Setor de Políticas Públicas Inter setoriais de Atendimento à Criança, ao Adolescente, à Mulher e ao Idoso, responsável por coordenar e articular de forma Inter setorial com as demais secretarias municipais a implementação das políticas afins. Projetos como o economia Solidária, e agricultura urbana.

06) Princípio: 33. Comprometemo-nos a estimular a oferta de diversas opções de moradia adequada que sejam seguras e econômica e fisicamente acessíveis a indivíduos dos mais distintos estratos de renda, levando-se em consideração a integração socioeconômica e cultural de comunidades marginalizadas, pessoas sem-teto e aquelas em situações vulneráveis, e prevenindo a segregação. Adotaremos medidas positivas para melhorar as condições de vida das pessoas sem-teto com vistas a facilitar sua plena participação na sociedade e para prevenir e eliminar a falta de moradia, assim como combater e eliminar sua criminalização.

Demonstração: Realização de ações em prol da Habitação Popular Urbana)/ Construir Moradias Populares para famílias em situação de vulnerabilidade e risco social); Programa de Cartão Reforma: convênio com o Ministério das Cidades para realização de pequenas reformas para famílias de baixa renda a fundo perdido; Programa Morar Bem Paraná Terceira Idade (COHAPAR) - Um convênio entre o município e a COHAPAR, no qual o município seleciona o idoso e doa área para a construção do condomínio, entre outros.

07) Princípio: 37. Comprometemo-nos a promover espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis, verdes e de qualidade, incluindo ruas, calçadas, ciclofaixas e ciclovias, praças, orlas, jardins e parques que sejam áreas multifuncionais para interação e inclusão social, saúde e bem-estar humanos, trocas econômicas, expressões culturais e diálogo entre uma ampla variedade de pessoas e culturas, e que sejam desenhados e geridos para assegurar o desenvolvimento humano, para construir sociedades pacíficas, inclusivas e participativas, bem como promover a vida coletiva, a conectividade e a inclusão social.

Demonstração: O município conta com espaços públicos e seguros como, as Ciclofaixas, e a malha cicloviana instalas nas principais avenidas da cidades,



parques, como o Eco Parque Oeste, Lago Municipal, Feira do teatro e do pequeno Produtor Rural, festivais culturais, entre tantos outros.

08) Princípio: 38. Comprometemo-nos a valorizar de forma sustentável o patrimônio natural e cultural, tanto material quanto imaterial, em cidades e assentamentos humanos, conforme o caso, por meio de políticas urbanas e territoriais integradas e investimentos adequados nos níveis nacional, subnacional e local, para salvaguardar e promover infraestruturas e locais culturais, museus, culturas e línguas indígenas, bem como o conhecimento tradicional e as artes, enfatizando o papel que exercem na reabilitação e revitalização de áreas urbanas, e no fortalecimento da participação social e do exercício da cidadania.

Demonstração: Valorizamos de forma sustentável, o patrimônio cultural material e imaterial, com festivais culturais, teatro municipal, e Museus que a cidade contempla.

09) Princípio 39. Comprometemo-nos a promover ambientes seguros, saudáveis, inclusivos e protegidos em cidades e assentamentos humanos para todos viverem, trabalharem e participarem na vida urbana sem medo de violência e intimidação, considerando que mulheres e meninas, crianças e jovens e pessoas em situação de vulnerabilidade são com frequência particularmente afetadas. Trabalharemos também no sentido da eliminação de práticas prejudiciais contra mulheres e meninas, incluindo o casamento infantil, precoce ou forçado e a mutilação genital feminina.

Demonstração: Criar e instituir o Setor de Políticas Públicas Inter setoriais de Atendimento à Criança, ao Adolescente, à Mulher e ao Idoso, responsável por coordenar e articular de forma Inter setorial com as demais secretarias municipais a implementação das políticas afins. acolher por meio do Serviço de Acolhimento Institucional, crianças e adolescentes, mulheres, idosos, pessoas em situação de rua e jovens e adultos com deficiência; Realizar atendimento a mulher vítima de violência e/ou violação de direito por meio dos CREAS/PAEFI e Unidade de Acolhimento Institucional.

10) Princípio 45. Comprometemo-nos a desenvolver economias urbanas vibrantes, sustentáveis e inclusivas, com base em potenciais endógenos, vantagens competitivas, patrimônio cultural e recursos locais, bem como infraestrutura resiliente com utilização eficiente de recursos; promover o desenvolvimento industrial sustentável e inclusivo, e padrões de consumo e de produção sustentáveis; e promover um ambiente favorável aos negócios e à inovação, bem como à subsistência.

Demonstração: Polo têxtil, polo industrial e outras atividades desenvolvidas pela Secretaria de Desenvolvimento econômico, e FUNDETEC.

11) Princípio: 46. Comprometemo-nos a promover o papel da habitação e do financiamento habitacional economicamente acessíveis e sustentáveis, incluindo a



produção de habitação social, no desenvolvimento econômico, e a contribuição do setor para estimular a produtividade em outros setores da economia, reconhecendo que a habitação aumenta a formação de capital, a renda, a geração de emprego e os níveis de poupança e pode contribuir para a condução de transformações econômicas sustentáveis e inclusivas nos níveis nacional, subnacional e local.

Demonstração: Realização de ações em prol da Habitação Popular Urbana)/ Construir Moradias Populares para famílias em situação de vulnerabilidade e risco social); Programa de Cartão Reforma: convênio com o Ministério das Cidades para realização de pequenas reformas para famílias de baixa renda a fundo perdido; Programa Morar Bem Paraná Terceira Idade (COHAPAR) - Um convênio entre o município e a COHAPAR, no qual o município seleciona o idoso e doa área para a construção do condomínio, entre outros

12) Princípio: 48. Incentivamos a participação efetiva e a colaboração entre todos os atores relevantes, incluindo governos locais, setor privado e organizações da sociedade civil, mulheres, organizações representando a juventude, bem como aquelas representando pessoas com deficiência, povos indígenas, profissionais liberais, instituições acadêmicas, sindicatos, organizações patronais, associações de migrantes e associações culturais, na identificação das oportunidades para o desenvolvimento econômico urbano, bem como na identificação e resposta aos desafios existentes e emergentes.

Demonstração: Conselhos, e comissões municipais, entre outros.

13) Princípio: 50. Comprometemo-nos a incentivar a conectividade e as interações urbano-rurais por meio do fortalecimento da mobilidade e do transporte sustentáveis, das infraestruturas e redes de tecnologia e comunicação, ancorados em instrumentos de planejamento com base em uma abordagem urbana e territorial integrada, a fim de maximizar o potencial desses setores para aumentar a produtividade, a coesão social, econômica e territorial, assim como a segurança e a sustentabilidade ambiental. Isso deve incluir a conectividade entre as cidades, seus entornos e as áreas periurbanas e rurais, bem como conexões terra-mar relevantes, conforme o caso.

Demonstração: Conselho Municipal de Mobilidade Urbana; Utilizar engenharia de tráfego e planejamento para criar soluções inteligentes na melhoria do trânsito; Programa Avançar Cidades: Incentivo ao transporte público melhorando os terminais de transbordo com abrigos de ônibus mais modernos proteção contra a chuva e sol, além de informação digital ou visual dos trajetos dos ônibus, bem como instalar novos abrigos de ponto de ônibus e melhoria nos pontos de ônibus existentes. Realização de diagnóstico do sistema viário de Cascavel através da elaboração do Plano de Mobilidade Urbana. Plano Diretor de Ciclovias - condomínios e loteamentos novos, com ciclovias obrigatórias, ligação de ciclovias entre várias regiões da cidade com malha cicloviária.



14) Princípio: 51. Comprometemo-nos a promover o desenvolvimento de estratégias espaciais urbanas, incluindo instrumentos de planejamento e desenho urbanos que apoiem a gestão e a utilização sustentáveis dos recursos naturais e do solo, compacidade e densidade adequadas, policentrismo e usos mistos, por meio de estratégias de ocupação de vazios urbanos ou de expansões urbanas planejadas, conforme o caso, para desencadear economias de escala e de aglomeração, fortalecer o planejamento do sistema de abastecimento alimentar e aumentar a eficiência dos recursos, a resiliência urbana e a sustentabilidade ambiental.

Demonstração: Programa Avançar Cidades; Plano Diretor

15) Princípio: 52. Encorajamos estratégias de ordenamento do território que considerem, conforme o caso, a necessidade de orientar a expansão urbana, dando prioridade à renovação urbana por meio do planejamento para a oferta de infraestrutura e serviços acessíveis e bem conectados, densidades populacionais sustentáveis, desenho compacto e integração de novas centralidades ao tecido urbano, evitando a marginalização e a dispersão urbana.

Demonstração: Projeto Território Cidadão - O Programa de Territorialização visa a mudança rápida e eficiente de uma determinada região ou bairros, para adequação a novos conceitos urbanísticos, que em um primeiro momento deve objetivar a construção de um Sistema de Atualização Automática dos Diagnósticos Comunitários, Aspectos Físicos, Topográficos, Habitacionais, Sociais e Outros. E na sequência, a implementação de Ações Integradas de todas as áreas da administração pública em um curto espaço de tempo, para rápida mudança do perfil do território trazendo desenvolvimento e equalização com padrões de outras áreas mais desenvolvidas do município. Foram desenvolvidas ainda ligadas a esta ação a Implantação de Terminais Cidadão – Terminais de denúncia, sugestão e reclamação em vários locais da cidade.

16) Princípio: 53. Comprometemo-nos a promover espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis, verdes e de qualidade como promotores de desenvolvimento econômico e social, reforçando de forma sustentável seu potencial de gerar maior valor social e econômico, incluindo valor da propriedade, e de facilitar negócios, investimentos públicos e privados e oportunidades de subsistência para todos.

Demonstração: Projeto Território Verde : Ampliação e melhoramento dos parques ambientais e áreas verdes do município com replantio de árvores nativas. Árvores frutíferas nos parques ambientais. Plano de manejo, sendo ele, a elaboração de um planejamento técnico com vários tópicos: como descrição do ambiente, uso da terra, descrição dos recursos florestais no local, identificação e elaboração dos impactos ambientais e sociológicos entre outros estudos para proteção e preservação ambiental de áreas naturais protegidas. Juntamente com o Projeto Território Cidadão.



17) Princípio: 54. Comprometemo-nos com a geração e o uso de energia renovável e economicamente acessível e com serviços e infraestrutura de transporte sustentáveis e eficientes, sempre que possível, alcançando os benefícios da conectividade e reduzindo os custos financeiros, ambientais e de saúde pública advindos da mobilidade ineficiente, dos congestionamentos, da poluição do ar, do efeito de ilhas de calor urbano e da poluição sonora. Comprometemo-nos também a prestar especial atenção às necessidades energéticas e de transporte de todas as pessoas, particularmente os mais pobres e os que vivem em favelas e assentamentos informais. Observamos também que as reduções nos custos de energia renovável fornecem a cidades e assentamentos humanos uma ferramenta eficaz para diminuir os custos de fornecimento de energia.

Demonstração: Inovação no uso de fontes alternativas de energia limpa e uso de energias renováveis, bem como elaborar programa para viabilizar fontes alternativas de energia solar, com placas nos telhados de maneira gradativa e sustentável, para a demanda do setor público e conforme viabilidade incentivo para implantação em residências e instalação de captação de água da chuva e energia solar nas estruturas públicas já construídas e nas novas estruturas, através da implantação de Torre de Energia Eólica e fotovoltaica com Grafeno doado ao município e Implantação de 03 Usinas Fotovoltaicas para atender as necessidades do município, principalmente escolas, entre tantos outros.

18) Princípio: 55. Comprometemo-nos a promover sociedades saudáveis por meio da promoção do acesso a serviços públicos adequados, inclusivos e de qualidade; um ambiente limpo, levando em consideração as diretrizes de qualidade do ar, inclusive as elaboradas pela Organização Mundial da Saúde (OMS); e infraestrutura e equipamentos sociais, como serviços de saúde pública, incluindo o acesso universal aos serviços de saúde sexual e reprodutiva para reduzir a mortalidade infantil e materna.

Demonstração: programa Cidade Limpa; Programa Mais Saúde Menos remédio, Programa Saúde Humanizada, entre outros.

19) Princípio: 58 Comprometemo-nos a promover um ambiente empresarial favorável, justo e responsável, com base nos princípios da sustentabilidade ambiental e da prosperidade inclusiva, promovendo investimentos, inovações e o empreendedorismo. Comprometemo-nos também a abordar os desafios enfrentados pelas comunidades de empresários locais, por meio do apoio a micro, pequenas e médias empresas e cooperativas em toda a cadeia de valor, particularmente negócios e empresas da economia social e solidária, operando tanto na economia formal quanto na informal”.

Demonstração: Programa empresa Fácil, Banco da Mulher; Bike legal, Agricultura Urbana; Economia Solidária; Feira do pequeno Produtor, Feira do Teatro entre outros.



20) Princípio: 59. Comprometemo-nos a reconhecer a contribuição dos trabalhadores pobres na economia informal, em particular as mulheres, incluindo os trabalhadores não remunerados, domésticos e migrantes para as economias urbanas, consideradas as circunstâncias nacionais. Seus meios de subsistência, condições de trabalho, segurança de renda, proteção jurídica e social, acesso a capacitação, recursos e outros serviços de apoio, voz e representatividade devem ser ampliados. Uma transição progressiva de trabalhadores e unidades econômicas para a economia formal será desenvolvida por meio da adoção de uma abordagem equilibrada, que combine incentivos e medidas de conformidade, enquanto promove a preservação e a melhoria das condições de subsistência existentes. Levaremos em consideração as circunstâncias, legislações, políticas, práticas e prioridades específicas de cada nação para a transição para a economia formal.

Demonstração: Bike Legal; Economia Solidária; Agricultura urbana; Feira do pequeno Produtor, feira do Teatro, entre outros.

21) Princípio: 60. Comprometemo-nos a sustentar e apoiar as economias urbanas na transição progressiva para uma maior produtividade por meio de setores de alto valor agregado, promovendo a diversificação, modernização tecnológica, pesquisa e inovação, incluindo a criação de empregos decentes, produtivos e de qualidade, inclusive por meio da promoção de indústrias culturais e criativas, turismo sustentável, artes performáticas e atividades de conservação do patrimônio, entre outras.

Demonstração: Feira Municipal de Inovação - TECHNOVAÇÃO: evento destinado para todos os públicos capazes de promover a inovação, desde crianças adolescentes até empresários e professores de diversas idades. Articulando e promovendo a inovação no Oeste do Paraná, por meio de reconhecimento e premiações; Workshop Café Tecnológico tem por objetivo unir projetos acadêmicos de Iniciação Científica, empreendedores de sucesso no âmbito estadual, entidades de classe, instituições de pesquisa e inventores a fim de promover a troca de experiências e parcerias - chaves para o desenvolvimento científico e tecnológico; Programa de Inovação, Programa de Inovação no Agronegócio, entre tantos outros projetos realizados pela FUNDETEC.

22) Princípio: 61. Comprometemo-nos a aproveitar o crescimento demográfico urbano, onde se aplique, e a promover o acesso dos jovens à educação, ao desenvolvimento de competências e ao emprego, para alcançar maior produtividade e prosperidade partilhada em cidades e aglomerados urbanos. Meninas e meninos, mulheres e homens jovens são agentes fundamentais de mudança na criação de um futuro melhor e, quando empoderados, têm grande potencial para advogar em nome de si mesmos e de suas comunidades. Garantir mais e melhores oportunidades para a sua participação efetiva é essencial para a implementação da Nova Agenda Urbana”.

Demonstração: Projeto território Cidadão, Programa Escola feliz; entre outros.



23) Princípio: 66. Comprometemo-nos a adotar uma abordagem de cidade inteligente, que faça uso de oportunidades de digitalização, energia e tecnologias limpas, assim como tecnologias de transporte inovadoras, consequentemente proporcionando alternativas para os habitantes fazerem escolhas mais adequadas ao meio ambiente e impulsionarem o crescimento econômico sustentável e permitindo que as cidades melhorem sua prestação de serviços. Nova Agenda Urbana 19

Demonstração: Programa SmatyCity , Programa Avançar Cidades; Parquímetros com energia solar; entre outros programas realizados.

24) Princípio: 67. Comprometemo-nos a promover a criação e a manutenção de redes bem conectadas e bem distribuídas de espaços públicos abertos, multifuncionais, seguros, inclusivos, acessíveis, verdes e de qualidade; melhorar a resiliência das cidades a catástrofes e mudanças climáticas, incluindo inundações, secas e ondas de calor; melhorar a segurança alimentar e a nutrição, a saúde física e mental, a qualidade do ar ambiente e doméstico; reduzir a poluição sonora e promover cidades, paisagens urbanas e assentamentos humanos atrativos e habitáveis; e priorizar a conservação de espécies endêmicas.

Demonstração: Árvores de wifi, paquímetros com energia solar, Programa Avançar Cidades; Programa Saúde humanizada; ações realizadas de uso de energia limpa, entre outros.

25) Princípio:73. Comprometemo-nos a promover a conservação e o uso sustentáveis da água por meio da reabilitação dos recursos hídricos nas áreas urbanas, periurbanas e rurais, reduzindo e tratando águas residuais, reduzindo perdas de água, promovendo sua reutilização e aumentando o armazenamento, a retenção e a reposição de água, levando em consideração seu ciclo natural.

Demonstração: Escolas com cisternas, blindagens de rios, proteção de nascentes, entre outros.

26) Princípio:74. Comprometemo-nos a promover o manejo ambientalmente correto dos resíduos e a reduzir substancialmente a geração de resíduos por meio da redução, reutilização e reciclagem (3Rs), reduzindo ao mínimo o número de aterros sanitários e convertendo resíduos em energia quando não for possível reciclá-los ou quando essa opção oferecer o melhor resultado ambiental possível. Comprometemo-nos, ainda, em reduzir a poluição marinha por meio de uma melhor gestão das águas residuais e dos resíduos nas zonas costeiras.

Demonstração: Energia produzida no aterro; Ecopontos; coleta seletiva; Programa Cidade Limpa, entre outros.

27) Princípio:75 Comprometemo-nos a incentivar os governos nacionais, subnacionais e locais, conforme apropriado, a desenvolver energias renováveis,



sustentáveis e economicamente acessíveis, edifícios e métodos construtivos energeticamente eficientes, e a promover a conservação de energia e a Nova Agenda Urbana 22 eficiência energética, que são essenciais para permitir a redução das emissões de gases com efeito de estufa e de carbono negro, assegurar padrões de consumo e de produção sustentáveis, ajudar a criar novos postos de trabalho condignos, melhorar a saúde pública e reduzir os custos de fornecimento de energia”.

Demonstrações: Escolas com cisternas e energia solar; unidades de saúde com energia solar; entre outros.

28) Princípio: 90. Apoiaremos, em conformidade com as legislações nacionais, o fortalecimento da capacidade dos governos subnacionais e locais de implementar de forma eficaz uma governança local e metropolitana multinível, que ultrapasse limites administrativos e que se baseie nas funções de cada território, garantindo o envolvimento de governos subnacionais e locais na tomada de decisões e trabalhando para prover-lhes a autoridade e os recursos necessários para gerenciar desafios urbanos, metropolitanos e territoriais críticos. Promoveremos uma governança metropolitana inclusiva que contemple arcabouços jurídicos e mecanismos de financiamento confiáveis, incluindo a gestão sustentável de dívidas, quando pertinente. Adotaremos medidas para promover a participação plena e efetiva e a igualdade de direitos das mulheres em todos os campos e na liderança em todos os níveis de tomada de decisões, inclusive em governos locais.

Demonstrações: Projeto Território Cidadão; entre outros.

29) Princípio: 91. Apoiaremos os governos locais para que determinem suas próprias estruturas administrativas e de gestão, em conformidade com as legislações e políticas nacionais, conforme o caso, com a finalidade de adaptação às necessidades locais. Incentivaremos estruturas regulatórias adequadas e apoio aos governos locais no estabelecimento de parcerias com comunidades, sociedade civil e o setor privado para desenvolver e gerir serviços básicos e infraestrutura, assegurando que o interesse público seja preservado e que objetivos, responsabilidades e mecanismos de prestação de contas concisos estejam claramente definidos.

Demonstrações: Realizar ações de combate ao desperdício e a corrupção, bem como promover uma modernização administrativa, simplificando processos e reduzindo a burocracia nos mais diversos setores, através da Implantação de processos licitatórios unificados, através da criação da Divisão de Planejamento de Compras Unificadas; abertura de sala de licitações para acompanhamento público; Transmitir licitações ao vivo; Realizar o rastreamento dos veículos oficiais do município.

30) Princípio 92. Promoveremos abordagens participativas e sensíveis à idade e ao gênero em todas as fases do processo de planejamento e de elaboração da política urbana e territorial, da conceitualização ao projeto, elaboração do orçamento,



implementação, avaliação e revisão, com base em novas formas Nova Agenda Urbana 24 de parceria direta entre todos os níveis de governo e a sociedade civil, em particular por meio de plataformas e mecanismos amplos, bem estruturados e permanentes, e de cooperação e consulta abertas a todos, utilizando tecnologias da informação e comunicação e soluções de dados acessíveis.

Demonstrações: Orçamento Participativo, Território Cidadão; Conselhos, entre outros.

31) Princípio: 95. Apoiaremos a implementação de políticas e planos de desenvolvimento territorial integrado, policêntrico e equilibrado, encorajando a cooperação e o apoio mútuo entre diferentes escalas de cidades e assentamentos humanos; reforçando o papel de vilas e cidades pequenas e intermediárias no aprimoramento dos sistemas de segurança alimentar e de nutrição; fornecendo acesso a habitação, infraestrutura e serviços sustentáveis, economicamente acessíveis, adequados, resilientes e seguros; facilitando relações comerciais efetivas em todo o continuum urbano-rural; e garantindo que os pequenos agricultores e pescadores estejam ligados a mercados e cadeias de valores locais, subnacionais, nacionais, regionais e globais. Apoiaremos também a agricultura urbana, e o consumo e a produção locais, sustentáveis e responsáveis, assim como as interações sociais, por meio de redes de comércio e mercado locais como uma opção que contribui para a sustentabilidade e segurança alimentar.

Demonstrações: Programa Agricultura Urbana; Território Cidadão; entre outros.

32) Princípio: 96. Encorajaremos a implementação de políticas de planejamento urbano e territorial sustentável, incluindo planos metropolitanos e entre cidades e regiões para incentivar sinergias e interações entre áreas urbanas de todos os tamanhos e seus arredores periurbanos e rurais, incluindo áreas transfronteiriças, e apoiaremos o desenvolvimento de projetos de infraestrutura regionais sustentáveis que estimulem a produtividade econômica sustentável, promovendo um crescimento equilibrado das regiões em todo o continuum urbano-rural. A este respeito, promoveremos, com base na função de cada território e nas áreas urbanas, parcerias urbano-rurais e mecanismos de cooperação intermunicipais como instrumentos efetivos para execução de tarefas administrativas municipais e metropolitanas, fornecimento de serviços públicos e promoção do desenvolvimento local e regional.

Demonstrações: Território Cidadão; Agricultura urbana; Avançar Cidades, entre outros .

33) Princípio: 98. Promoveremos o planejamento urbano e territorial integrado, incluindo expansões urbanas planejadas com base nos princípios do uso equitativo, eficiente e sustentável do solo e dos recursos naturais, da compacidade, do policentrismo, da densidade e conectividade adequadas, do uso misto do espaço, bem como do uso das áreas construídas combinando fins sociais e econômicos, no



intuito de impedir a dispersão urbana, reduzir os desafios e as necessidades de mobilidade e os custos per capita de fornecimento de serviços e aproveitar a densidade e as economias de escala e de aglomeração, quando pertinente.

Demonstrações: Território Cidadão; Avançar Cidades, entre outros

34) Princípio: 99. Apoiaremos a implementação de estratégias de planejamento urbano, conforme o caso, que facilitem a mistura social por meio da oferta de opções de habitação economicamente acessíveis com serviços básicos de qualidade e espaços públicos para todos, aumentando a segurança e a proteção, favorecendo a interação social e intergeracional e a valorização da diversidade. Adotaremos as medidas necessárias para incluir treinamento e apoio adequados para profissionais envolvidos na prestação de serviços e comunidades que vivem em áreas afetadas pela violência urbana.

Demonstrações: Território Cidadão; festivais realizados, de esporte e cultura, entre outros.

35) Princípio: 100. Apoiaremos a oferta de redes bem projetadas de ruas e espaços públicos seguros, inclusivos a todos, acessíveis, verdes e de qualidade, livres de crime e violência, incluindo o assédio sexual e a violência de gênero, considerando a escala humana, bem como a adoção de medidas que permitam o melhor uso comercial possível dos andares no nível da rua, impulsionando o comércio e mercados locais, tanto formais como informais e iniciativas comunitárias sem fins lucrativos, trazendo as pessoas para os espaços públicos e promovendo a mobilidade de pedestres e ciclistas com o objetivo de melhorar a saúde e o bem-estar.

Demonstrações: CONSEG (Conselho de Segurança , Ações realizadas pela Guarda municipal , e segurança no Município entre outros.

36) Princípio: 102. Faremos esforços para melhorar a capacidade de planejamento e desenho urbanos e a oferta de formação para planejadores urbanos nos níveis nacional, subnacional e local.

Demonstrações: PAIT, Plano Diretor

37) Princípio: 103. Integraremos medidas inclusivas para a segurança urbana e a prevenção da criminalidade e da violência, incluindo o terrorismo e o extremismo violento que conduz ao terrorismo. Tais medidas envolverão, conforme o caso, comunidades locais e atores não governamentais relevantes no desenvolvimento de estratégias e iniciativas urbanas, inclusive considerando favelas e assentamentos informais, assim como a vulnerabilidade e fatores culturais no desenvolvimento de políticas relativas à segurança pública e à prevenção da criminalidade e violência, incluindo por meio da prevenção e do combate à estigmatização de grupos específicos como sendo maiores ameaças à segurança.

Demonstrações: CONSEG , Guarda Municipal, Botão do Panico, Segurança Rural



38) Princípio: 116. Apoiaremos o desenvolvimento desses mecanismos e estruturas, com base em políticas nacionais de mobilidade e transporte urbanos sustentáveis para contratação e regulamentação transparentes, abertas e sustentáveis de serviços de transporte e mobilidade em áreas urbanas e metropolitanas, incluindo o uso de novas tecnologias que permitam serviços de mobilidade compartilhada. Apoiaremos o desenvolvimento de relações contratuais claras, transparentes e responsáveis entre governos locais e os fornecedores de serviços de transporte e mobilidade, incluindo a gestão de dados, de modo que se proteja o interesse público e a privacidade individual e que se definam as obrigações mútuas.

Demonstrações: Avançar Cidades, e outros.

39) Princípio :135 Promoveremos sistemas sólidos e transparentes de transferências financeiras do governo nacional aos governos subnacionais e locais com base em suas necessidades, prioridades, funções, mandatos e incentivos relacionados ao desempenho, conforme apropriado, de modo a oferecer-lhes recursos adequados, oportunos e previsíveis e aprimorar sua própria capacidade de arrecadar receitas e gerir despesas.

Demonstrações: Portal da Transparência, licitações ao vivo , Compras Unificadas

40) Princípio :160 “Estimularemos a criação, a promoção e o aperfeiçoamento de plataformas de dados abertas, participativas e de fácil utilização, utilizando ferramentas tecnológicas e sociais disponíveis para transferir e partilhar o conhecimento entre governos nacionais, subnacionais, locais e atores relevantes, através de atores não estatais e cidadãos, para melhorar a eficácia da gestão e do planeamento urbano, a eficiência e a transparência por meio do governo eletrônico, de abordagens auxiliadas pelas tecnologias de informação e comunicação, e da gestão de informações geoespaciais” .

Demonstrações: Orçamento Participativo; PARTICITY ; GEOPORTAL

41) Princípio: 148 “ Promoveremos o reforço da capacidade dos governos nacionais, subnacionais e locais, por meio das associações de governos locais, quando aplicável, para trabalhar com mulheres e meninas, crianças e jovens, idosos e pessoas com deficiência, povos autóctones e comunidades locais, e os que se encontram em situações vulneráveis, assim como com a sociedade civil, a academia e instituições de investigação, na configuração de processos de governação organizacional e institucional, permitindo aos mesmos a participação efetiva na tomada de decisões acerca do desenvolvimento urbano e territorial”.

Demonstrações : CONSELHOS. TERRITÓRIO



42) Princípio: 102. Empenhar-nos-emos para melhorar a capacidade de planejamento e desenho urbanos e de formação de urbanistas ao nível nacional, subnacional e local”.

Demonstrações : Legislação Atuentes e completas.

43) Princípio: 150 Apoiaremos, em conformidade com as legislações nacionais, o fortalecimento da capacidade dos governos subnacionais e locais para implementar eficientemente uma governação local e metropolitana multinível, em todos os limites administrativos e com base nas funções de cada território, garantindo o envolvimento de governos subnacionais e locais na tomada de decisão, trabalhando para lhes fornecer a autoridade e os recursos necessários para gerir problemas urbanos, metropolitanos e territoriais críticos. Promoveremos a governação metropolitana inclusiva que inclui quadros legais e mecanismos de financiamento fiáveis, incluindo a gestão sustentável de dívidas, quando aplicável. Tomaremos medidas para promover a participação e a igualdade de plenos e efetivos direitos das mulheres em todos os campos e na liderança em todos os níveis de tomada de decisão, incluindo em governos locais.

Demonstrações : Territórios

ANEXO T 5.7 - Video Institucional com release de ações em consonância com a NAU.



1 - COMPRAVAÇÃO NAU.mp4

T5.8 Seu Município possui legislação e regularização urbana atualizada (leis de uso e ocupação do solo, regularização fundiária, perímetro urbano)

Resposta:

Município de Cascavel possui legislação e regularização urbana , atualizada e em vigor. Que pode ser conferida no site do município.

ANEXO T 5.8 - DEMONSTRATIVO detalhado da Legislação por área específica



T5.9 Seu Município está implementando o Plano Diretor

Resposta:

As ações do Plano Diretor Municipal está sendo revisada a partir da Construção do Plano de Mobilidade Urbana, conquista esta financiada por adesão a um Programa Federal Avançar Cidades , no qual o município foi destaque sendo o 1º a Contratar os Serviços , graças ao atendimento técnico da Documentação Proposta - na categoria para municípios deste porte de números de habitantes.

<https://www.desenvolvertreinamentos.com.br/tres-municipios-brasileiros-receberao-r-331-milhoes-do-programa-avancar-cidades/>

ANEXO T5.9. Demonstra Legislação.

T5.10 Seu Município está realizando a discussão pública e a implementação dos 175 princípios da Nova Agenda Urbana (NAU).

Não. Mas tem interesse em Inaugurar Discussão pública, sobretudo caso venha a participar do Programa INOVAJUNTOS.

T5.11 Seu Município está implementando, pelo menos, 03 destas políticas nacionais de desenvolvimento urbano, a saber: 1. habitação, 2. saneamento e resíduos sólidos, 3. defesa civil, 4. mobilidade, 5. planejamento urbano

As políticas de desenvolvimento Urbano são praticadas em todos os segmentos no município de Cascavel.

Uma demonstração evidente desta Gestão Consciente e Integrada são os números reconhecidos por importantes veículos de Informação e Comunicações.

Os programas aqui implantados ganham destaques e notoriedade.

São várias ações segmentadas em áreas múltiplas que fazem de Cascavel hoje DESTAQUE no cenário nacional.

HABITAÇÃO - Plano Municipal de Habitação – Lei 6063/2012

SANEAMENTO- Plano municipal de Saneamento – Lei 6311/2013

MOBILIDADE - Plano Municipal Viário e de Transportes (Em revisão: Plano de Mobilidade)- 6062/2012

PLANEJAMENTO URBANO- Plano Diretor – Lei Complementar 91/2017

<https://leismunicipais.com.br/prefeitura/pr/cascavel>

Notícias:



<https://aesbe.org.br/cascavel-e-a-2a-melhor-cidade-em-saneamento-do-brasil-aponta-pesquisa-nacional/#:~:text=Registrar%2Dse-,Cascavel%20%C3%A9%20a%202%C2%AA%20melhor%20cidade,do%20Brasil%2C%20aponta%20pesquisa%20nacional&text=O%20munic%C3%ADpio%20de%20Cascavel%20mais,avan%C3%A7a%20em%20todo%20o%20pa%C3%ADs.&text=A%20cidade%20de%20Franca%2C%20em,primeira%20em%20todo%20o%20Brasil>

<http://www.paranaoeste.com.br/editoriais/dia-a-dia/item/866-cascavel-%C3%A9-a-90%C2%AA-maior-economia-do-brasil,-segundo-o-ibge.html>

<https://tarobanews.com/noticias/parana/cascavel-e-destaque-entre-as-100-maiores-cidades-do-brasil-qxvb5.html>

http://www.cascavel.pr.gov.br/portal_servidor/noticia.php?id=107

<https://revistas.ufpr.br/turismo/article/view/30254>

<https://www.cidadessustentaveis.org.br/painelIndicadoresCidade/detalhes/3981>

Anexo T 5.11 - Demonstra Legislação.

T5.12 Seu Município está implementando mecanismos inovadores de financiamento urbano (IPTU progressivo, taxas urbanas etc)

Resposta:

Temos implementado mecanismos de Financiamento Urbano.

ANEXO T 5.12 - Verifica legislação e acesso.



Passado

Quantidade Excessiva de Servidores Alocados nos Almoxxarifados Existentes;
Separação e Distribuição Ineficiente;
Risco de Incêndios;
Ausência de controle de estoques e vencimentos dos produtos;
Falta de Gerenciamento de Atas e Contratos;
Ambiente de armazenamento inadequados;
Ambiente que propicia a ocorrência de possíveis extravios de materiais;
Problemas com poder de compra/fraude das fornecedoras atuais;
Ação é do Plano de Governo;
Despesa anual de R\$ 690.000,00 com locações de barracões;
Aumento de 50% com os gastos com materiais de expediente de 2017 até agosto de 2019;
Aumento de 35% com os gastos com materiais de copa e cozinha de 2017 até 2018;
Aumento de 20% com os gastos com materiais de limpeza de 2017 até 2018;
Custo elevado com a terceirização da logística;
Já existem experiências validadas pelo Governo Federal e Instituto Chico Mendes.

BENEFÍCIOS Futuro

Economia com a manutenção dos espaços (água, luz, custeio em geral), manutenção dos veículos (gasolina e man. geral);
Desmobilização das estruturas existentes e mobiliários/equipamentos de forma gradativa;
Economia de R\$ 690.000,00/ano com locação de barracões;
Aproveitamento de parte dos servidores hoje alocados a serviço dos almoxxarifados de forma gradativa;
Redução dos custos com o custeio do município, em vista da definição de valor máximo por secretaria;
Supressão gradativa dos estoques até o ponto da existência (central);
Assunção da responsabilidade do município no armazenamento, transporte, controle de estoques e gerenciamento dos produtos;
Inovação e Modernização Administrativa;
Desburocratização;
Transparência e Controle;
Processo Dinâmico e em Tempo Real;
Otimização da Logística;
Sincronização dos Itens Adquiridos;
Sustentabilidade;
Eliminação da Ocorrência de Desvios no Estoque;
Economia em larga escala em decorrência do alto volume de bens adquiridos.
Custo anual estimado para a terceirização tão somente da logística dos almoxxarifados era de R\$ 3.300.000 o que não representa o custo total do atual projeto (conforme detalhamento de custos)

CONTRATAMENTO SMART

Contratação de empresa para operacionalização do Almoxxarifado Virtual para fornecimento de materiais de expediente, copa e cozinha, limpeza e processamento de dados (1ª etapa) e gêneros alimentícios (2ª etapa), ficando a empresa responsável pelo fornecimento e transporte/entrega dos materiais nas unidades solicitantes, pelo período de 12 meses.

REQUISITOS

- Haverá a necessidade de um Inventário dos materiais e bens existentes nos almoxxarifados;
- Instrução Normativa;
- Valor Mínimo de Compra;
- Serão bloqueadas as compras de itens existentes até que os estoques sejam zerados;
- Será permitida a sub contratação de empresa
- Poderá haver FRETE (pedido menor que o mínimo);
- Entregas MENSÁIS (exceção de gêneros alimentícios);
- Modalidade de Licitação: PREGÃO;
- As solicitações de materiais deverão ocorrer até o dia 10 de cada mês;
- A entrega dos materiais ocorrerá em até 10 dias após o pedido;
- Os itens da prateleira deverão ser previamente estabelecidos;
- Haverá o desconto no valor GLOBAL;
- A NF será emitida por secretaria;
- Os pedidos serão realizados pelo site (que conterá foto dos produtos);
- Haverá a necessidade de capacitação para os servidores;
- Será elaborada uma lista de itens com preços referenciais;
- Haverá a necessidade de definição dos usuários que terão acesso ao sistema, bem como os locais de entrega por usuário;
- Não haverá taxa administrativa para a empresa;
- Os mobiliários existentes deverão ser reutilizados;
- Os barracões atuais deverão ser devolvidos;
- O barracão da saúde deverá permanecer para alocar os materiais hospitalares e medicamentos;
- O barracão da SEPLAG (próprio) poderá ser utilizado para os inservíveis das secretarias;
- As regras referentes ao recebimento dos produtos, atesto, contestação e etc. serão definidas no termo de referência
- Será necessário prever o reajuste anual do contrato;
- Os empenhos serão feitos pelo elemento da despesa do material;
- Haverá uma contra-nota com a relação dos produtos adquiridos;

- Externos & Fatores Externos**
(cada Stakeholder's deverá ser classificado quanto ao seu nível de influência e posicionamento em relação ao projeto)
- Prefeito Municipal (i+/e)
 - Tribunal de Contas (i+/n)
 - Jurídico (i+/o)
 - Secretaria (i-/n)
 - Empresa Contratada (i+/n)
 - SEBRAE/Empresas Atuais/MEI's (i+/o)
 - Imprensa (i+/o)
 - Vereadores (i+/o)
 - População (i+/n)

- Reserva orçamentária a partir de janeiro de 2020.
- Lista de produtos deverá ser flexível;
- Empenho será por valor estimado;
- Será estabelecido um valor máximo por Secretaria;
- Levantamento dos recursos Humanos dos Servidores lotados nos Almoxxarifados;
- Deverá ocorrer o reaproveitamento gradativo dos recursos humanos que não serão mais utilizados nos processos suprimidos, gradativamente;
- Será necessário agendar um encontro com os secretários das pastas para apresentação do projeto;
- Será necessário agendar um encontro com a comissão de finanças da câmara (vereadores) para apresentação do projeto;
- Será necessário organizar uma Escola de Governo para apresentação do projeto à população, imprensa, entidades representativas, sociedade civil organizada, etc.

- Riscos**
(Cada risco deverá ser avaliado através da seguinte escala: 1. Baixo; 2. Moderado; 3. Alto; 4. Muito Alto.)
- Risco:** Não Autorizar/ **Causa:** Falta de Convencimento/ **Contingência:** Demonstrar os Benefícios do Projeto. **1**
 - Risco:** Impugnação da Licitação / **Causa:** Algo Inovador / **Contingência:** Embasar tecnicamente e legalmente o projeto. **3**
 - Risco:** Parecer Desfavorável / **Causa:** Algo Inovador / **Contingência:** Demonstrar que já foi implementado no Gov Fed. **3**
 - Risco:** Rejeição do Projeto / **Causa:** Intolerância à Mudança / **Contingência:** Envolvê-los no projeto de forma setorial promovendo convencimento. **6**
 - Risco:** Falta de Produto / **Causa:** Falta de Planejamento / **Contingência:** Garantir durante o processo de conscientização e instrução normativa a ciência quanto à dinâmica de entrega. **3**
 - Risco:** Cobrança de Frete/ **Causa:** Pedidos menores que o mínimo/ **Contingência:** Estabelecer valor mínimo e trabalhar a conscientização das secretarias. **3**

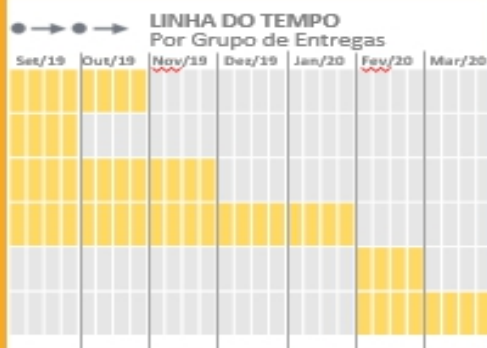
GRUPOS DE ENTREGAS

- Inventário dos Almoxxarifados
- Sensibilização
- Elaboração da Instrução Normativa
- Proc. Licit. Contratação do Serviço
- Capacitação dos Servidores
- Implantação do Serviço

EQUIPE

- Administrador (Compras Unificadas)
- Solicitante (Unidade Solicitante)
- Aprovador (Financeiro/Secretário)
- Agente de Triagem (apenas para as entregas centralizadas)
- Empresa Fornecedora

- Risco:** Licitação Deserta/ **Causa:** Falta de Interesse/ **Contingência:** Atas vigentes até agosto/20/Fazer RP/Divulgar para as empresas. **3**
- Risco:** Falência da Empresa/ **Causa:** Má Gestão/ **Contingência:** Chamar o 2º colocado ou Contratação de Emergência **1**
- Risco:** Provável redução no fornecimento de materiais pelas empresas locais/ **Causa:** Centralização das compras em uma única empresa/ **Contingência:** Agendar encontro com a ACIC/Escritório de Compras para apresentar projeto e debater a maior participação das empresas locais nas licitações de serviço **6**
- Risco:** Crítica da Imprensa/ **Causa:** Ano Eleitoral/ **Contingência:** Escola de Governo **6**
- Risco:** Questionamento dos Vereadores/ **Causa:** Existência de Bancada de Situação e Oposição/ **Contingência:** Apresentar Projeto para a Comissão de Finanças da Câmara **6**
- Risco:** Recepção negativa da população/ **Causa:** Desconhecimento do Projeto/ **Contingência:** Escola de Governo **3**



RESTRIÇÕES
Processos vigentes até agosto de 2020;
Ano eleitoral: inauguração até junho de 2020.

CUSTOS
Não haverá custo para implantação do projeto, exceto o custo regular com as aquisições usuais dos materiais estocados (este devidamente detalhado no TAP).



JUSTIFICATIVAS Passado

Despesa anual de R\$ 690.000,00
com locações de barracões

Falta de Planejamento de Compras

Aumento de 20% com os gastos
com materiais de limpeza de 2017
até 2018

Ausência de controle de estoques
e vencimentos dos produtos

Ambientes de armazenamento
inadequados

Aumento de 50% com os gastos
com materiais de expediente de
2017 até agosto de 2019

Falta de Gerenciamento de Atas e
Contratos

Ação está prevista no Plano de
Governo

Aumento de 35% com os gastos
com materiais de copa e cozinha
de 2017 até 2018

Ambiente que propicia a
ocorrência de possíveis extravios
de materiais

Problemas com poder de
compra/fraude das fornecedoras
atuais

Já existem experiências validadas
pelo Governo Federal e Instituto
Chico Mendes

Quantidade Excessiva de
Servidores Alocados nos
Almoxarifados Existentes

Custo elevado com a terceirização
da logística

Separação e Distribuição
Ineficiente

Risco de Incêndios



Economia gradativa de R\$ 690.000,00/ano com locação de barracões

Supressão gradativa dos estoques até o ponto da inexistência (central)

Transparência e Controle

Economia gradativa com a manutenção dos espaços (água, luz, custeio em geral), manutenção dos veículos (gasolina e man. geral)

Padronização dos Itens Adquiridos

Sustentabilidade

Reaproveitamento de parte dos servidores hoje alocados a serviço dos almoxarifados de forma gradativa

Inibição da Ocorrência de Desvios no Estoque

Desburocratização

Desoneração da responsabilidade do município no armazenamento, transporte, controle de estoques e vencimento dos produtos

Economia em larga escala em decorrência do alto volume de itens adquiridos

Inovação e Modernização Administrativa

Desmobilização das estruturas existentes e mobiliários/equipamentos de forma gradativa

Otimização da Logística

O custo anual estimado para a terceirização tão somente da logística dos almoxarifados era de R\$ 3.300.000 o que não representa o custo total do atual projeto (que já inclui o custo dos materiais estocados)

Redução do custeio do município, em vista da definição de valor máximo por secretaria

Gestão Dinâmica e em Tempo Real



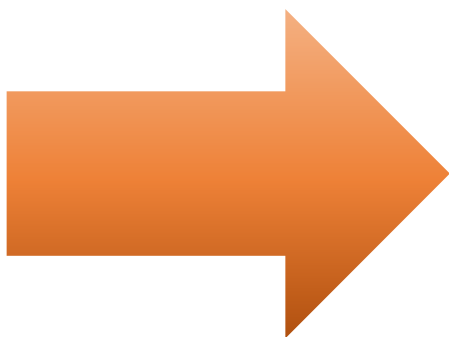
OBJETIVO SMART

Contratação de empresa para operacionalização do Almoxarifado Virtual, na metodologia “just-in-time”, para fornecimento de materiais:

1ª etapa: materiais de expediente, copa e cozinha, limpeza e processamento de dados

ficando a empresa responsável pelo fornecimento e transporte/entrega dos materiais nas unidades solicitantes, pelo período de 12 meses.

2ª etapa: gêneros alimentícios



EXCLUSÃO DO ESCOPO: Não serão abrangidos por este projeto os mobiliários, equipamentos e materiais permanentes, medicamentos, materiais hospitalares, materiais elétricos e de construção, equipamentos de proteção e segurança, materiais para manutenção da frota e da iluminação pública, bem como outros materiais que não definidos no objeto do projeto.



REQUISITOS

Haverá a necessidade de um Inventário dos materiais e bens existentes nos almoxarifados

Instrução Normativa

Serão bloqueadas as compras de itens existentes até que os estoques sejam zerados

Modalidade de Licitação: PREGÃO

Haverá o desconto no valor GLOBAL

Valor Mínimo de Compra

Os itens da prateleira deverão ser previamente estabelecidos;

Será elaborada uma lista de itens com preços referenciais

Não haverá taxa administrativa para a empresa

Será permitida a sub contração de empresa

Levantamento dos recursos Humanos dos Servidores lotados nos Almoxarifados

Deverá ocorrer o reaproveitamento gradativo dos recursos humanos que não serão mais utilizados nos processos suprimidos, gradativamente

Entregas MENSAIS (exceção de gêneros alimentícios)

Os mobiliários existentes deverão ser reutilizados

Os barracões atuais deverão ser devolvidos

O barracão da SEPLAG (próprio) poderá ser utilizado para os inservíveis das secretarias

O barracão da saúde deverá permanecer para alocar os materiais hospitalares e medicamentos

Haverá a necessidade de capacitação para os servidores

Lista de produtos deverá ser flexível



REQUISITOS

As solicitações de materiais deverão ocorrer até o dia 10 de cada mês

A entrega dos materiais ocorrerá em até 10 dias após o pedido

Empenho será por valor estimado

A NF será emitida por secretaria

As regras referentes ao recebimento dos produtos, atesto, contestação serão definidas no termo de referência

Haverá a necessidade de definição dos usuários que terão acesso ao sistema, bem como os locais de entrega por usuário

Os empenhos serão feitos pelo elemento da despesa do material

Os pedidos serão realizados pelo site (que conterá foto dos produtos)

Será estabelecido um valor máximo por Secretaria

Haverá uma contra-nota com a relação dos produtos adquiridos

Reserva orçamentária a partir de janeiro de 2020

Será necessário prever o reajuste anual do contrato

Poderá haver FRETE (pedido menor que o mínimo)

Será necessária a apresentação do Projeto à Comissão de Finanças da Câmara

Será necessária a apresentação do Projeto na Escola de Governo para a população, imprensa e sociedade civil organizada



EQUIPE

Unidade da
Ponta

Solicitante



Financeiro/
Secretário

Aprovador

Administrador



Empresa

Agente de
Triagem*

Fornecedora/
Entregadora

Quem
intermedia o
recebimento do
produto*

**Apenas para os casos onde haverá o
recebimento centralizado*



STAKEHOLDERS

Externos & Fatores Externos

(cada Stakeholder's deverá ser classificado quanto ao seu nível de influência e posicionamento em relação ao projeto)



RISCOS

(Casa risco deverá ser avaliado através da seguinte escala:
1. baixo; 3. moderado; 6. Alto; 10. Muito Alto.)

1. Prefeito Municipal (i+/e)

Risco: Não Autorizar

Causa: Falta de
Convencimento

Ação: Demonstrar os
benefícios do projeto

1



STAKEHOLDERS

Externos & Fatores Externos
(cada Stakeholder's deverá ser classificado quanto ao seu *nível de influência e posicionamento* em relação ao projeto)



RISCOS

(Casa risco deverá ser avaliado através da seguinte escala:
1. baixo; 3. moderado; 6. Alto; 10. Muito Alto.)

2. Tribunal de Contas (i+/n)

Risco: Impugnação da
Licitação

Causa: Projeto Inovador

Ação: Embasar técnica e
legalmente o projeto

3



STAKEHOLDERS

Externos & Fatores Externos

(cada Stakeholder's deverá ser classificado quanto ao seu nível de influência e posicionamento em relação ao projeto)



RISCOS

(Casa risco deverá ser avaliado através da seguinte escala:
1. baixo; 3. moderado; 6. Alto; 10. Muito Alto.)

3. Jurídico (i+/o)

Risco: Parecer Desfavorável

Causa: Projeto Inovador

Ação: Demonstrar que já
houveram experiências
validadas pelo Gov. Federal e
Inst. Chico Mendes

3



STAKEHOLDERS

Externos & Fatores Externos
(cada Stakeholder's deverá ser classificado quanto ao seu nível de influência e posicionamento em relação ao projeto)

4. Secretarias (i-/n)



RISCOS

(Casa risco deverá ser avaliado através da seguinte escala:
1. baixo; 3. moderado; 6. Alto; 10. Muito Alto.)

Risco nº 01: Rejeição

Causa: Intolerância à mudança

Ação: Envolvê-los no projeto de forma setorial

6

Risco nº 02: Falta de Produtos

Causa: Ausência de Planejamento de Compras

Ação: Garantir, durante o processo de sensibilização das secretarias que todos entendam como será a nova dinâmica de compras

3



STAKEHOLDERS

Externos & Fatores Externos

(cada Stakeholder's deverá ser classificado quanto ao seu nível de influência e posicionamento em relação ao projeto)



RISCOS

(Casa risco deverá ser avaliado através da seguinte escala: 1. baixo; 3. moderado; 6. Alto; 10. Muito Alto.)

Risco nº 01: Licitação Deserta

Causa: Falta de Interesse

Ação: Atas até agosto/Fazer RP

3

Risco nº 02: Falência da Empresa

Causa: Má Gestão

Ação: Chamar 2ª colocada/Fazer contratação emergencial

1

Risco nº 03: Cobrança de Frete

Causa: Falta de Planejamento das Secretarias

Ação: Estabelecer e conscientizar as secretarias acerca do valor mínimo de compras

3

5. Empresa Contratada (i+/n)



STAKEHOLDERS

Externos & Fatores Externos

(cada Stakeholder's deverá ser classificado quanto ao seu nível de influência e posicionamento em relação ao projeto)



RISCOS

(Casa risco deverá ser avaliado através da seguinte escala: 1. baixo; 3. moderado; 6. Alto; 10. Muito Alto.)

6. SEBRAE/Empresas/MEI's (i+/o)

Risco: Possível redução da participação de empresas locais no fornecimento de materiais

Causa: Centralização das compras em uma única empresa

Ação: Apresentar o projeto para o Escritório de Compras, demonstrando que o maior montante de licitações são do tipo "serviço" debatendo uma forma de estimular a maior participação de empresas locais neste segmento

6



STAKEHOLDERS

Externos & Fatores Externos
(cada Stakeholder's deverá ser classificado quanto ao seu *nível de influência e posicionamento* em relação ao projeto)



RISCOS

(Casa risco deverá ser avaliado através da seguinte escala:
1. baixo; 3. moderado; 6. Alto; 10. Muito Alto.)

7. Imprensa (i+/o)

Risco: Críticas da Imprensa

Causa: Ano Eleitoral

Ação: Realizar uma Escola de Governo para apresentar o projeto

6



STAKEHOLDERS

Externos & Fatores Externos
(cada Stakeholder's deverá ser classificado quanto ao seu nível de influência e posicionamento em relação ao projeto)



RISCOS

(Casa risco deverá ser avaliado através da seguinte escala:
1. baixo; 3. moderado; 6. Alto; 10. Muito Alto.)

8. Vereadores (i+/e - o)

Risco: Questionamento dos Vereadores

Causa: Existência de Bancada de Oposição e Situação

Ação: Apresentar o Projeto à Comissão de Finanças da Câmara

6



STAKEHOLDERS

Externos & Fatores Externos
(cada Stakeholder's deverá ser classificado quanto ao seu *nível de influência e posicionamento* em relação ao projeto)



RISCOS

(Cada risco deverá ser avaliado através da seguinte escala:
1. baixo; 3. moderado; 6. Alto; 10. Muito Alto.)

9. População (i+/n)

Risco: Recepção Negativa

Causa: Desconhecimento do Projeto

Ação: Realizar uma Escola de Governo para apresentar o projeto demonstrando os benefícios do projeto (especialmente economia)

1



RESTRIÇÕES

Atas vigentes até agosto
de 2020

Ano Eleitoral: inauguração até
junho de 2020



CUSTOS

Não haverá custo para implantação do projeto, exceto o custo regular com as aquisições usuais dos materiais estocados (este devidamente detalhado no TAP).



GRUPOS DE ENTREGAS

1. Inventário dos Almoxarifados



2. Sensibilização



3. Elaboração da Instrução Normativa



4. Proc. Licit. Contratação do Serviço



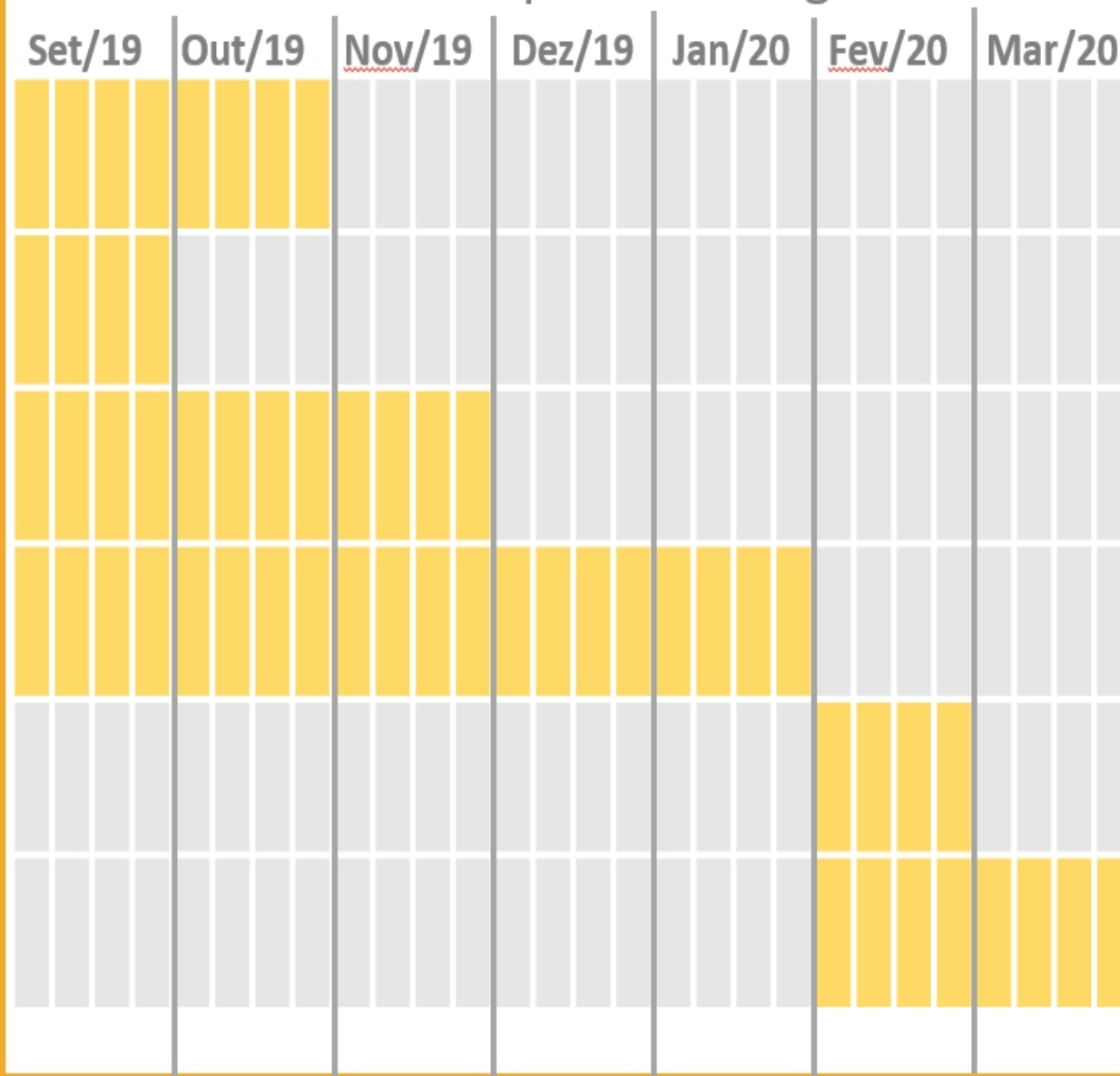
5. Capacitação dos Servidores



6. Implantação do Serviço



LINHA DO TEMPO Por Grupo de Entregas



**Serviço: Atende.Net****Conjunto - Código: 1 - [Gerenciamento]**

Código	Título	Sistema	Destaque	Situação
78	Recuperação de Senha de Acesso	Cadastros Únicos	Sim	Disponível

Conjunto - Código: 2 - [Alta Gestão]

Código	Título	Sistema	Destaque	Situação
192	Adesão ao DTE (Domicílio Tributário Eletrônico)	Domicílio Eletrônico do Contribuinte	Não	Disponível
107	Diário Oficial	Diário Oficial	Não	Disponível
195	DTE - Domicílio Tributário Eletrônico	Domicílio Eletrônico do Contribuinte	Não	Disponível
152	Particity	Serviços Públicos	Não	Disponível

Conjunto - Código: 3 - [Fiscal]

Código	Título	Sistema	Destaque	Situação
203	Consulta NFS-e de Serviços Prestados	Nota Fiscal Eletrônica (Novo)	Não	Disponível
186	Consulta NFS-e de Serviços Tomados	Nota Fiscal Eletrônica (Novo)	Não	Disponível
197	Emissão de NFS-e Mobile	Nota Fiscal Eletrônica (Novo)	Não	Disponível

Conjunto - Código: 4 - [Portal do Cidadão]

Código	Título	Sistema	Destaque	Situação
81	Acesso à Informação	Ouvidoria	Não	Disponível
84	Acesso ao Sistema de Escrita Fiscal	Portal do Cidadão	Não	Disponível
25	Alterar Senha de Acesso	Portal do Cidadão	Não	Disponível
116	Autenticidade de Documentos e Relatórios	Portal do Cidadão	Não	Disponível
217	Autenticidade de Email	Portal do Cidadão	Não	Disponível
221	Carta de Serviços (clique direito do mouse sobre o serviço e escolha acessá-lo ou ver informações)	Portal do Cidadão	Não	Disponível
21	Consulta a Ouvidoria	Ouvidoria	Não	Disponível
19	Consulta de Processo Digital	Processo Digital	Sim	Disponível
26	Emissão de Processo Digital	Processo Digital	Não	Disponível
68	Ficha de Atualização Cadastral	Portal do Cidadão	Não	Disponível
23	Ouvidoria Municipal	Portal do Cidadão	Não	Disponível
80	Portal da Transparência	Portal da Transparência	Não	Disponível
77	Solicitação de Acesso	Portal do Cidadão	Sim	Disponível

Conjunto - Código: 5 - [Arrecadação]

Código	Título	Sistema	Destaque	Situação
153	Atualização de Endereços	Arrecadação	Não	Disponível
139	Autenticidade de Boleto	Arrecadação	Não	Disponível
98	Carnê IPTU/Lixo 2020 Via Web - Solicite Aqui.	Arrecadação	Não	Disponível
31	Consulta e Autenticidade da Certidão Negativa de Débitos - CND	Arrecadação	Não	Disponível
105	Declaração de quitação de ITBI	ITBI e Taxas	Sim	Disponível
194	Doações	Arrecadação	Não	Disponível
36	Emissão da Certidão Negativa de Débitos - CND	Arrecadação	Sim	Disponível
37	Emissão de Alvará de Licença e Funcionamento - Segunda Via	ISSQN e Taxas	Não	Disponível
51	Emissão de Guia Única	Arrecadação	Não	Disponível
46	Emissão de Guias Alvará	ISSQN e Taxas	Não	Disponível
41	Emissão de Guias Contribuição de Melhoria	Contribuição de Melhorias	Não	Disponível
44	Emissão de Guias Dívida Ativa	Dívida Ativa	Não	Disponível
49	Emissão de Guias IPTU	IPTU e Taxas	Sim	Disponível
48	Emissão de Guias Receitas Diversas	Receitas Diversas	Não	Disponível
52	Extrato de Débito	Arrecadação	Sim	Disponível
136	Parcelamento de Débitos	Dívida Ativa	Não	Disponível

Conjunto - Código: 6 - [Contabilidade]

Código	Título	Sistema	Destaque	Situação
5	Consulta de Valores a Receber	Execução Orçamentária	Não	Disponível
7	Consulta Empenhos do Fornecedor	Execução Orçamentária	Não	Disponível



Serviço: Atende.Net

Conjunto - Código: 7 - [Suprimentos]

Código	Título	Sistema	Destaqu	Situação
258	Contratos Lei 13.019/14	Compras e Contratos	Não	Disponível
9	Enviar Proposta de Licitações	Compras e Contratos	Não	Disponível
8	Licitações	Compras e Contratos	Sim	Disponível
233	Ordens de Compra referentes ao COVID-19	Compras e Contratos	Não	Disponível
76	Readequação Valores do Lote	Compras e Contratos	Não	Disponível

Conjunto - Código: 8 - [Recursos Humanos]

Código	Título	Sistema	Destaqu	Situação
132	Atualização Cadastral Funcionário	Folha de Pagamento	Não	Disponível
13	Autenticidade do Recibo de Pagamento	Folha de Pagamento	Não	Disponível
113	Cadastro de Cursos	Treinamento e Desenvolvimento	Não	Disponível
241	Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT)	Segurança e Medicina do Trabalho	Não	Disponível
234	Consulta de Atos Legais	Folha de Pagamento	Não	Disponível
223	Consulta Licença Prêmio Gozada	Folha de Pagamento	Não	Disponível
18	Emissão Demonstrativo de Tempo de Serviço	Folha de Pagamento	Não	Disponível
16	Emissão do Recibo de Pagamento	Folha de Pagamento	Não	Disponível
140	Emissão do Relatório de Afastamentos e Faltas	Folha de Pagamento	Não	Disponível
134	Emissão do Relatório de Aniversariantes	Folha de Pagamento	Não	Disponível
141	Emissão do Relatório de Licença Prêmio	Folha de Pagamento	Não	Disponível
119	Emissão do Relatório Espelho Ponto	Ponto Eletrônico	Não	Disponível
120	Emissão do Relatório Gerencial de Férias	Folha de Pagamento	Não	Disponível
220	Emissão Relatório Curso Período	Avaliação de Desempenho	Não	Disponível
14	Extrato Anual Contribuições para Previdência	Folha de Pagamento	Não	Disponível
15	Extrato de Empréstimo Consignado	Folha de Pagamento	Não	Disponível
95	Ficha Financeira	Folha de Pagamento	Não	Disponível
129	Ficha Registro Funcionário	Folha de Pagamento	Não	Disponível
156	Registro de Ponto Biométrico	Ponto Eletrônico	Não	Disponível

Conjunto - Código: 9 - [Saúde]

Código	Título	Sistema	Destaqu	Situação
160	Agendadas	Gestão da Saúde	Não	Disponível
150	Consulta Medicamentos da Rede	Gestão da Saúde	Não	Disponível
161	Efetuadas	Gestão da Saúde	Não	Disponível
201	Emissão de Denúncias	Gestão da Saúde	Não	Disponível
166	Enfermagem	Gestão da Saúde	Não	Disponível
149	Histórico de Medicamentos	Gestão da Saúde	Não	Disponível
148	Medicamentos em Uso	Gestão da Saúde	Não	Disponível
164	Médico	Gestão da Saúde	Não	Disponível
165	Odontológico	Gestão da Saúde	Não	Disponível
151	Outros Medicamentos/Recomendações	Gestão da Saúde	Não	Disponível
167	Resultado dos Exames	Gestão da Saúde	Não	Disponível
172	Vacinas Aplicadas	Gestão da Saúde	Não	Disponível

Serviço: Específico

Conjunto - Código: 4 - [Portal do Cidadão]

Código	Título	Sistema	Destaqu	Situação
32	Alteração de Contador	Processo Digital	Não	Disponível
31	Alteração Quadro Societário	Processo Digital	Não	Disponível
26	Alvará Fácil Online	Portal do Cidadão	Sim	Disponível
28	Alvará Online - Alteração - Pessoa Física	Processo Digital	Não	Disponível
25	Alvará Online - Alteração - Pessoa Jurídica	Processo Digital	Não	Disponível
27	Alvará Online - Inicial - Pessoa Física	Processo Digital	Não	Disponível
24	Alvará Online - Inicial - Pessoa Jurídica	Processo Digital	Não	Disponível
29	Alvará Online - Renovação - Pessoa Física	Processo Digital	Não	Disponível
23	Alvará Online - Renovação - Pessoa Jurídica	Processo Digital	Não	Disponível
12	Cadastro de Fornecedores	Portal do Cidadão	Não	Disponível
13	CAFILC	Portal do Cidadão	Não	Disponível
2	Declaração de Inscrição de Alvará	Portal do Cidadão	Não	Disponível

**Serviço: Específico****Conjunto - Código: 4 - [Portal do Cidadão]**

Código	Título	Sistema	Destaqu	Situação
7	Decreto nº 10.248/2011	Portal do Cidadão	Não	Disponível
33	Desvinculo Contador	Processo Digital	Não	Disponível
22	Emissão de Certidão de Valor Venal	Portal do Cidadão	Não	Disponível
3	Espelho cadastro ITBI	Portal do Cidadão	Não	Disponível
37	Ficha Funcional Completa	Portal do Cidadão	Não	Disponível
17	Licitações Acesc http://www.cascavel.pr.gov.br/servicos/licitacoes/acesc.php	Portal do Cidadão	Não	Disponível
34	Licitações ao vivo	Portal do Cidadão	Não	Disponível
16	Licitações Cettrans	Portal do Cidadão	Não	Disponível
18	Licitações Cohavel	Portal do Cidadão	Não	Disponível
11	Licitações de 2013 à 30/06/2016	Portal do Cidadão	Não	Disponível
15	Licitações Fundetec	Portal do Cidadão	Não	Disponível
14	Licitações PDI / BID / Credenciamento / Chamadas	Portal do Cidadão	Não	Disponível
35	Notificação de Cartório	Processo Digital	Não	Disponível
38	Proposta Anual de Capacitação	Portal do Cidadão	Não	Disponível
36	Solicitação de Transferência	Processo Digital	Não	Disponível

Total de Registros: 102

VALIDAÇÃO DOS TEMAS TRASNVERSAIS: T5.1

ODS E AÇÕES DO PLANO DE METAS CORRESPONDENTES:



Fome zero

01. “Agricultura Urbana” – fundos de vale e lotes urbanos para plantio de verduras e ervas medicinais e incentivo a criação de associações de agricultura urbana.

- <https://cgn.inf.br/noticia/59069/territorio-cidadao-insere-mais-familias-no-programa-agricultura-urbana>
- <https://cgn.inf.br/noticia/42569/agricultura-urbana-participantes-de-projeto-conhecem-vantagens-de-formalizarem-vendas>

02. Incentivo a **Diversificação de Culturas** e **Fortalecimento da Agricultura Familiar Rural**.

- <https://catve.com/noticia/6/313423/na-alemanha-cascavel-e-convidada-a-participar-do-forum-global>
- <https://catve.com/noticia/6/313662/cascavel-sera-unica-cidade-do-brasil-a-participar-de-forum-global-de-alimentacao>

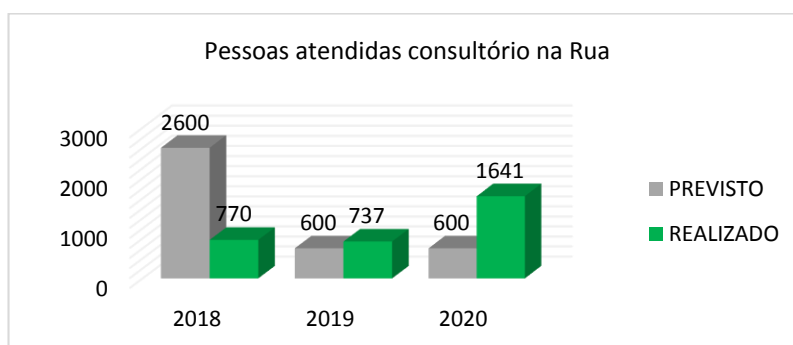


Boa Saúde e Bem-estar

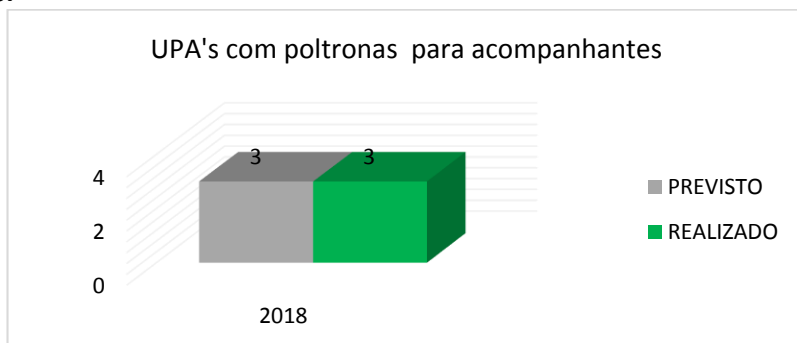
01. Implantação do Programa Saúde Humanizada, concedendo o acesso da população aos serviços de saúde com atendimento humanizado, disponibilizando ainda estruturas específicas para atender um maior número de pessoas, com o tratamento sempre de dignidade e respeito.

<https://cgn.inf.br/noticia/322164/cascavel-e-premiada-por-desempenho-na-saude>

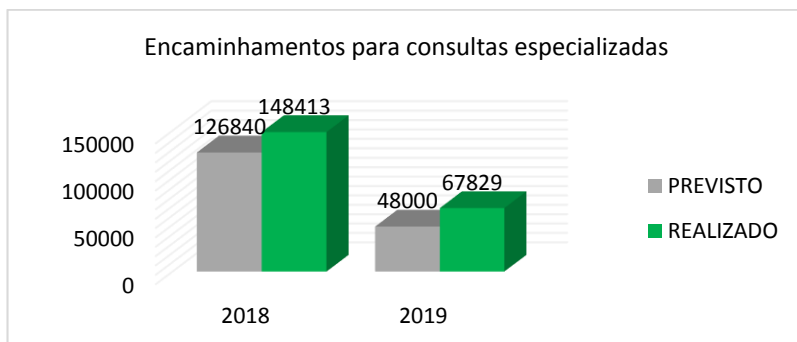
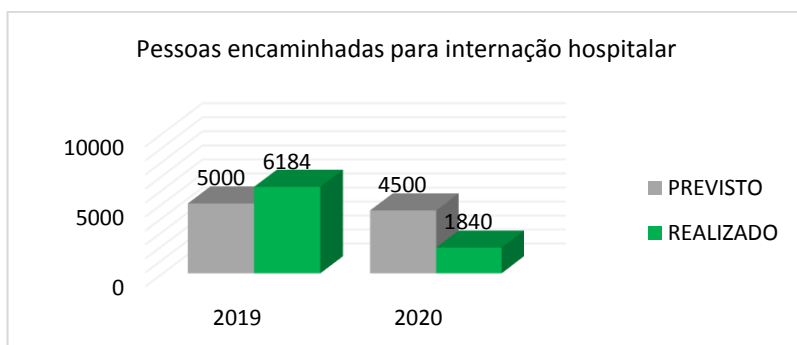
02. Garantir a manutenção das ações desenvolvidas pelo **Consultório na Rua**.



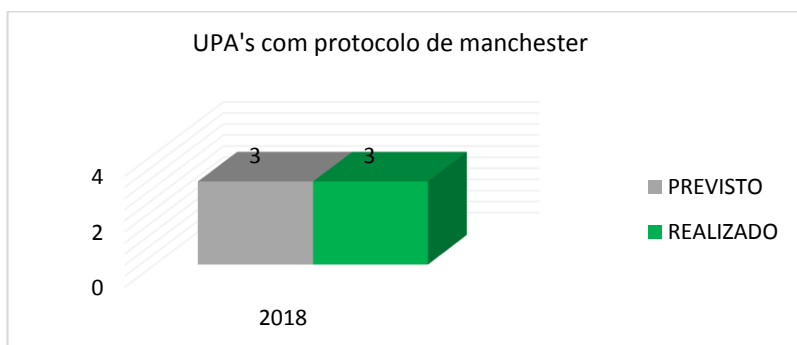
03. Melhorar o conforto das unidades de saúde com a colocação de **poltronas para acompanhantes.**



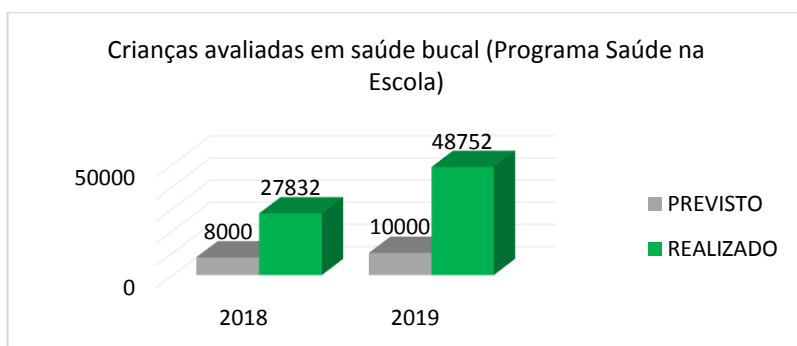
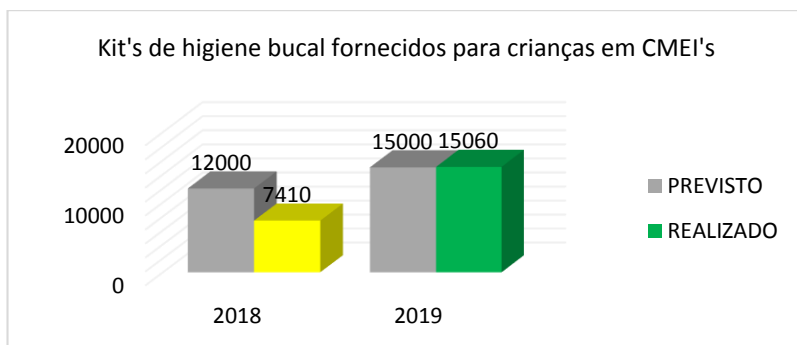
04. Encaminhar os atendimentos de média e alta complexidade aos prestadores credenciados aos hospitais já credenciados ao SUS.



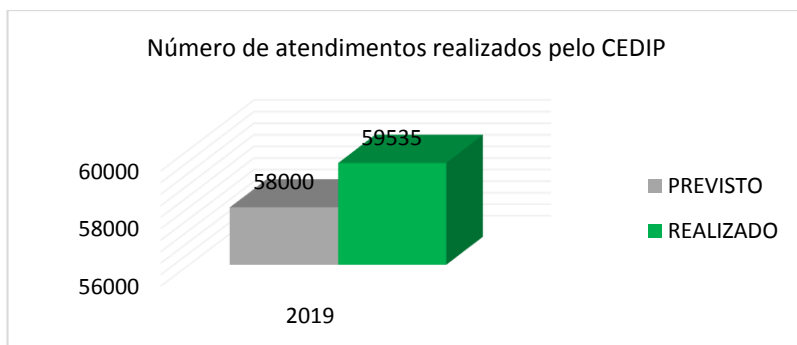
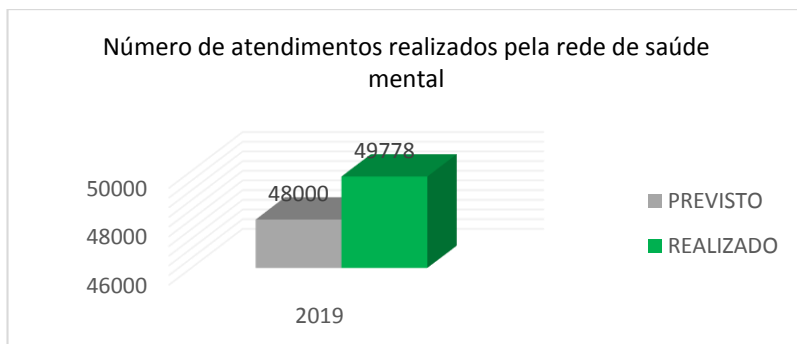
05. Protocolo de Manchester: sistema de atendimento por classificação de risco nas UPA's.



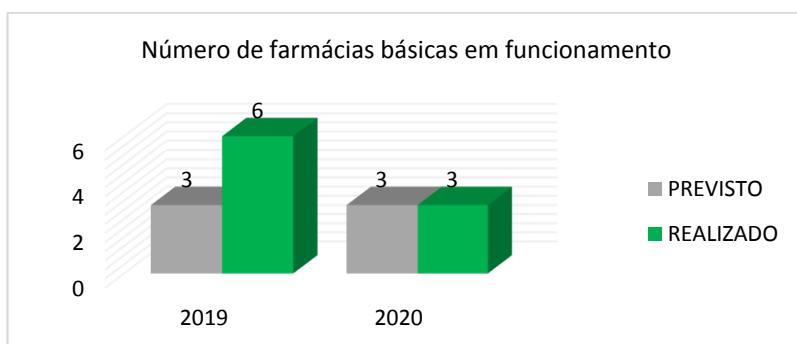
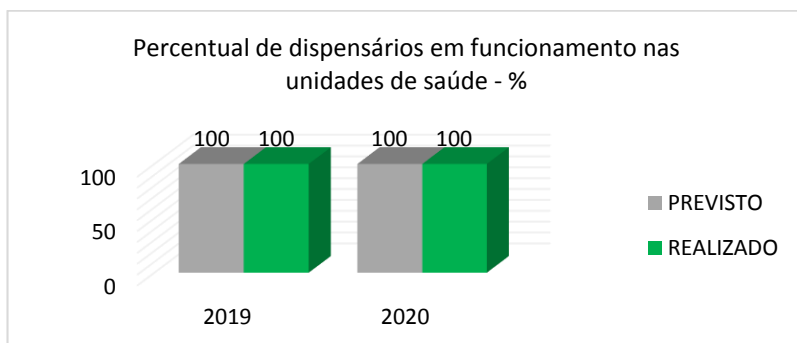
06. Programa Bom Sorriso: Doação de Kit's de escovação (creme, escova e fio dental) e Demais Ações do Programa Saúde na Escola.



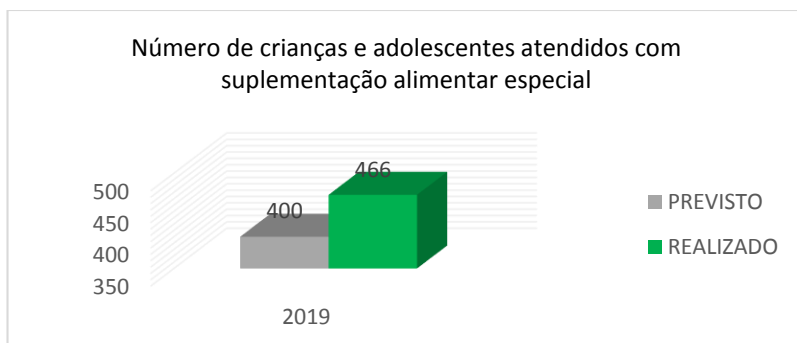
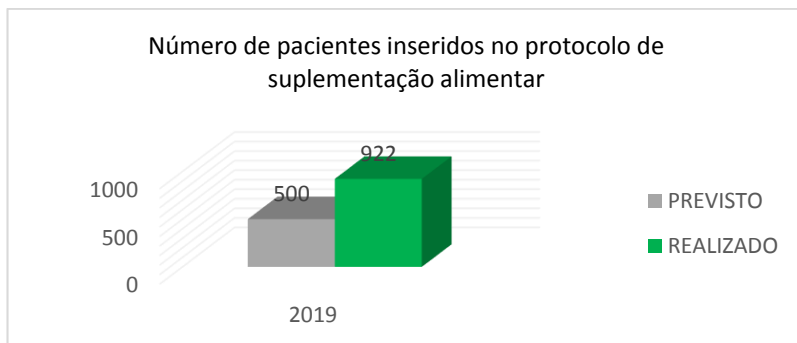
07. Aprimorar os atendimentos realizados sob a ótica das redes de atenção especializadas pelos serviços de saúde municipais.



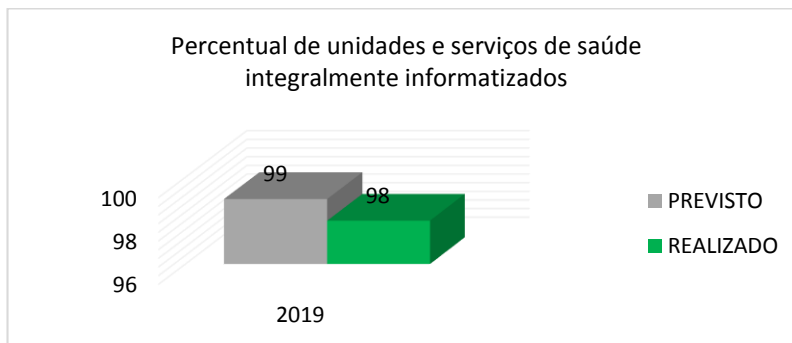
08. Aprimorar a distribuição de medicamentos procedendo atualização da padronização instituída no município.



09. Aprimorar as ações referentes ao **Programa de Alimentação e Nutrição Complementar/Suplementar.**



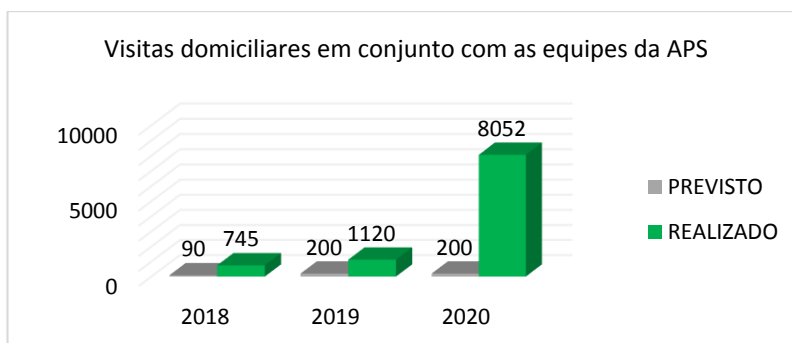
10. Gestão online de saúde: Alcançar 100% das Unidades e Serviços de Saúde Informatizados.



11. Comboio da saúde – Unidade móvel para atendimento odontologia, pediatria, oncologia, clínica geral, ginecologia. Contempla o atendimento móvel, em escala periódica nos bairros de Cascavel. Com o objetivo de diminuir o acúmulo de atendimentos nos postos de saúde, e levar o atendimento à saúde mais perto da população.

<https://cqn.inf.br/noticia/306596/comboio-da-saude-imuniza-juvenis-e-adultos-contr-o-sarampo-em-frente-a-prefeitura>

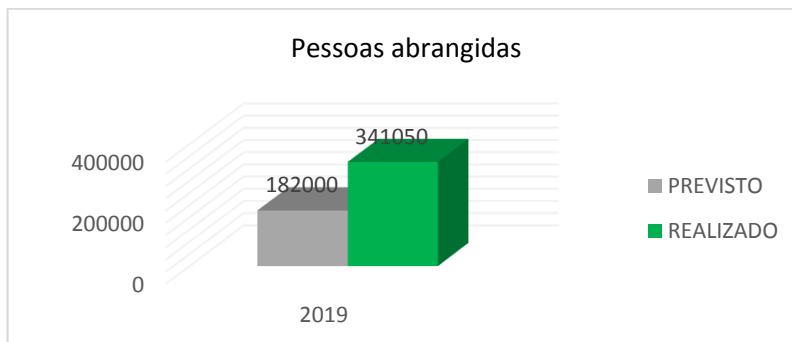
12. “Programa PAR humanizado” – Rede multiprofissional de atendimento residencial.



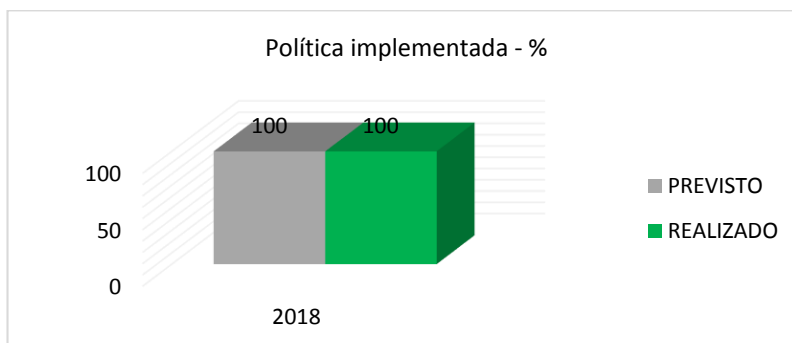
13. “Programa PAI” – Programa de atendimento imediato em situações de risco de morte: implementado através da lei nº 7.061 de 05 de novembro de 2019.

<https://cqn.inf.br/noticia/73804/programa-pai-sem-leito-sus-idosa-e-transferida-para-leito-particular>

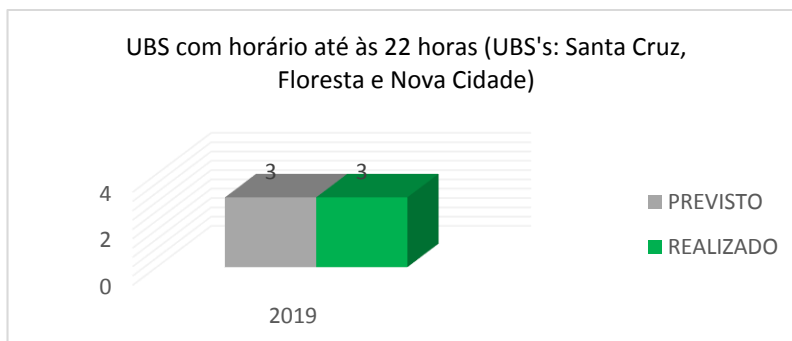
14. Ampliação da Cobertura da Estratégia Saúde da Família - O sistema de atendimento à saúde será local com profissionais que atenderão exclusivamente os moradores do território e deve funcionar inicialmente com uma triagem para identificar atendimentos primários e de baixa complexidade (casos que podem ser resolvidos no território).



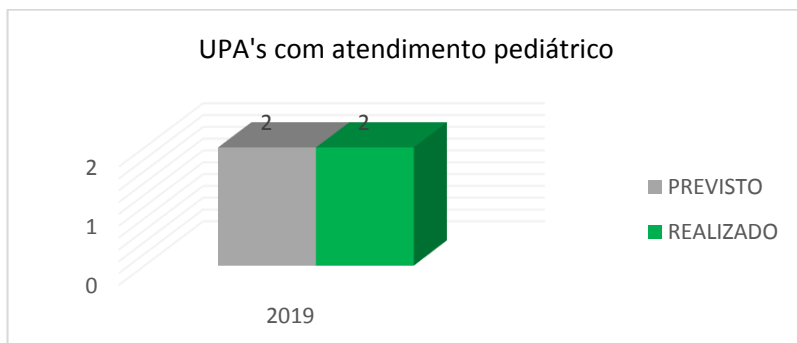
15. Implantação do programa “Mais saúde menos remédio” - práticas integrativas complementares.



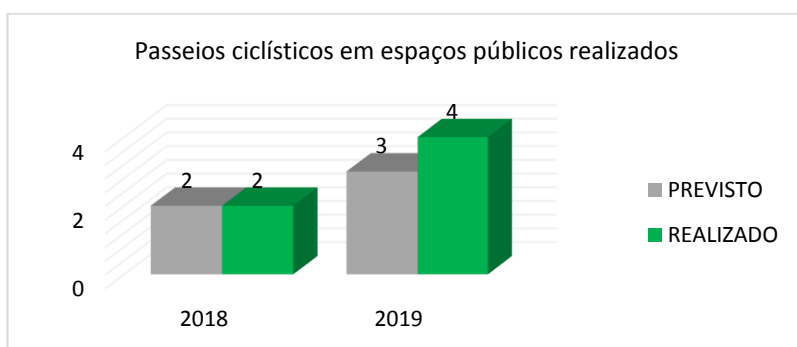
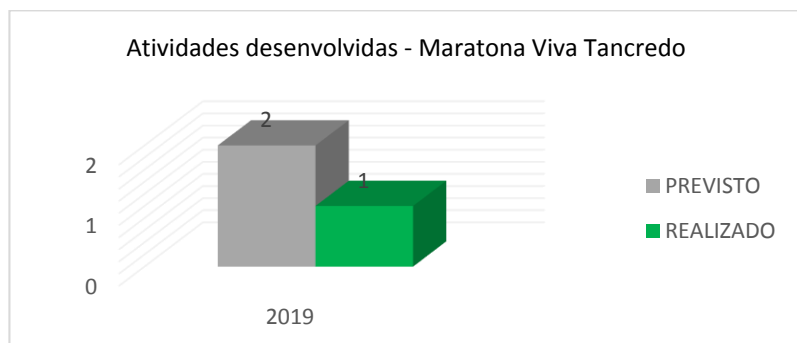
16. Serão disponibilizadas 3 unidades de atendimento (UBS) até às 22 horas e ampliar o horário de atendimento das Unidades de Saúde da Família para 12 horas por dia nas unidades com 2 equipes ou mais.

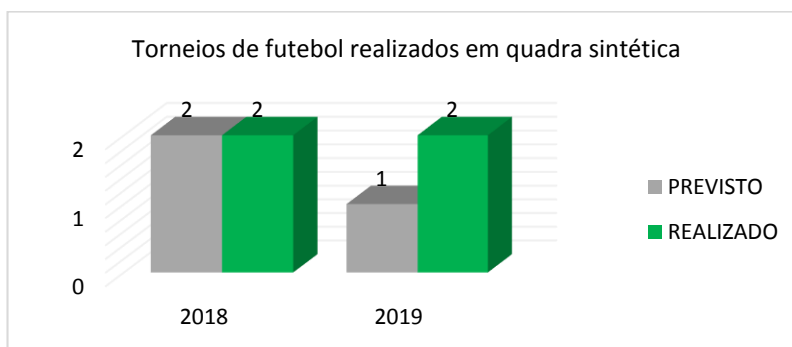


17. Ampliar o atendimento Adulto e Pediátrico nas Unidades de Pronto Atendimento – UPA's.



18. Promover atividades físicas e de Lazer em espaços públicos (praça, academia da 3ª idade, Av. Tancredo - Viva Tancredo, entre outros) afim de ampliar o uso e melhorar as estruturas de esporte do município, além de parcerias com faculdades e universidades para a criação de um programa inovador de esporte para toda População. Monitorado por estagiários de cursos de Educação Física e Faculdades locais.



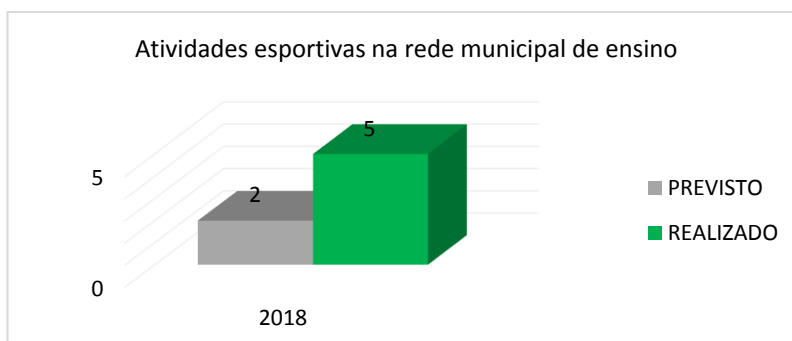
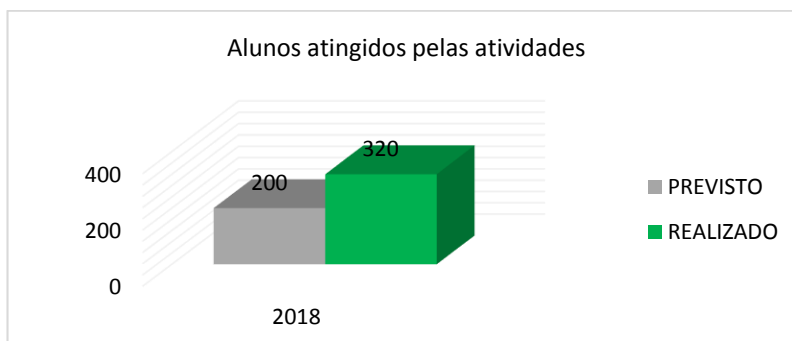


19. Patrulha Amiga: prevenção através de orientação à população, principalmente nas escolas, por meio de campanhas atingindo idades de risco para uso de álcool e drogas.

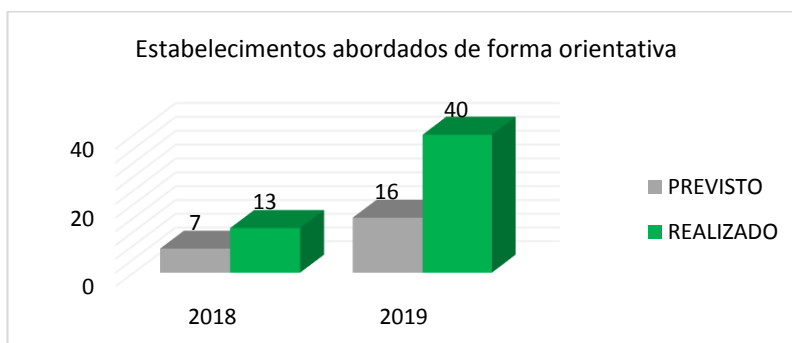
<https://cgn.inf.br/noticia/37287/premiacao-do-programa-patrulha-amiga-ocorre-hoje-9-no-auditorio-da-prefeitura>

<https://cgn.inf.br/noticia/98249/nao-as-drogas-patrulha-amiga-conscientiza-alunos-da-rede-publica>

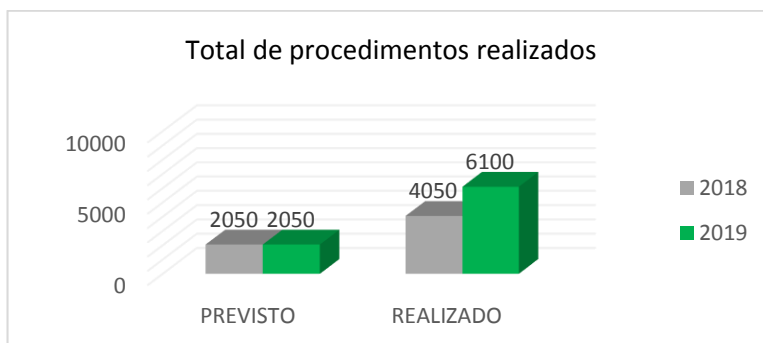
20. Programa ser Feliz sem Drogas - Prevenção através de orientação nas escolas, projetos de esporte, lazer, cultura e artes às crianças.



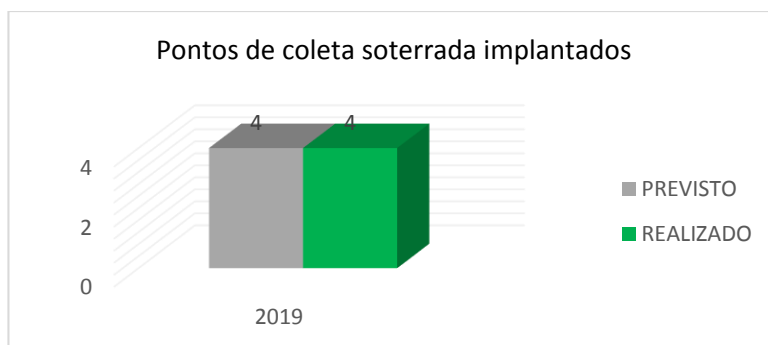
21. Programa Vida Nova: Plano de Capacitação e fortalecimento às redes de assistência psicossocial, para cuidado e tratamento de álcool e outras drogas, através de convênio com o SIM-PR, para atenção psicossocial, residencial e hospitalar, com equipes multidisciplinares móveis, através do consultório na rua com médicos, terapeutas, psicólogos e enfermeiros para acompanhamento e apoio aos dependentes em tratamento. Disponibilização do Cartão de Identificação para o usuário em recuperação, com o custeio do tratamento do usuário em comunidade terapêutica credenciadas pelo município de Cascavel. Ainda, Programa de Volta ao Lar, que se trata de Programa de atendimento para as mães que vão receber seus filhos após o tratamento de recuperação.



22. Programa Bem Estar Animal: realizar ações de castração de animais de rua, acolhidos por OSC's, através da realização de chamamentos públicos.



23. Implantar o Plano de Coleta Soterrada no município na região central – Consiste em instalação de lixeiras com cubas de concreto que ficam soterradas junto a contêineres. Na superfície, ficam apenas as tampas e as duas lixeiras com fundo falso, para o depósito dos resíduos, que são encaminhados para os contêineres. Quando a capacidade estiver próxima de ser atingida, uma equipe faz o recolhimento. Impedindo o contato de animais e o mau cheiro nas ruas.

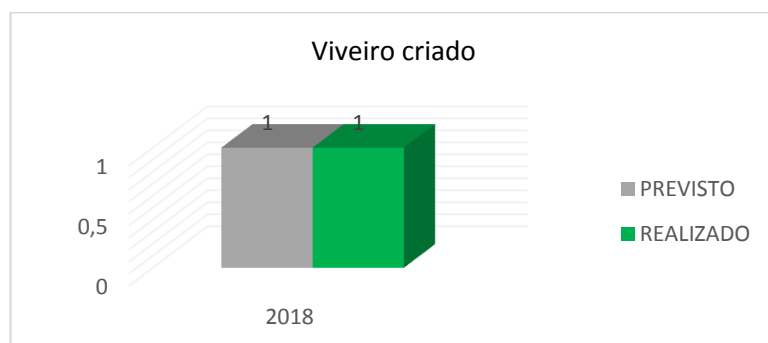


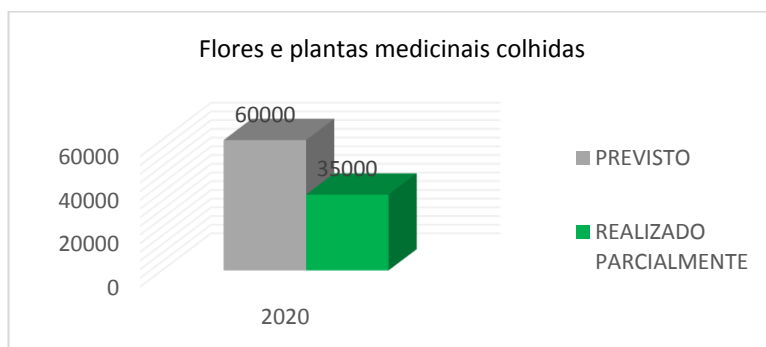
24. Incentivo ao Transporte Verde: através da disponibilização de serviço de locação de bicicletas normais e elétricas para uso da população (bicicletas compartilhadas) bem como carros e postos elétricos adquiridos, para diminuição da poluição.

<https://cgn.inf.br/noticia/210790/cascavel-tera-mais-uma-nova-estacao-de-bicicletas-compartilhadas>

<https://catve.com/noticia/6/302485/em-100-dias-compartilhamento-de-bikes-tem-cerca-de-45-mil-cadastros>

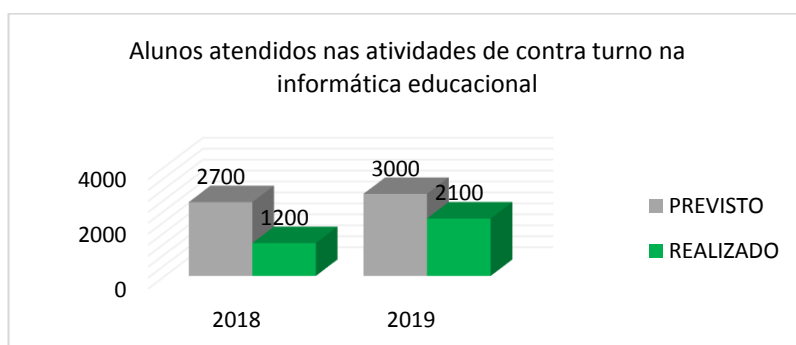
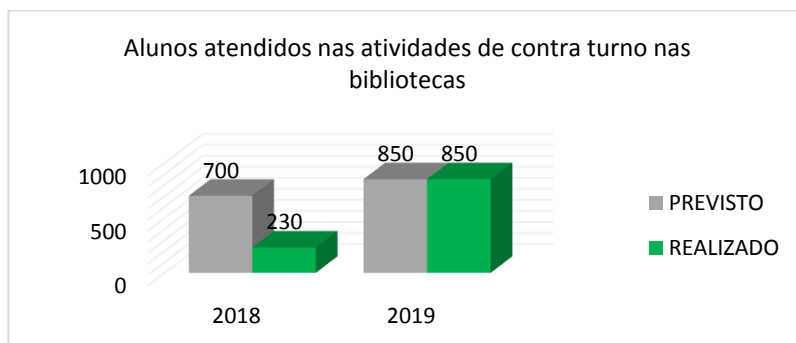
25. Viveiro criado pela FUNDETEC, para cultivo de plantas medicinais para uso na rede pública de saúde.

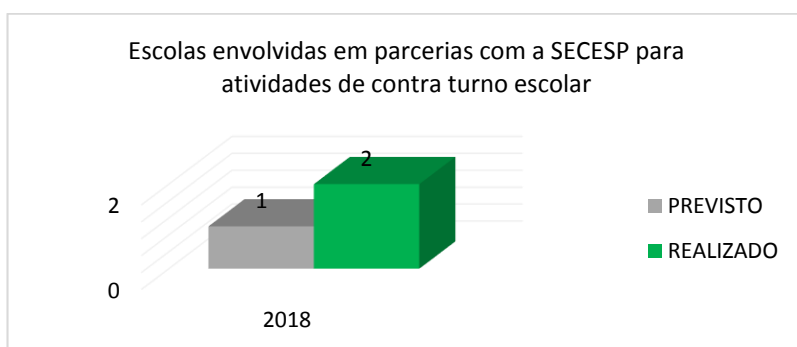
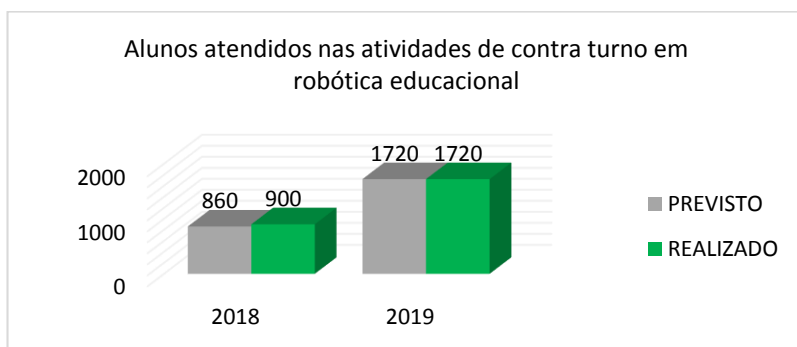




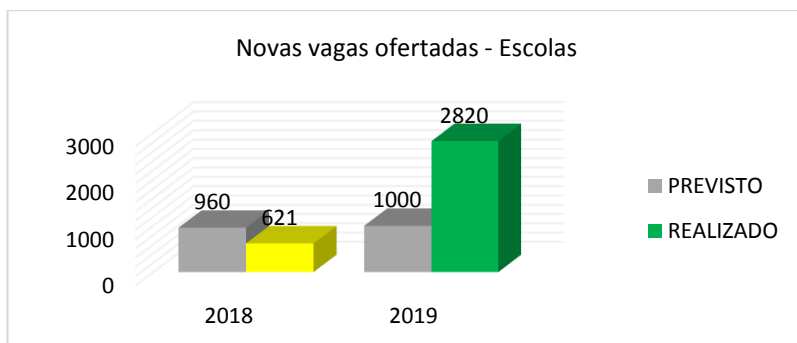
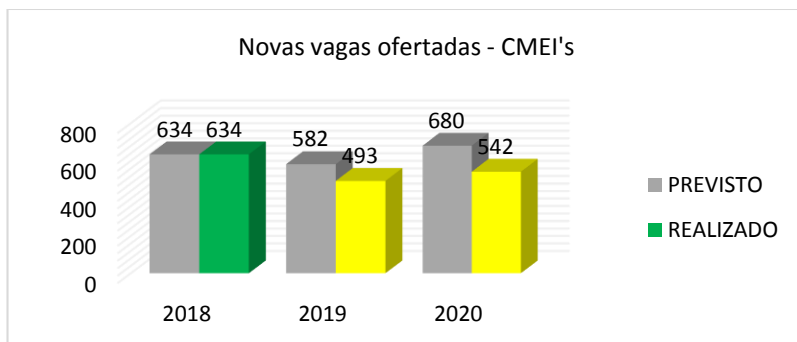
Educação De Qualidade -

01. Fortalecimento da Educação em tempo Integral, respeitando as fases de cada criança. O acesso à educação compreende um dos principais fatores para uma população melhor alfabetizada, possibilitando maior acesso das pessoas a oportunidades e melhoria de vida.

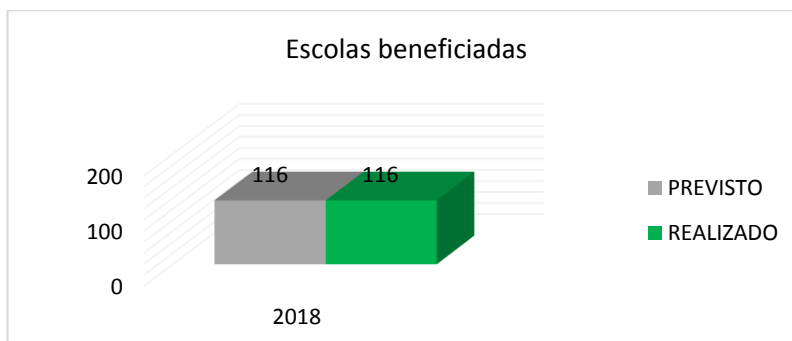
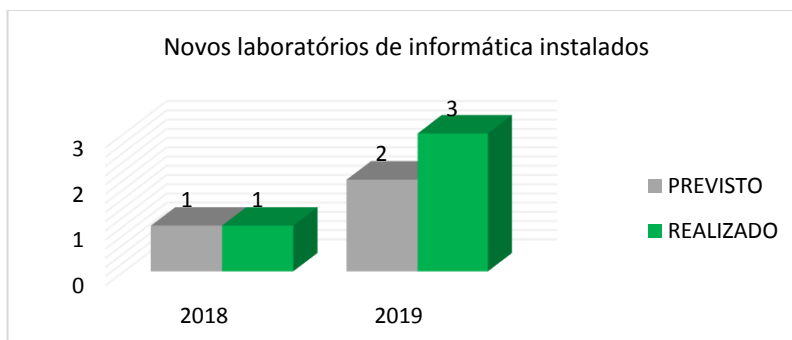




03. Ampliação das vagas em Cmeis.



03. Implantação da Escola Digital Rural que visa informatizar as escolas do campo.

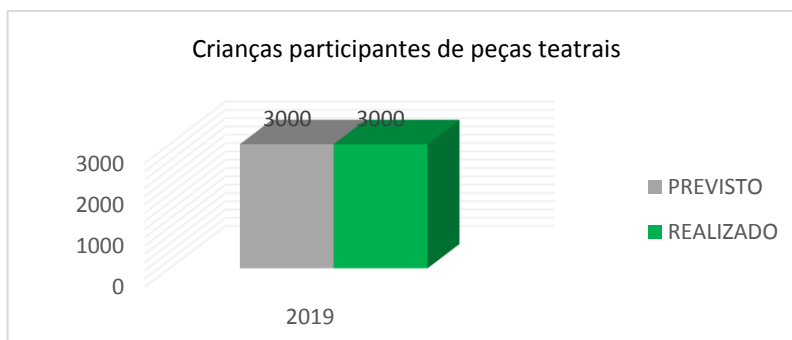


04. Manter o Programa de Distribuição Gratuita de Uniformes Escolares Anual para todos os alunos da Rede Municipal de Ensino.

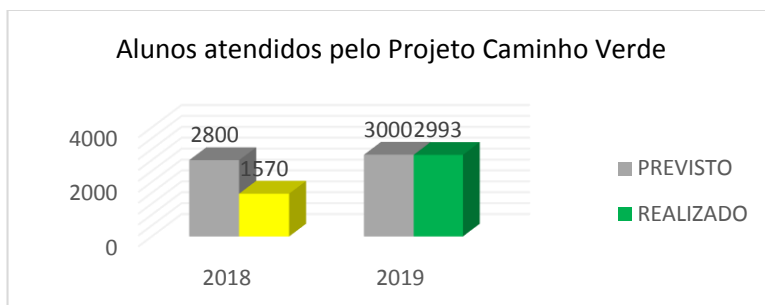
<https://cqn.inf.br/noticia/77825/cascavel-inicia-entrega-de-mais-de-30-mil-uniformes>

<https://cqn.inf.br/noticia/302336/transparencia-licitacao-dos-uniformes-escolares-de-2021-tem-mais-de-r-16-milhao-de-desconto>

05. Teatro para todos (acesso de estudantes da rede municipal de ensino a peças de teatro. Incentivo ao teatro, música, dança cinema e folclore nas escolas, prática de teatro e demais atividades culturais e demais ações integradas entre educação, esporte, lazer, cultura.

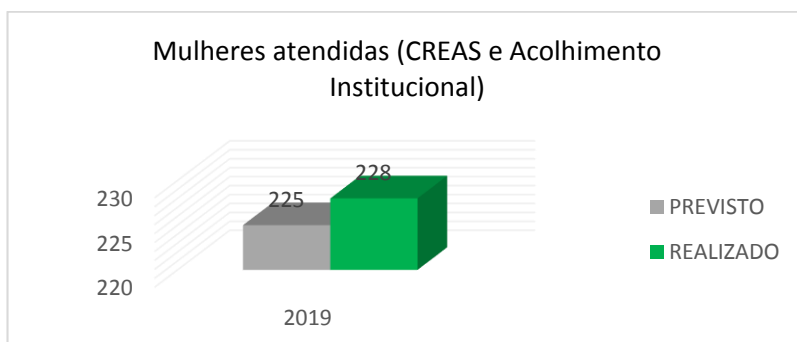


06. SEMED - Projeto Caminho Verde – Educação ambiental na prática.

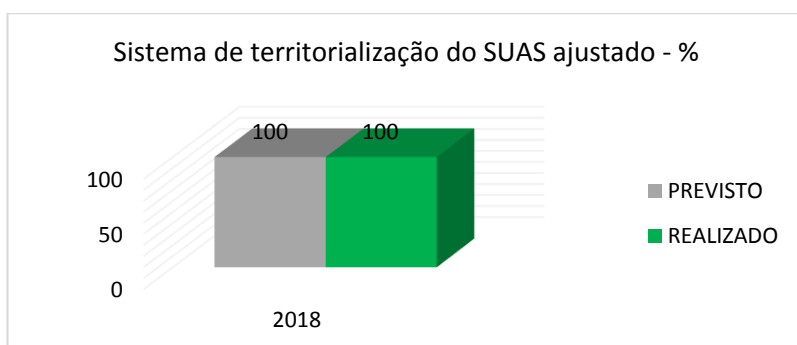


Igualdade de Gênero

01. Realizar atendimento à mulher vítima de violência e/ou violação de direito por meio dos CREAS/PAEFI e Unidade de Acolhimento Institucional.



02. Criar e instituir o **Setor de Políticas Públicas Inter setoriais de Atendimento à Criança, ao Adolescente, à Mulher e ao Idoso**, responsável por coordenar e articular de forma Inter setorial com as demais secretarias municipais a implementação das políticas afins.



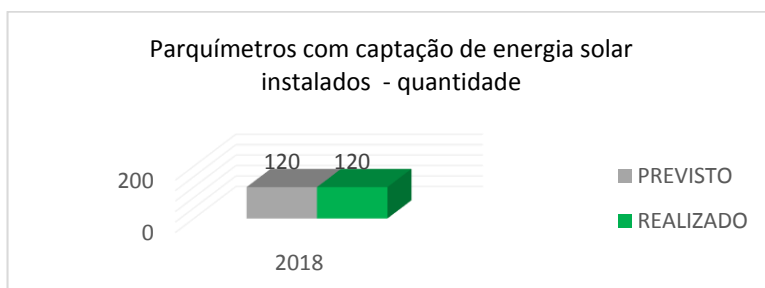
03. Políticas Públicas para Crianças, Jovens, Mulheres, Idosos, e Portadores de Necessidades Especiais: Realizar o cadastramento e/ou atualização cadastral das famílias no Cadastro Único para Programas Sociais, para identificação e caracterização, bem como inclusão das famílias nos programas sociais, tais como: 1) programas Bolsa Família, Carteira do Idoso, Benefício de Prestação Continuada, Programa Leite das Crianças, **Programa PROMOVER**, entre outros; 2) Atender crianças, adolescentes e jovens por meio de serviço de convivência e fortalecimento de vínculos nos centros de convivência e oficinas livres (EURECA I e II, Centro da Juventude e Praça CEU); 3) Atender por meio do CRAS, as famílias em situação de vulnerabilidade e prevenir situação de riscos, por meio de ações de caráter preventivo, protetivo e proativo, visando o desenvolvimento de potencialidades e aquisições das famílias, bem como o fortalecimento e qualificação de vínculos sociais, comunitários e de fortalecimento, incluindo a família em situação de vulnerabilidade, como sujeitos da proteção social - PAIF; 4) Atender por meio do Centro POP as pessoas em situação de rua, assegurando o trabalho social de abordagem e busca ativa, que identifique nos territórios a incidência de situações de risco pessoal e social, por violação de direitos como: trabalho infantil, exploração sexual de crianças e adolescentes, situação de rua, uso abusivo do Crack e outras drogas; 5) Atender por meio do CREAS, as famílias e indivíduos, com seus direitos ameaçados e violados, mas cujos vínculos familiares e comunitários não foram rompidos; 6) Atender por meio do CREAS AUGUSTO DANIEL WERNER atendimento socioassistencial e acompanhamento a adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto (LA e PSC), determinadas judicialmente; Deve contribuir para o acesso aos direitos e para a ressignificação de valores na vida pessoal e social dos adolescentes e jovens. 7) acolher por meio do Serviço de Acolhimento Institucional, crianças e adolescentes, mulheres, idosos, pessoas em situação de rua e jovens e adultos com deficiência; 8) acolher por meio do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora crianças e adolescentes, afastados da família por medida de proteção, sob determinação judicial, em residência de famílias acolhedoras cadastradas.

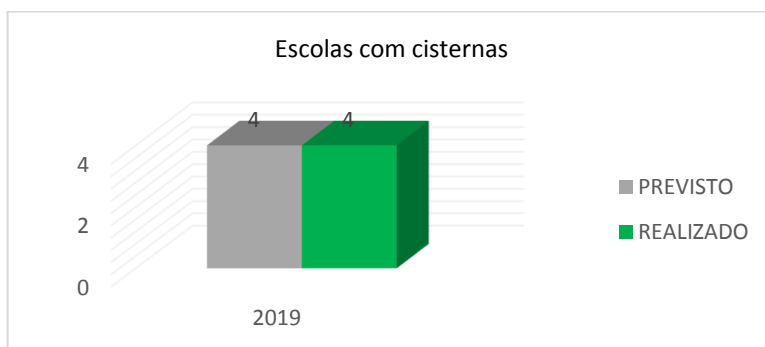
<https://catve.com/noticia/6/249828/botao-do-panico-mulheres-terao-novo-aliado-em-casos-de-emergencia>



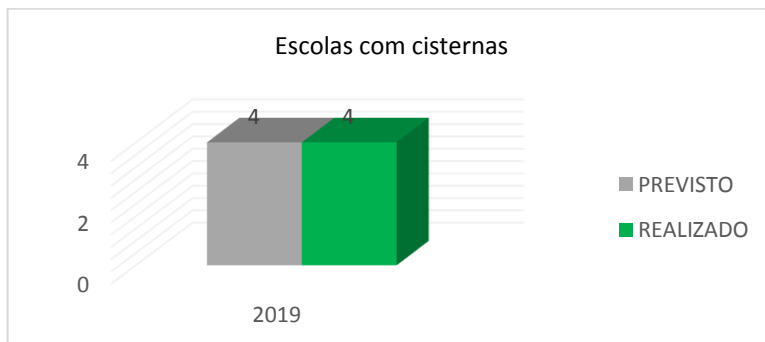
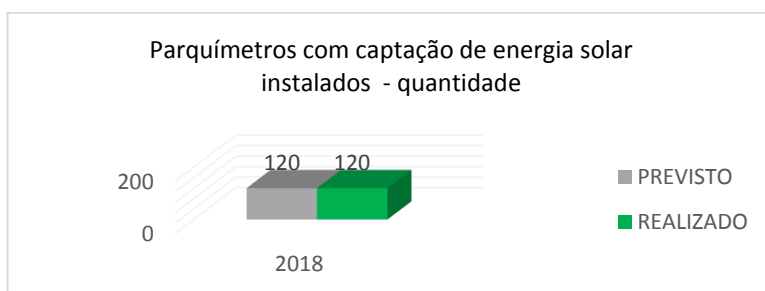
Energia acessível e limpa

01. Criação de fontes alternativas de energia e uso de energias renováveis com novas estruturas com projetos modernos e autossustentáveis e adaptação de estruturas públicas para captação de água da chuva e captação de energia solar.

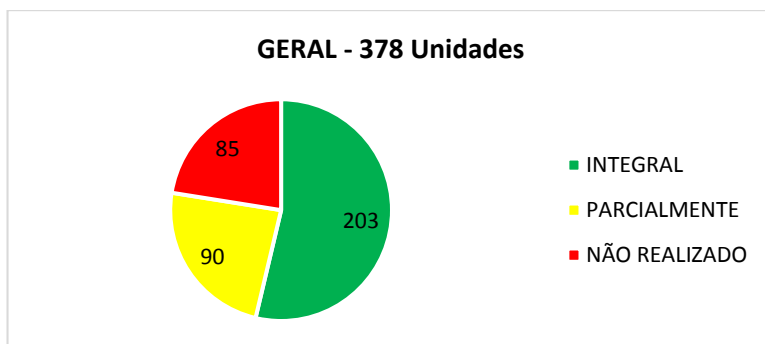




02. Parquímetros com captação de energia solar instalados.



03. Substituição de lâmpadas de Led em prédios públicos do município – A substituição vem sendo efetuada de forma gradativa, de modo a não desperdiçar as lâmpadas já existentes.





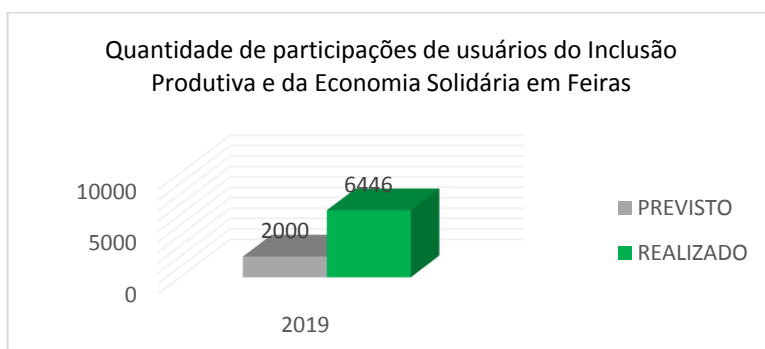
Emprego digno e crescimento econômico

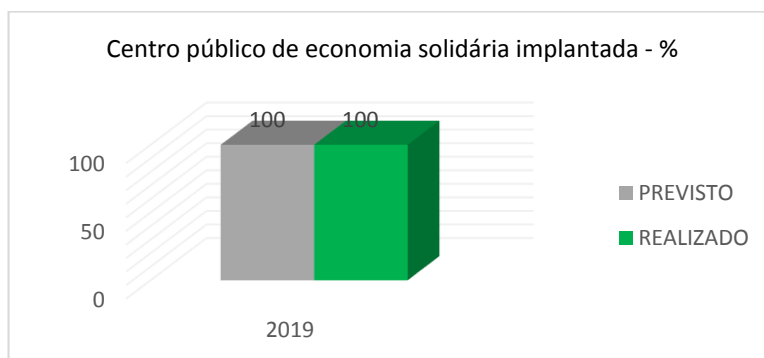
01. Desenvolver ações do Construa Cidadão que visa o atendimento de jovens e adultos em situação de rua, em situação de extrema pobreza, com vínculos familiares interrompidos ou fragilizados. Após a inserção na Casa Pop, os usuários serão entrevistados e, avaliado junto aos mesmos o interesse em participar do projeto, considerando também suas habilidades e interesses. Os mesmos serão imediatamente encaminhados para os serviços de saúde, tanto de atenção básica, em especial saúde mental, bem como serão realizados os encaminhamentos para acesso documentação civil e todas as demandas que se fizerem necessárias para a reinserção do indivíduo a sociedade.

<https://catve.com/noticia/6/215156/construa-cidadao-um-ano-reconstruindo-cidadania-e-dignidade>

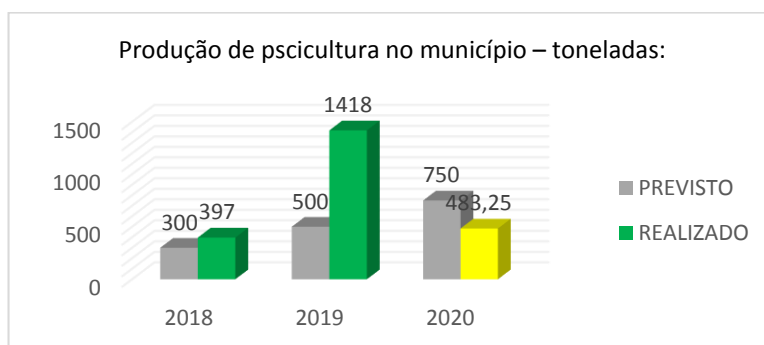
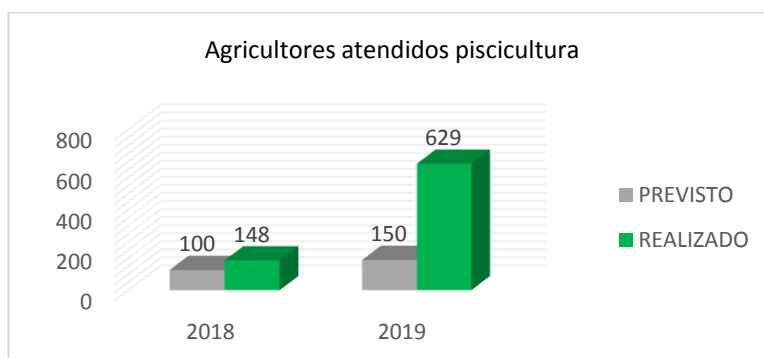
<https://catve.com/noticia/6/236717/construa-cidadao-colhe-mais-um-fruto-da-proposta-do-programa>

02. Realizar Ações voltadas à Economia Solidária e Inclusão Produtiva, com a criação de um Centro Comercial de Economia Solidária, no qual acontecem feiras, capacitações e outras ações com a proposta de geração de trabalho e renda focada no desenvolvimento da sociedade cascavelense como um todo, são apresentados modelo de negócios e entre os pilares da economia solidária estão: alta gestão, solidariedade, cooperação, respeito ao meio ambiente, comércio justo e consumismo consciente. Tornou-se uma nova perspectiva de trabalho no qual a união e a cooperação caminham juntas para o melhor desenvolvimento das atividades.).





03. Incentivo a piscicultura, com a apoio aos produtores.



04. Incentivo a Diversificação de Culturas e Fortalecimento da Agricultura Familiar Rural.

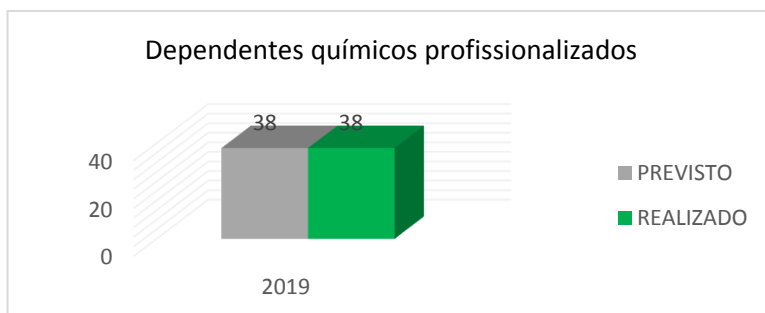
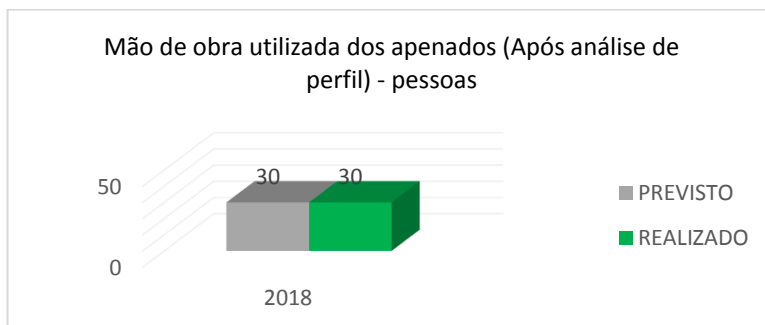
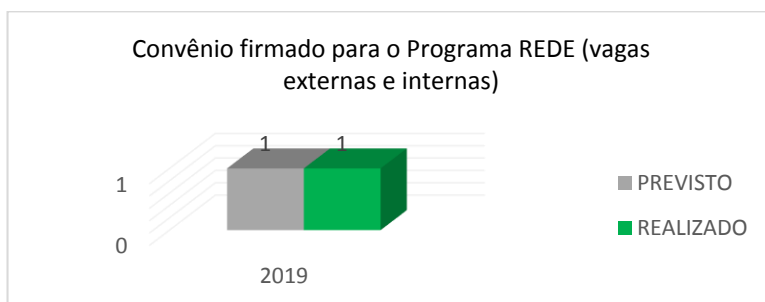
- <https://catve.com/noticia/6/313423/na-alemanha-cascavel-e-convidada-a-participar-do-forum-global>
- <https://catve.com/noticia/6/313662/cascavel-sera-unica-cidade-do-brasil-a-participar-de-forum-global-de-alimentacao>

05. “Agricultura Urbana” – fundos de vale e lotes urbanos para plantio de verduras e ervas medicinais e incentivo a criação de associações de agricultura urbana.

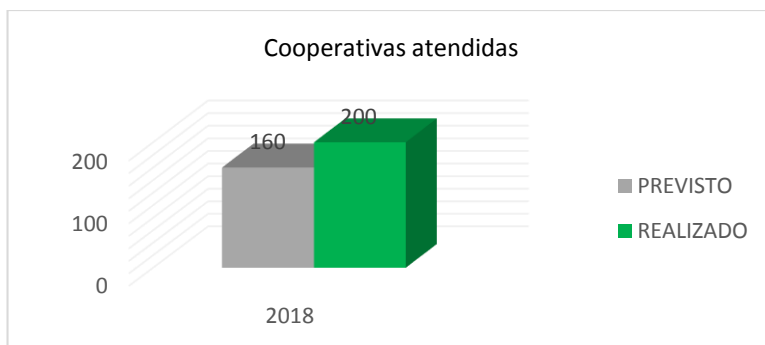
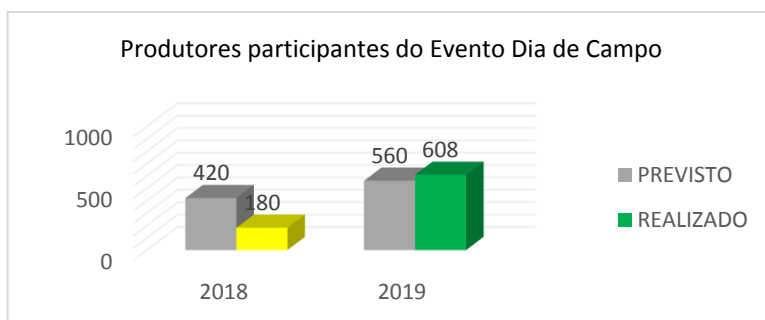
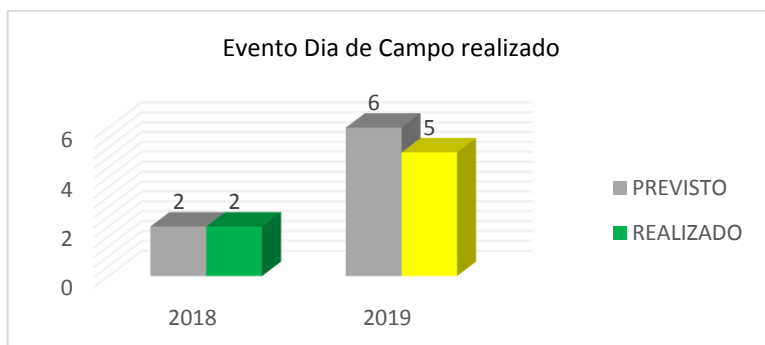
- <https://cgn.inf.br/noticia/59069/territorio-cidadao-insere-mais-familias-no-programa-agricultura-urbana>

- <https://cgn.inf.br/noticia/42569/agricultura-urbana-participantes-de-projeto-conhecem-vantagens-de-formalizarem-vendas>

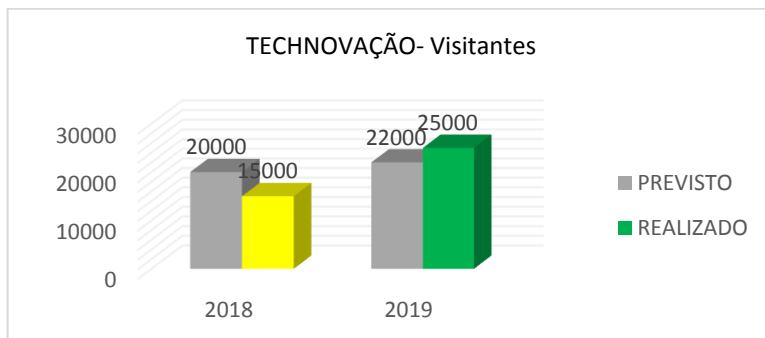
06. “Rede CRER” - criação de escola de capacitação e qualificação profissional ao dependente químico e apoio a inserção no mercado de trabalho.

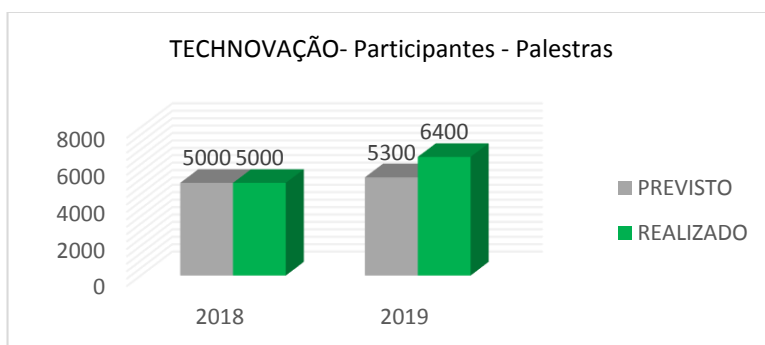
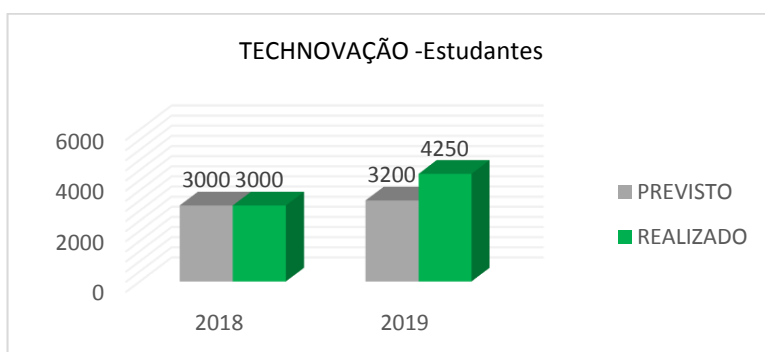
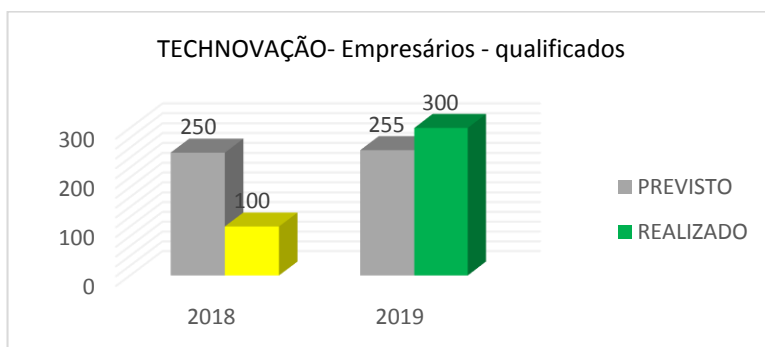


07. Projeto de incentivo à criação de cooperativas de produtores rurais com o apoio da AGROTEC com treinamentos e orientação ao pequeno produtor.

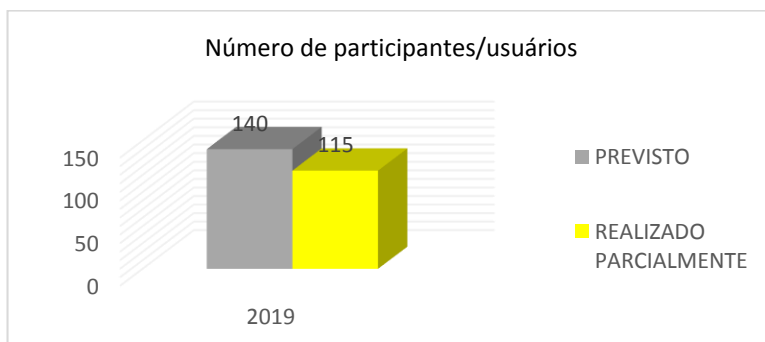


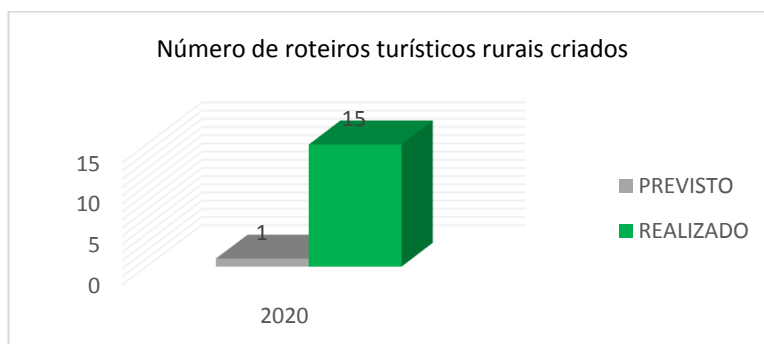
08. Implantação do Programa Cidade Inteligente e Segura e realização da Feira Municipal de Inovação – TECHNOVAÇÃO (Cidades Inteligentes, sustentável e humana): evento destinado para todos os públicos capazes de promover a inovação, desde crianças adolescentes até empresários e professores de diversas idades. Articulando e promovendo a inovação no Oeste do Paraná, por meio de reconhecimento e premiações.





09. “Rota do Turismo” e “Ecoturismo” - Incentivo ao desenvolvimento de uma região de acesso à área rural, no qual é criado um ambiente temático. O projeto busca fazer o mapeamento de casas, cachoeiras, entre outras que poderão ser usadas no turismo.





10. Feira do Teatro: Funciona aos domingos no estacionamento do Teatro Municipal de Cascavel, um local dedicado a divulgar e comercializar o trabalho desenvolvido pelos artesãos cadastrados, bem como produtos alimentícios. Num espaço que também presa por disseminar cultura, propiciar lazer e principalmente estimular o desenvolvimento Econômico.

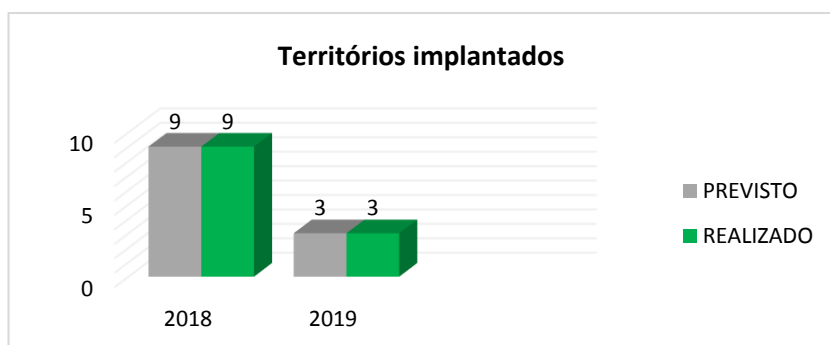
<https://cgn.inf.br/noticia/281152/feira-do-teatro-e-oportunidade-de-lazer-e-boas-compras-neste-domingo>

<https://cgn.inf.br/noticia/328744/com-tempo-bom-em-cascavel-feira-do-teatro-e-opcao-de-lazer-2>

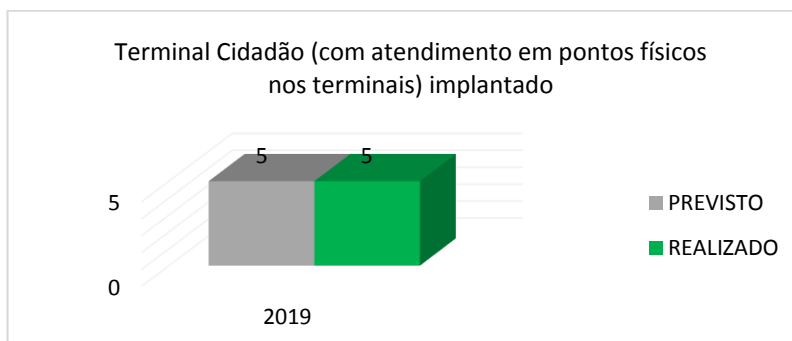


Redução das Desigualdades

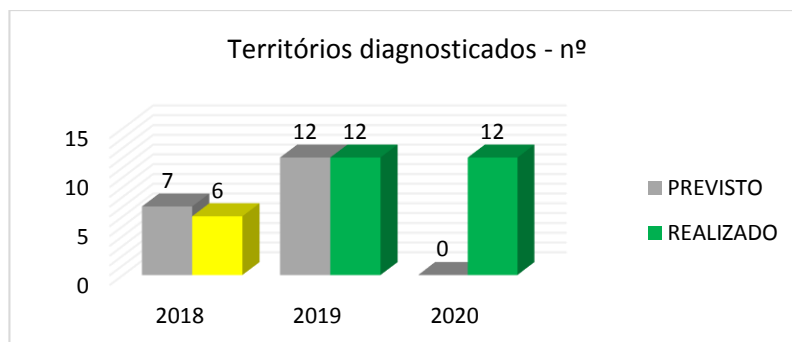
01. Território Cidadão - O Programa de Territorialização visa a mudança rápida e eficiente de uma determinada região ou bairros, para adequação a novos conceitos urbanísticos, que em um primeiro momento deve objetivar a construção de um Sistema de Atualização Automática dos Diagnósticos Comunitários, Aspectos Físicos, Topográficos, Habitacionais, Sociais e Outros. E na sequência, a implementação de Ações Integradas de todas as áreas da administração pública em um curto espaço de tempo, para rápida mudança do perfil do território trazendo desenvolvimento e equalização com padrões de outras áreas mais desenvolvidas do município. Foram desenvolvidas ainda ligadas a esta ação a Implantação de Terminais Cidadão – Terminais de denúncia, sugestão e reclamação em vários locais da cidade.



02. Implantação de Terminais Cidadão – Terminais de denúncia, sugestão e reclamação em vários locais da cidade



03. Realização de diagnósticos comunitários.



04. Estação da Cidadania – atendimento à população mais próximo de sua casa.

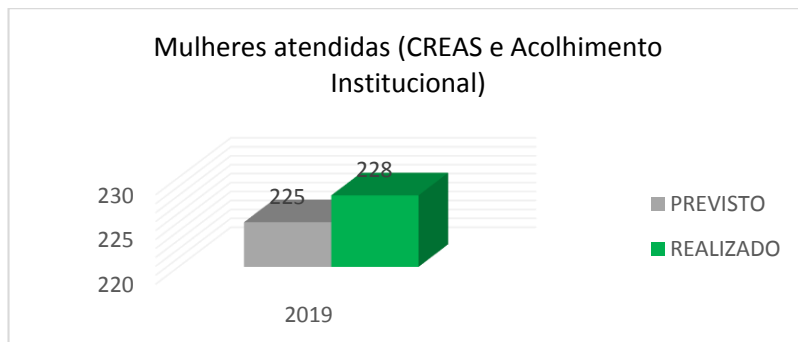
<https://cgn.inf.br/noticia/94098/com-opcoes-de-lazer-estacao-da-cidadania-atrai-familias>

05. Projeto FeliCidade do Idoso – “Cidade do idoso” - com a oferta de atividades educacionais, artísticas, culturais, esportivas e de lazer, inclusive com passeios turísticos, a fim de contribuir no processo de envelhecimento saudável, desenvolvimento da autonomia e de sociabilidades, considerando as demandas e interesses da população idosa.

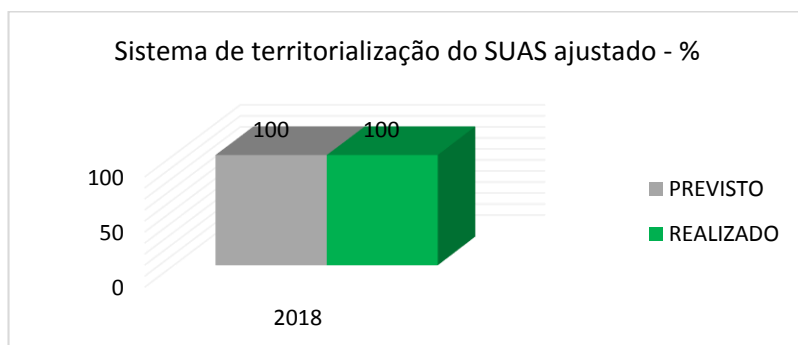
<https://cascavel.atende.net/#!/tipo/noticia/valor/33311>

<https://cgn.inf.br/noticia/211873/linha-felicidade-do-idoso-e-inaugurada-para-transporte-da-terceira-idade>

06. Realizar atendimento à mulher vítima de violência e/ou violação de direito por meio dos CREAS/PAEFI e Unidade de Acolhimento Institucional.



07. Criar e instituir o **Setor de Políticas Públicas Inter setoriais de Atendimento à Criança, ao Adolescente, à Mulher e ao Idoso**, responsável por coordenar e articular de forma Inter setorial com as demais secretarias municipais a implementação das políticas afins.



08. Políticas Públicas para Crianças, Jovens, Mulheres, Idosos, e Portadores de Necessidades Especiais:

Realizar o cadastramento e/ou atualização cadastral das famílias no Cadastro Único para Programas Sociais, para identificação e caracterização, bem como inclusão das famílias nos programas sociais, tais como: 1) programas Bolsa Família, Carteira do Idoso, Benefício de Prestação Continuada, Programa Leite das Crianças, **Programa PROMOVER**, entre outros; 2) Atender crianças, adolescentes e jovens por meio de serviço de convivência e fortalecimento de vínculos nos centros de convivência e oficinas livres (EURECA I e II, Centro da Juventude e Praça CEU); 3) Atender por meio do CRAS, as famílias em situação de vulnerabilidade e prevenir situação de riscos, por meio de ações de caráter preventivo, protetivo e proativo, visando o desenvolvimento de potencialidades e aquisições das famílias, bem como o fortalecimento e qualificação de vínculos sociais, comunitários e de fortalecimento, incluindo a família em situação de vulnerabilidade, como sujeitos da proteção social - PAIF; 4) Atender por meio do Centro POP as pessoas em situação de rua, assegurando o trabalho social de abordagem e busca ativa, que identifique nos territórios a incidência de situações de risco pessoal e social, por violação de direitos como: trabalho infantil, exploração sexual de crianças e adolescentes, situação de rua, uso abusivo do Crack e outras drogas; 5) Atender por meio do CREAS, as famílias e indivíduos, com seus direitos ameaçados e violados, mas cujos vínculos familiares e comunitários não foram rompidos; 6) Atender por meio do CREAS AUGUSTO DANIEL WERNER atendimento socioassistencial e acompanhamento a

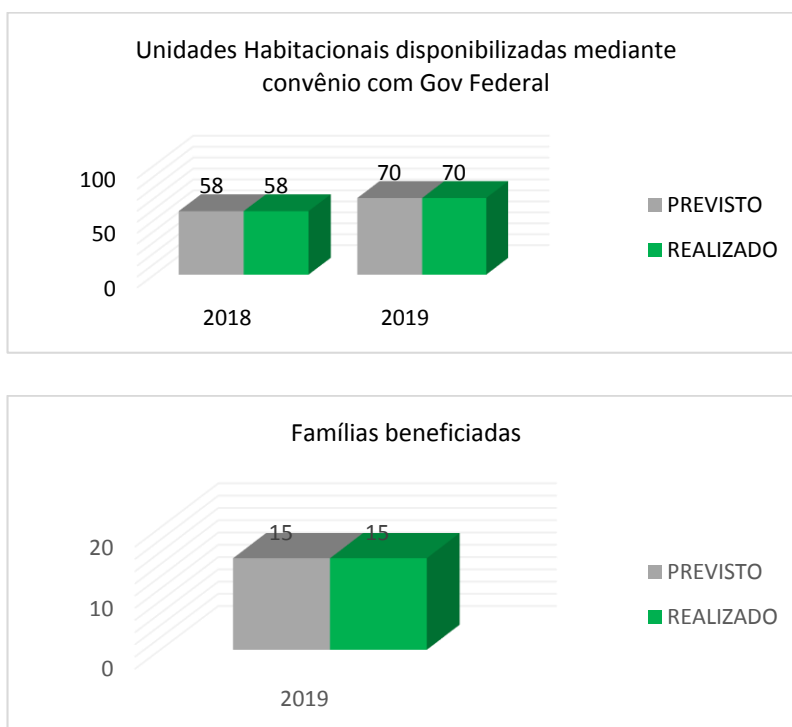
adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto (LA e PSC), determinadas judicialmente; Deve contribuir para o acesso aos direitos e para a ressignificação de valores na vida pessoal e social dos adolescentes e jovens. 7) Acolher por meio do Serviço de Acolhimento Institucional, crianças e adolescentes, mulheres, idosos, pessoas em situação de rua e jovens e adultos com deficiência; 8) Acolher por meio do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora crianças e adolescentes, afastados da família por medida de proteção, sob determinação judicial, em residência de famílias acolhedoras cadastradas.

<https://catve.com/noticia/6/299580/acao-acolhe-moradores-de-rua-em-cascavel-durante-periodo-gelado>

No ano passado devido a Pandemia do COVID-19 foi desenvolvida a ação cartão PROMOVER pelo município de Cascavel conforme se verifica no link abaixo:

<https://catve.com/noticia/25/283865/cartao-promover-sera-ampliado-para-beneficiar-mais-familias-em-cascavel>

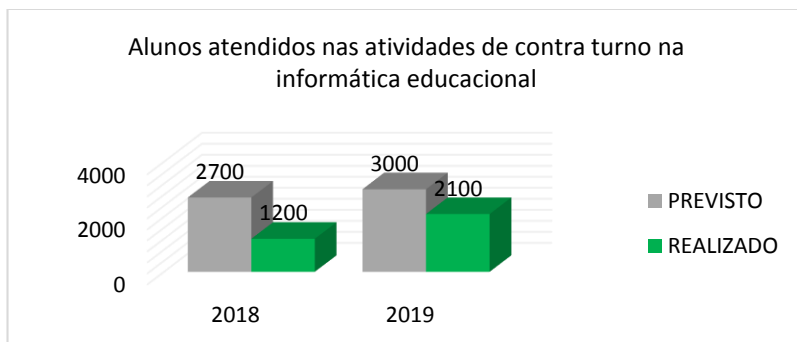
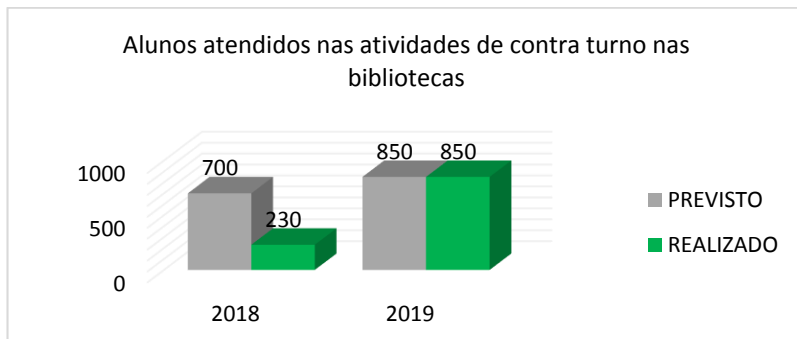
09. Construir Unidades Habitacionais mediante convênio com Governo Federal - Minha Casa, Minha Vida Rural (PNHR)



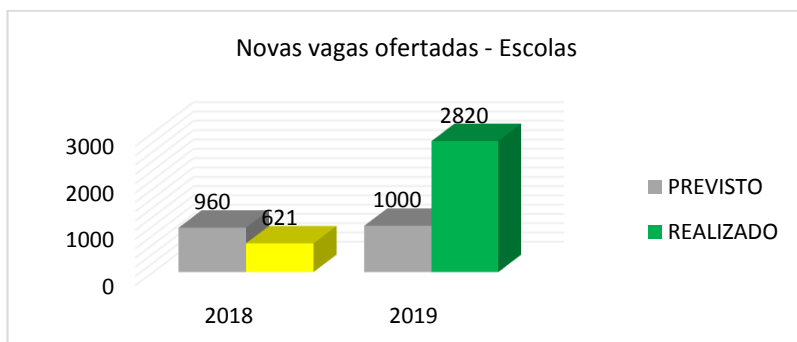
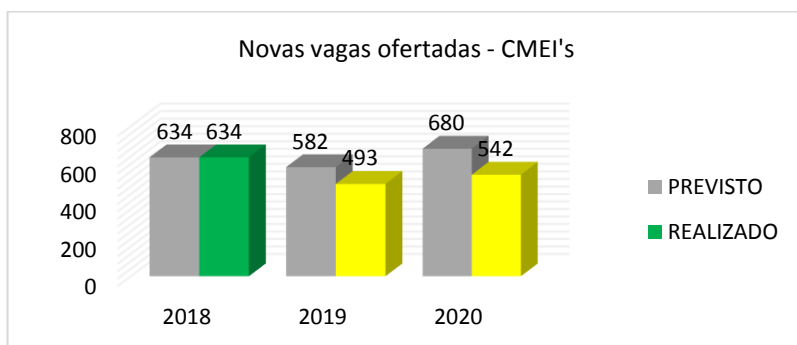
10. Implantação do **Programa Saúde Humanizada**, concedendo o acesso da população aos serviços de saúde com atendimento humanizado, disponibilizando ainda estruturas específicas para atender um maior número de pessoas, com o tratamento sempre de dignidade e respeito.

<https://cqn.inf.br/noticia/322164/cascavel-e-premiada-por-desempenho-na-saude>

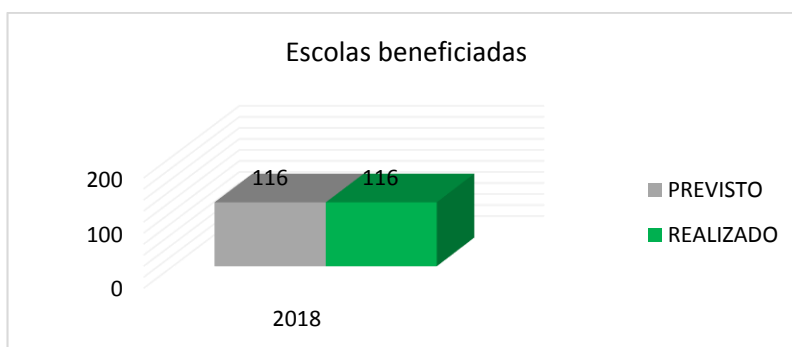
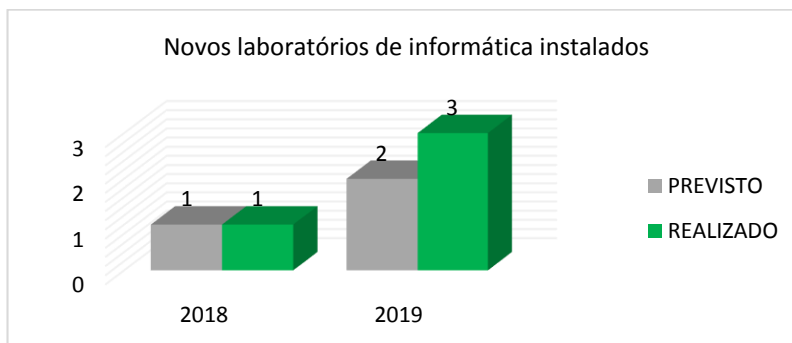
11. Fortalecimento da Educação em tempo Integral, respeitando as fases de cada criança. O acesso à educação compreende um dos principais fatores para uma população melhor alfabetizada, possibilitando maior acesso das pessoas a oportunidades e melhoria de vida.



12. Ampliação das vagas em Cmeis.



13. Implantar Escola Digital Rural que visa informatizar as escolas do campo.

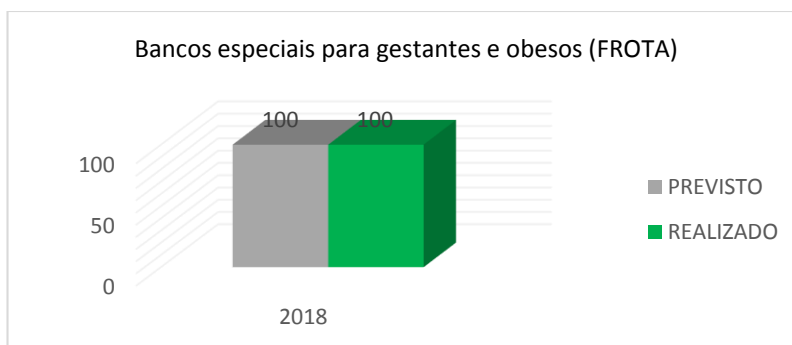


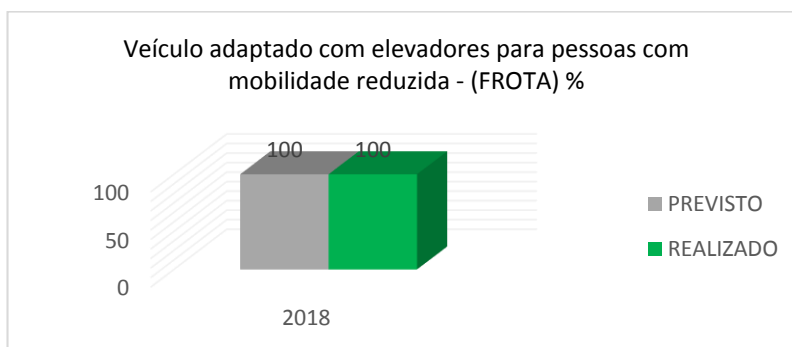
14. Manter o Programa de Distribuição Gratuita de Uniformes Escolares Anual para todos os alunos da Rede Municipal de Ensino.

<https://cqn.inf.br/noticia/77825/cascavel-inicia-entrega-de-mais-de-30-mil-uniformes>

<https://cqn.inf.br/noticia/302336/transparencia-licitacao-dos-uniformes-escolares-de-2021-tem-mais-de-r-16-milhao-de-desconto>

15. Adaptar transporte urbano às diferentes necessidades.





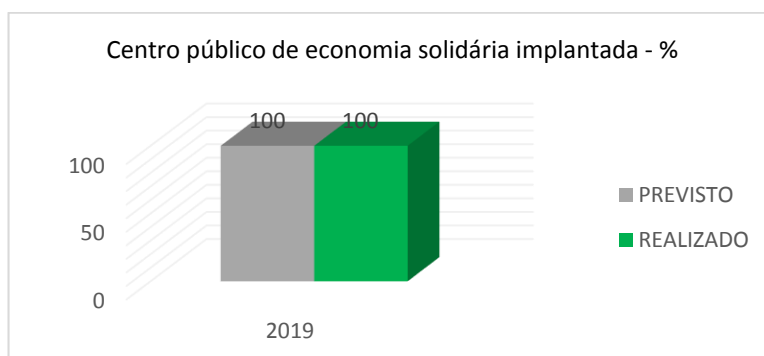
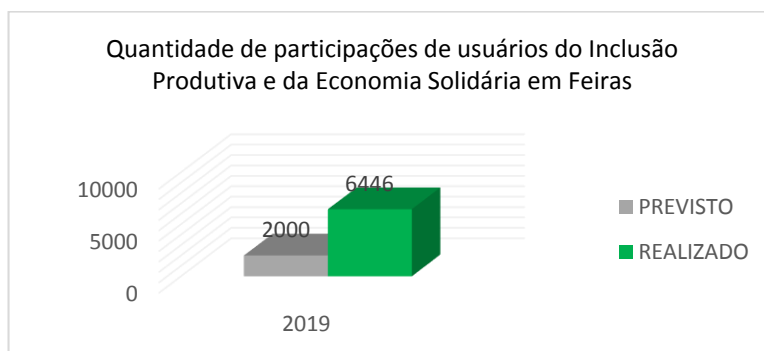
16. Desenvolver ações do Construa Cidadão que visa o atendimento de jovens e adultos em situação de rua, em situação de extrema pobreza, com vínculos familiares interrompidos ou fragilizados. Após a inserção na Casa Pop, os usuários serão entrevistados e, avaliado junto aos mesmos o interesse em participar do projeto, considerando também suas habilidades e interesses. Os mesmos serão imediatamente encaminhados para os serviços de saúde, tanto de atenção básica, em especial saúde mental, bem como serão realizados os encaminhamentos para acesso documentação civil e todas as demandas que se fizerem necessárias para a reinserção do indivíduo a sociedade.

<https://catve.com/noticia/6/215156/construa-cidadao-um-ano-reconstruindo-cidadania-e-dignidade>

<https://catve.com/noticia/6/236717/construa-cidadao-colhe-mais-um-fruto-da-proposta-do-programa>

17. Realizar Ações voltadas à Economia Solidária e Inclusão Produtiva, com a criação de um Centro Comercial de Economia Solidária, no qual acontecem feiras, capacitações e outras ações com a proposta de geração de trabalho e renda focada no desenvolvimento da sociedade cascavelense como um todo, são apresentados modelo de negócios e entre os pilares da economia solidária estão: alta gestão, solidariedade, cooperação, respeito ao meio ambiente, comércio justo e consumismo consciente. Tornou-se uma nova perspectiva de trabalho no qual a união e a cooperação caminham juntas para o melhor desenvolvimento das atividades.).





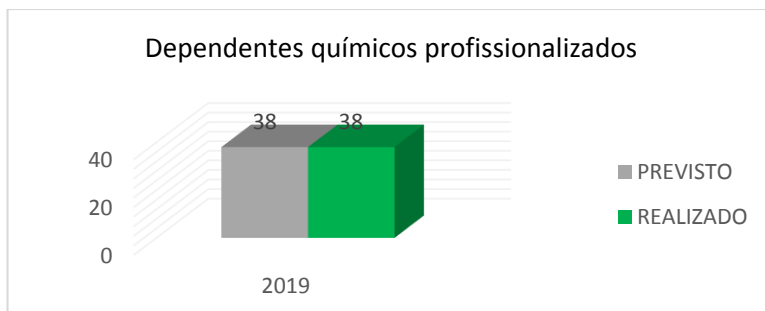
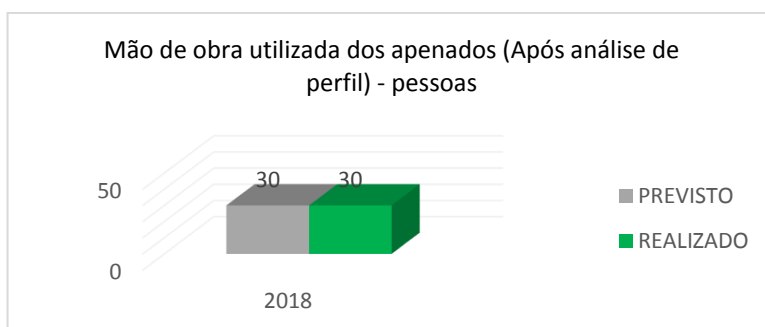
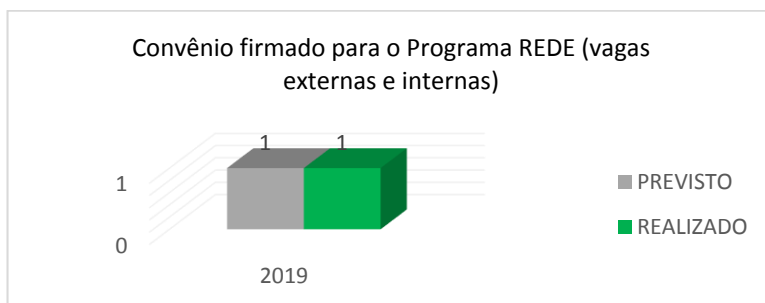
18. Incentivo a Diversificação de Culturas e Fortalecimento da Agricultura Familiar Rural.

- <https://catve.com/noticia/6/313423/na-alemanha-cascavel-e-convidada-a-participar-do-forum-global>
- <https://catve.com/noticia/6/313662/cascavel-sera-unica-cidade-do-brasil-a-participar-de-forum-global-de-alimentacao>

19. “Agricultura Urbana” – fundos de vale e lotes urbanos para plantio de verduras e ervas medicinais e incentivo a criação de associações de agricultura urbana.

- <https://cgn.inf.br/noticia/59069/territorio-cidadao-insere-mais-familias-no-programa-agricultura-urbana>
- <https://cgn.inf.br/noticia/42569/agricultura-urbana-participantes-de-projeto-conhecem-vantagens-de-formalizarem-vendas>

20. “Rede CRER” - criação de escola de capacitação e qualificação profissional ao dependente químico e apoio a inserção no mercado de trabalho.



21. Feira do Teatro: Funciona aos domingos no estacionamento do Teatro Municipal de Cascavel, um local dedicado a divulgar e comercializar o trabalho desenvolvido pelos artesãos cadastrados, bem como produtos alimentícios. Num espaço que também presa por disseminar cultura, propiciar lazer e principalmente estimular o desenvolvimento Econômico.

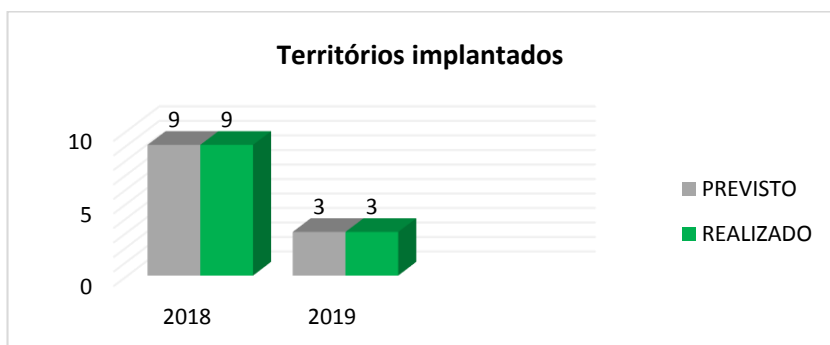
<https://cgn.inf.br/noticia/281152/feira-do-teatro-e-oportunidade-de-lazer-e-boas-compras-neste-domingo>

<https://cgn.inf.br/noticia/328744/com-tempo-bom-em-cascavel-feira-do-teatro-e-opcao-de-lazer-2>

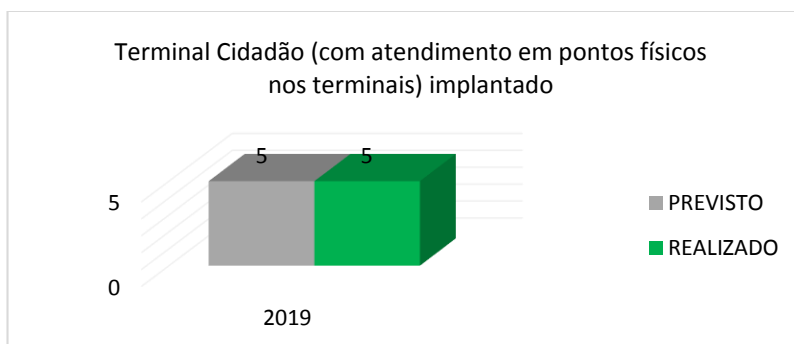


Cidades e Comunidades Sustentáveis

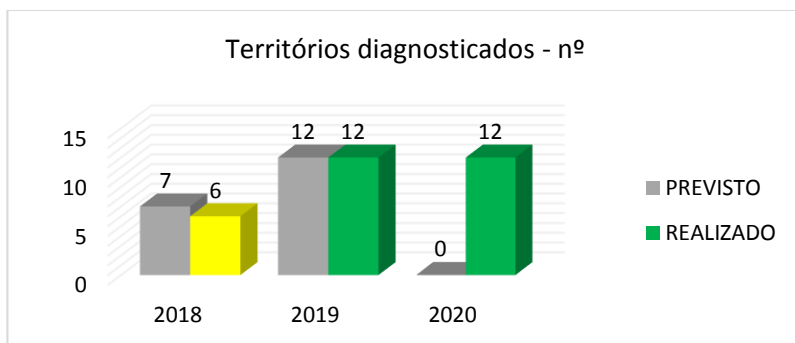
01. Território Cidadão - O Programa de Territorialização visa a mudança rápida e eficiente de uma determinada região ou bairros, para adequação a novos conceitos urbanísticos, que em um primeiro momento deve objetivar a construção de um Sistema de Atualização Automática dos Diagnósticos Comunitários, Aspectos Físicos, Topográficos, Habitacionais, Sociais e Outros. E na sequência, a implementação de Ações Integradas de todas as áreas da administração pública em um curto espaço de tempo, para rápida mudança do perfil do território trazendo desenvolvimento e equalização com padrões de outras áreas mais desenvolvidas do município. Foram desenvolvidas ainda ligadas a esta ação a Implantação de Terminais Cidadão – Terminais de denúncia, sugestão e reclamação em vários locais da cidade.



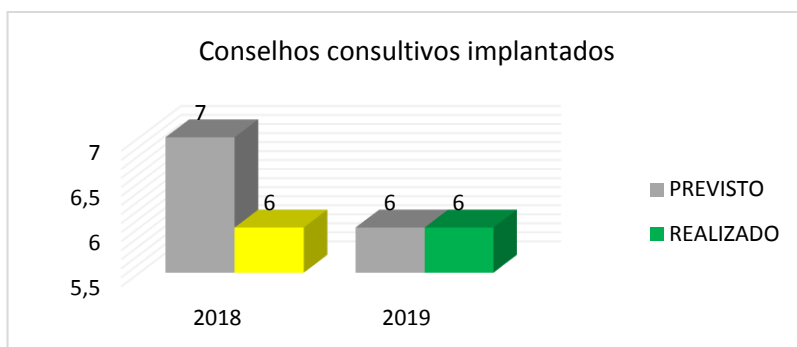
02. Implantação de Terminais Cidadão – Terminais de denúncia, sugestão e reclamação em vários locais da cidade.



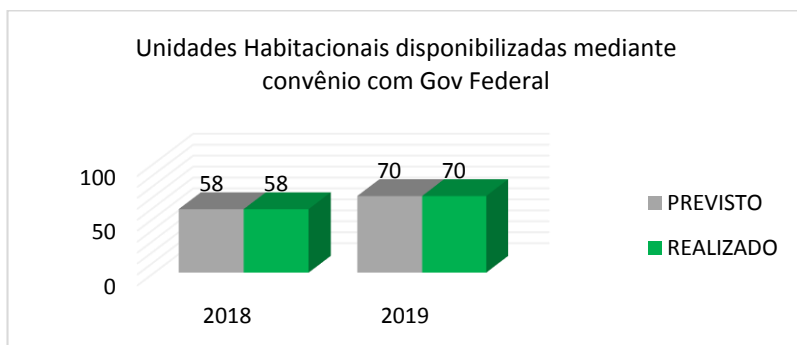
03. Realização de diagnósticos comunitários.

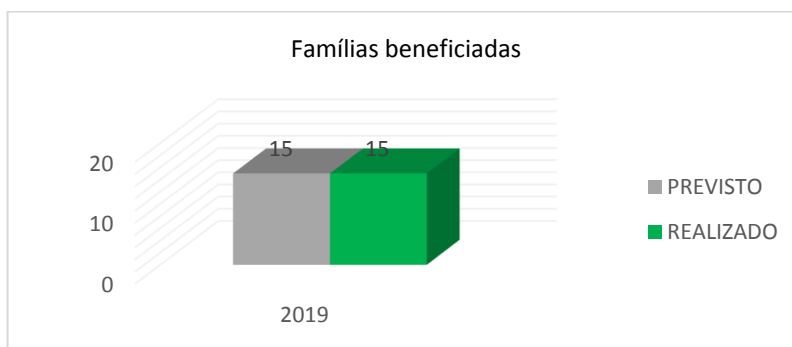


04. Implantar **Conselhos Consultivos Territoriais** com a finalidade de envolver a população nos debates.

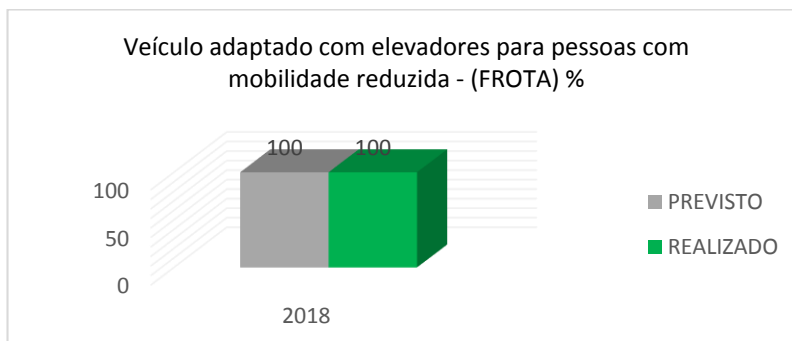


05. Construir Unidades Habitacionais mediante convênio com Governo Federal - Minha Casa, Minha Vida Rural (PNHR).

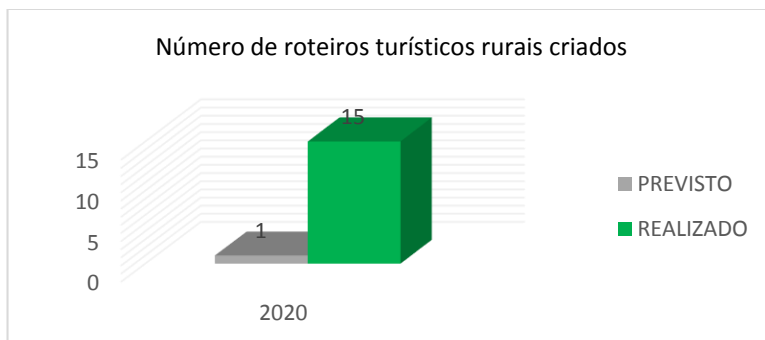
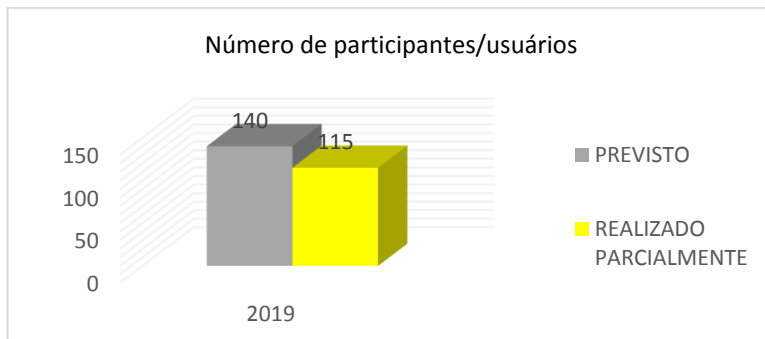




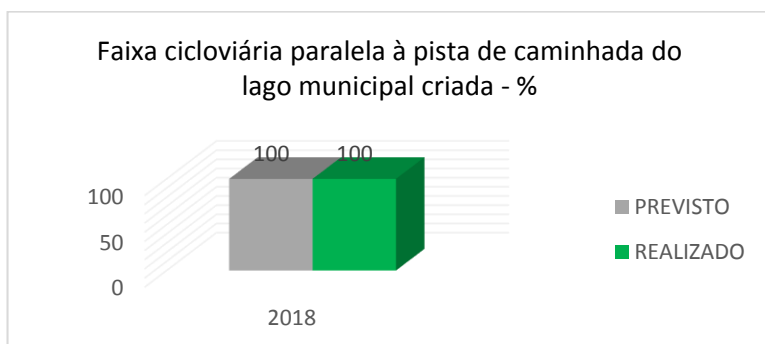
06. Adaptar transporte urbano às diferentes necessidades.



07. “Rota do Turismo” e “Ecoturismo” - Incentivo ao desenvolvimento de uma região de acesso à área rural, no qual é criado um ambiente temático. O projeto busca fazer o mapeamento de casas, cachoeiras, entre outras que poderão ser usadas no turismo.



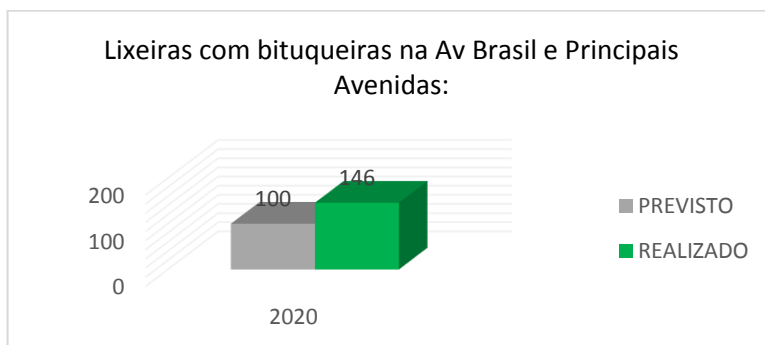
08. Criar faixa cicloviária paralela à pista de caminhada do lago municipal favorecendo ciclistas, e o transporte verde.



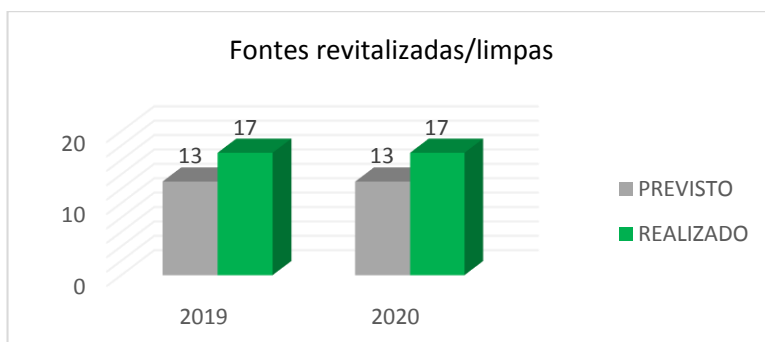
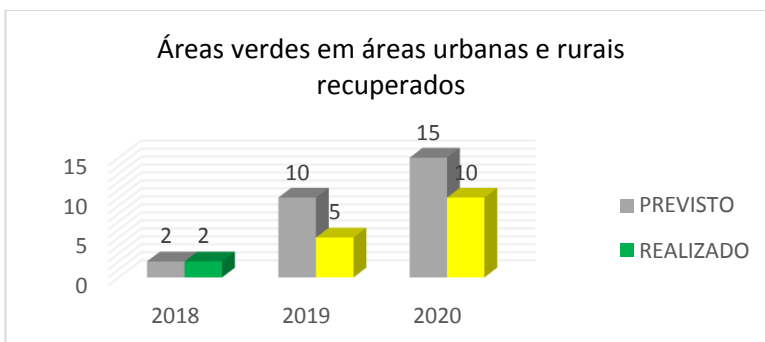
09. Programa Reciclar é preciso, com a implantação dos **EcoPontos**, somado a Oficina **Social**: A criação de pontos de entrega de materiais recicláveis (Ecopontos), possui a finalidade de gerar trabalho e benefícios aos catadores, reciclar os resíduos, reduzindo a destinação inadequada. O objetivo do projeto oficina Social é disponibilizar cursos para os catadores como: reforma ou desmonte de eletrônicos, renovar ou desmontar móveis velhos, para reaproveitamento e geração de renda, fortalecendo a cultura da reciclagem no município.

<https://cgn.inf.br/noticia/338164/reciclar-e-preciso-saiba-como-funciona-o-servico-de-coleta-seletiva-em-cascavel>

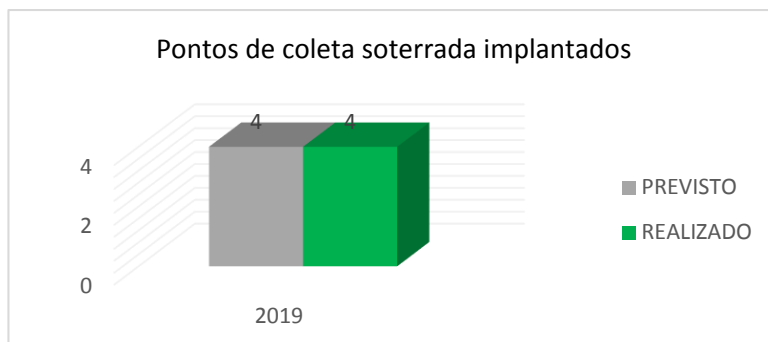
10. Projeto Cidade Limpa – mutirões de faxina nos territórios em parceria da prefeitura e população, entidades ecológicas, bem como distribuição de lixeiras e bituqueiras em áreas públicas.



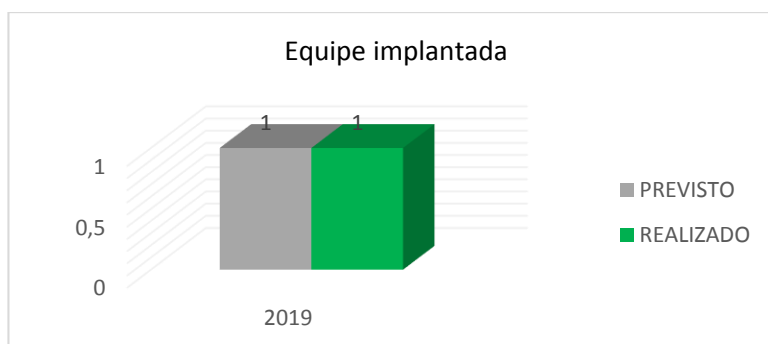
11. Programa Renascer - Preservação de rios e nascentes em áreas urbanas e rurais.



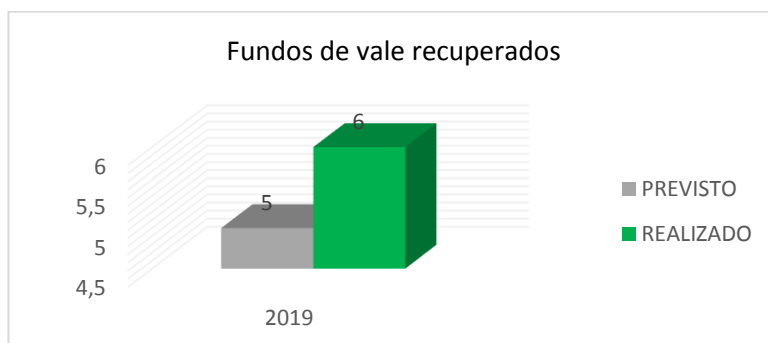
12. Implantar o Plano de Coleta Soterrada no município na região central – Consiste em instalação de lixeiras com cubas de concreto que ficam soterradas junto a contêineres. Na superfície, ficam apenas as tampas e as duas lixeiras com fundo falso, para o depósito dos resíduos, que são encaminhados para os contêineres. Quando a capacidade estiver próxima de ser atingida, uma equipe faz o recolhimento. Impedindo o contato de animais e o mau cheiro nas ruas.



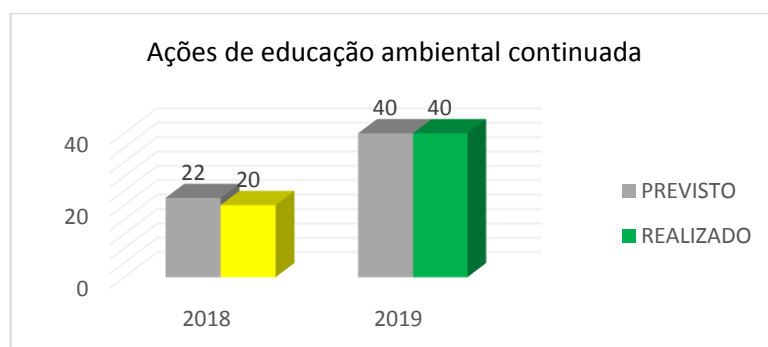
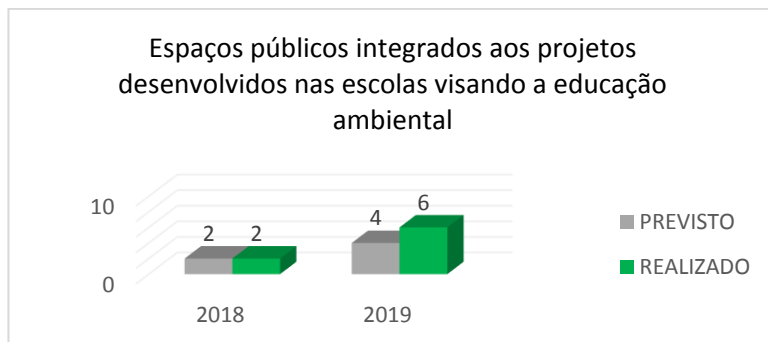
13. Criação de setor de manutenção de parques e praças.



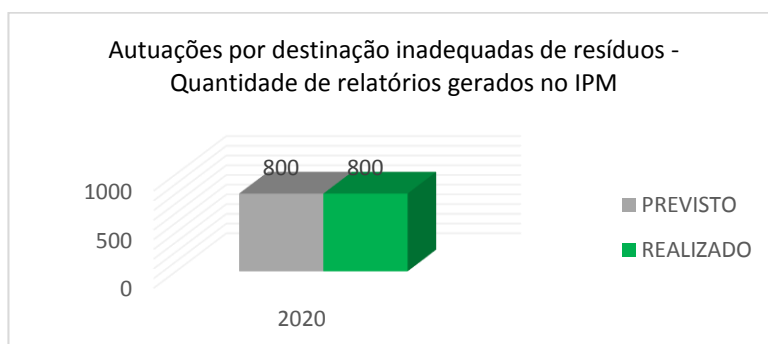
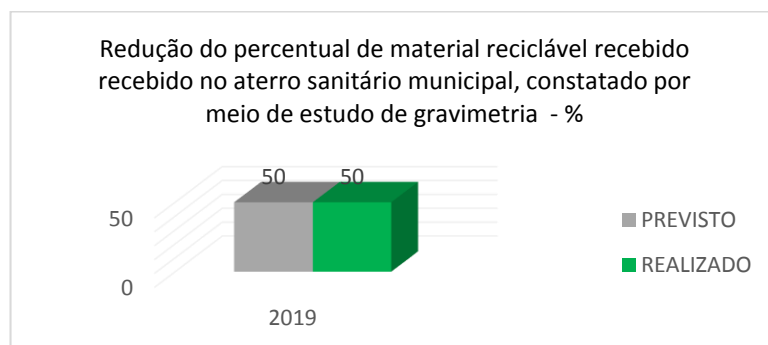
14. Preservar e restaurar fundos de vale de áreas urbanas com plantio de plantas nativas medicinais e citronela, através de parceria com a ONG Amigos do Rio através de termo de cooperação.



15. Implementar políticas de educação ambiental continuada e incentivo à reciclagem de materiais e uso equilibrado dos recursos naturais e energia, bem como ampliar e incentivar a arborização urbana através de projetos de doação de mudas e plantio por alunos da rede pública de ensino.



16. Fiscalização e política de redução e destinação de resíduos.

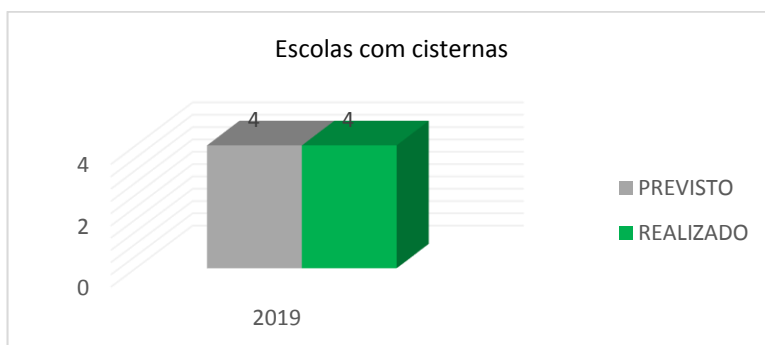
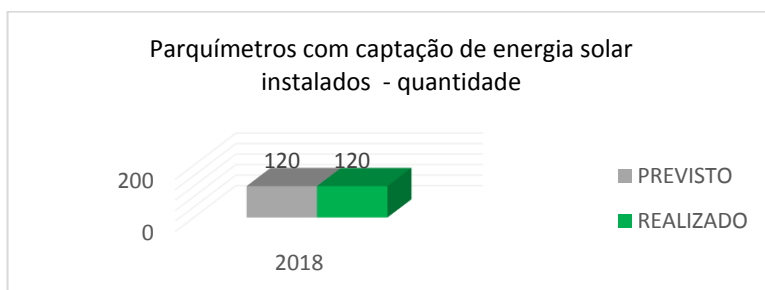


17. Incentivo ao Transporte Verde: através da disponibilização de serviço de locação de bicicletas normais e elétricas para uso da população (bicicletas compartilhadas) bem como carros e postos elétricos adquiridos, para diminuição da poluição.

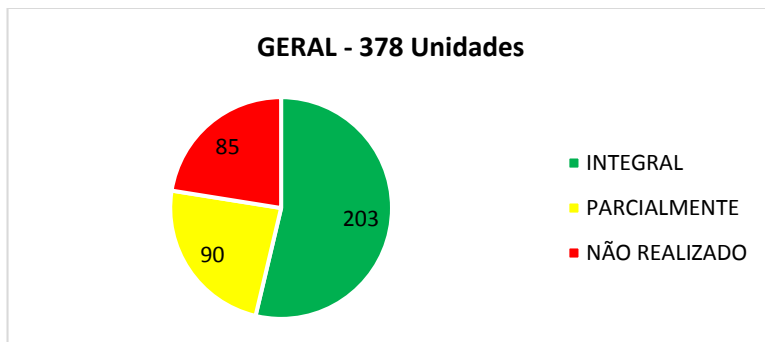
<https://cgn.inf.br/noticia/210790/cascavel-tera-mais-uma-nova-estacao-de-bicicletas-compartilhadas>

<https://catve.com/noticia/6/302485/em-100-dias-compartilhamento-de-bikes-tem-cerca-de-45-mil-cadastros>

18. Parquímetros com captação de energia solar instalados.



19. Substituição de lâmpadas de Led em prédios públicos do município – A substituição vem sendo efetuada de forma gradativa, de modo a não desperdiçar as lâmpadas já existentes.



Paz, Justiça e Instituições Fortes

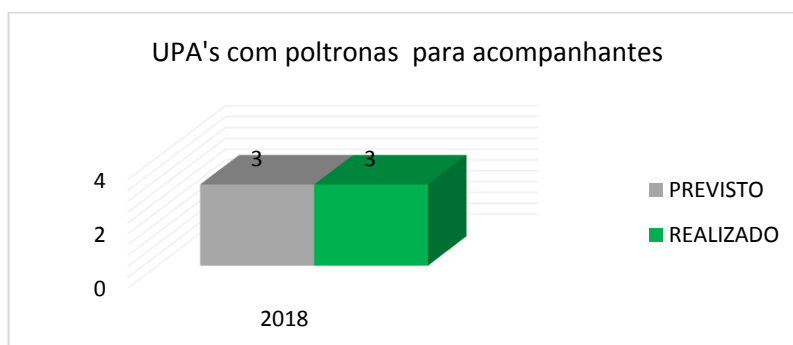
01. Estação da Cidadania – atendimento à população mais próximo de sua casa.

<https://cgn.inf.br/noticia/94098/com-opcoes-de-lazer-estacao-da-cidadania-atrai-familias>

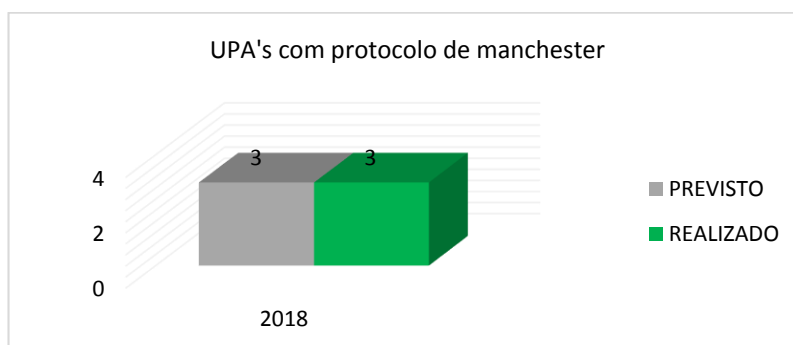
02. Implantação do Programa Saúde Humanizada, concedendo o acesso da população aos serviços de saúde com atendimento humanizado, disponibilizando ainda estruturas específicas para atender um maior número de pessoas, com o tratamento sempre de dignidade e respeito.

<https://cgn.inf.br/noticia/322164/cascavel-e-premiada-por-desempenho-na-saude>

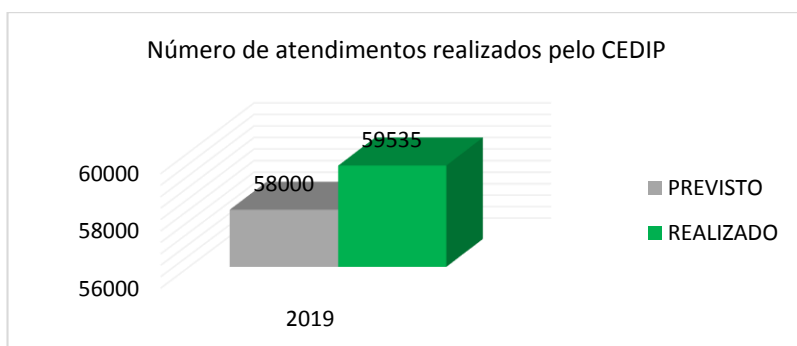
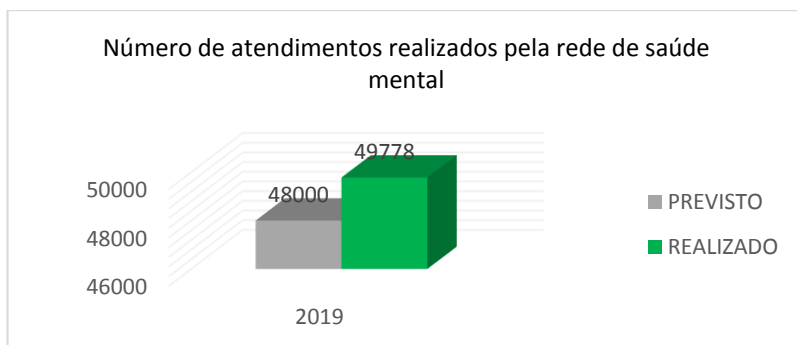
03. Melhorar o conforto das unidades de saúde com a colocação de poltronas para acompanhantes.



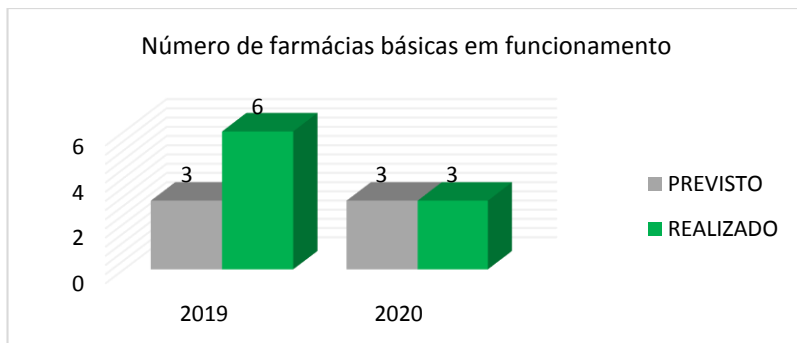
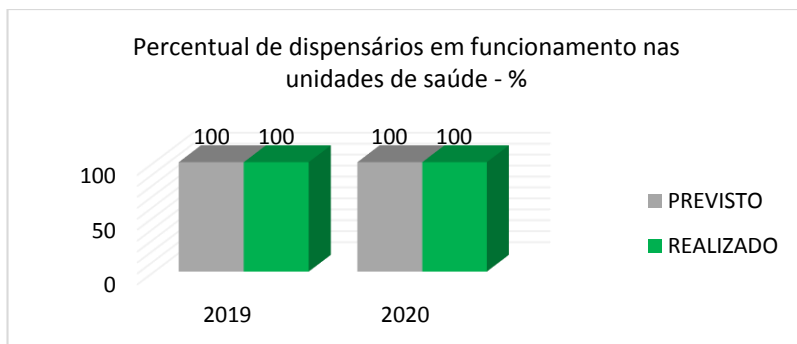
04. Protocolo de Manchester: sistema de atendimento por classificação de risco nas UPA's.



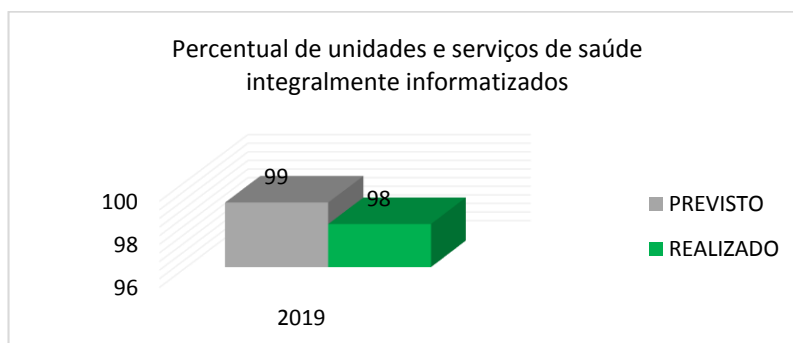
05. Aprimorar os atendimentos realizados sob a ótica das redes de atenção especializadas pelos serviços de saúde municipais.



06. Aprimorar a distribuição de medicamentos procedendo atualização da padronização instituída no município.



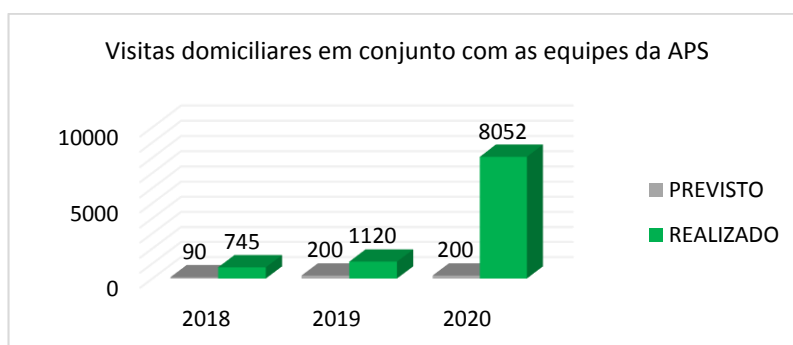
07. Gestão online de saúde: Alcançar 100% das Unidades e Serviços de Saúde Informatizados.



08. Comboio da saúde – Unidade móvel para atendimento odontologia, pediatria, oncologia, clínica geral, ginecologia. Contempla o atendimento móvel, em escala periódica nos bairros de Cascavel. Com o objetivo de diminuir o acúmulo de atendimentos nos postos de saúde, e levar o atendimento à saúde mais perto da população.

<https://cqn.inf.br/noticia/306596/comboio-da-saude-imuniza-jovens-e-adultos-contr-o-sarampo-em-frente-a-prefeitura>

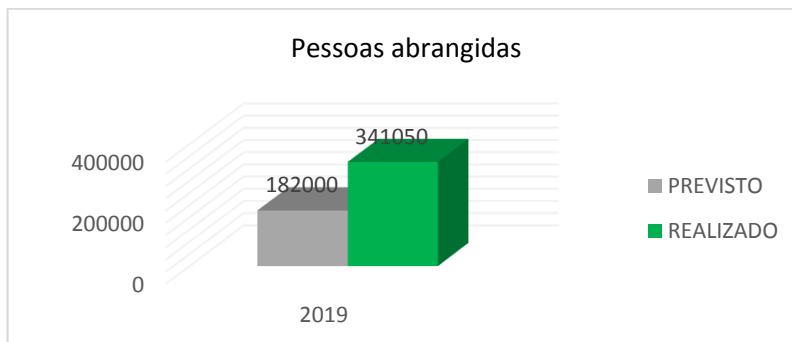
09. “Programa PAR humanizado” – Rede multiprofissional de atendimento residencial.



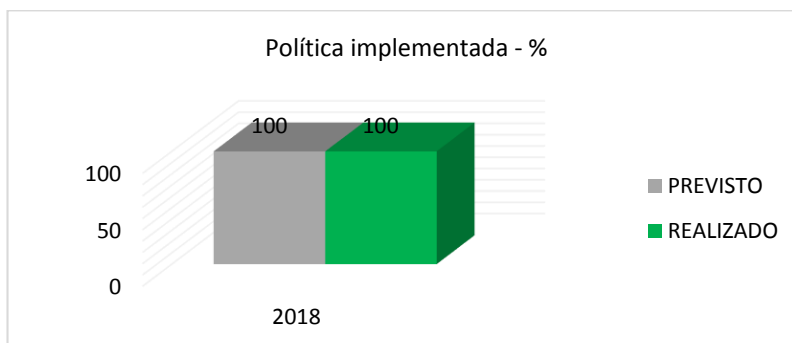
10. “Programa PAI” – Programa de atendimento imediato em situações de risco de morte: implementado através da lei nº 7.061 de 05 de novembro de 2019.

<https://cqn.inf.br/noticia/73804/programa-pai-sem-leito-sus-idosa-e-transferida-para-leito-particular>

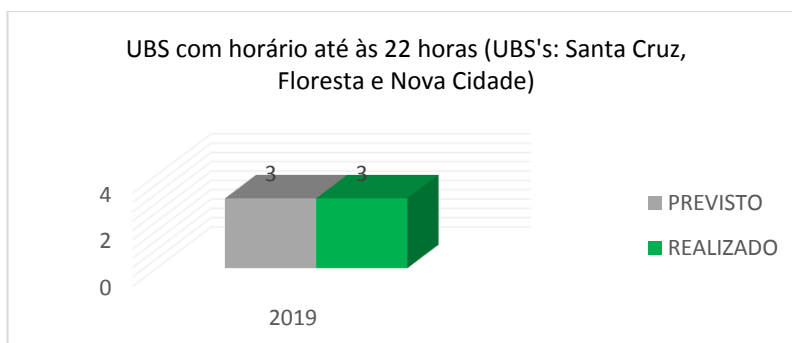
11. Ampliação da Cobertura da Estratégia Saúde da Família - O sistema de atendimento à saúde será local com profissionais que atenderão exclusivamente os moradores do território e deve funcionar inicialmente com uma triagem para identificar atendimentos primários e de baixa complexidade (casos que podem ser resolvidos no território).



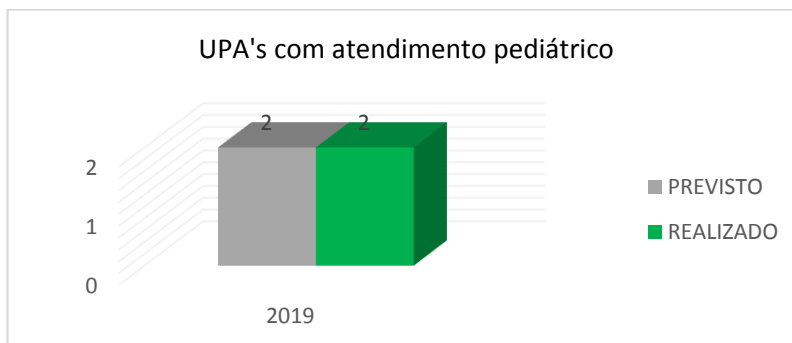
12. Implantação do programa “Mais saúde menos remédio” - práticas integrativas complementares.



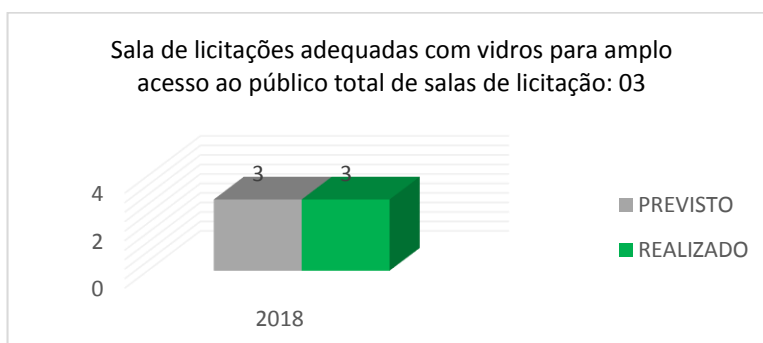
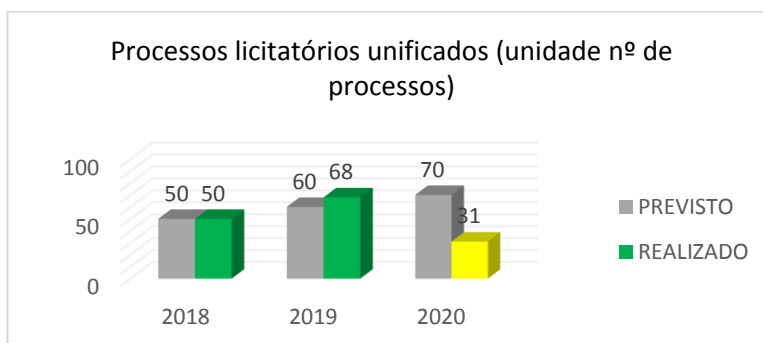
13. Serão disponibilizadas 3 unidades de atendimento (UBS) até às 22 horas e ampliar o horário de atendimento das Unidades de Saúde da Família para 12 horas por dia nas unidades com 2 equipes ou mais.

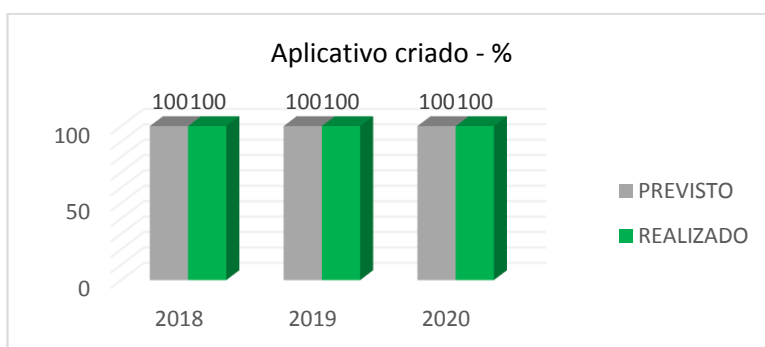
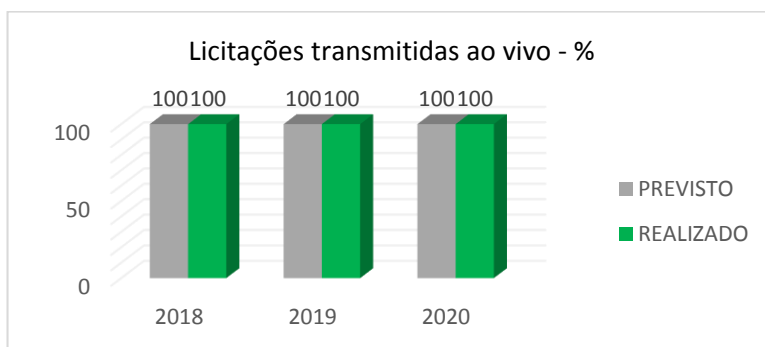


14. Ampliar o atendimento Adulto e Pediátrico nas Unidades de Pronto Atendimento – UPA's.

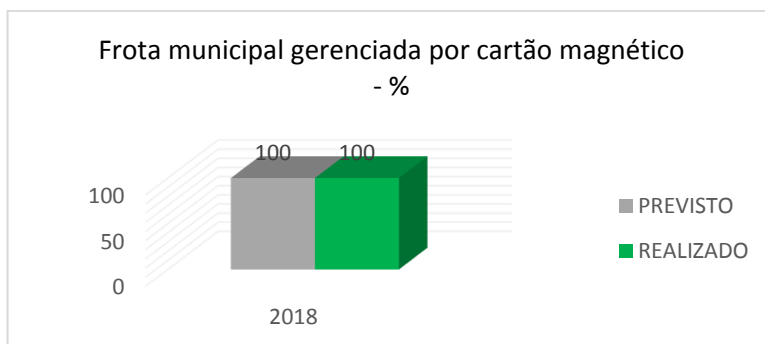


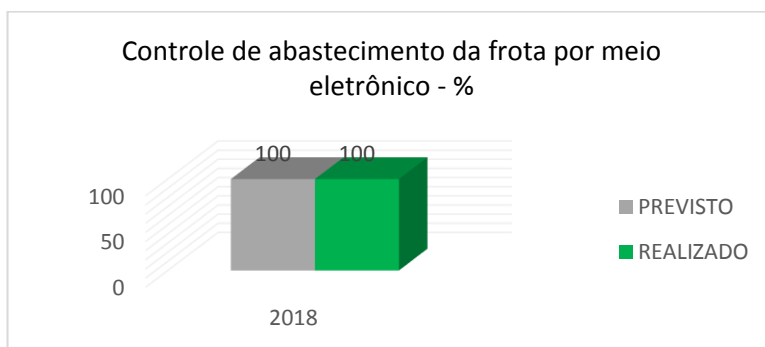
15. Realizar ações de combate ao desperdício e a corrupção, bem como promover uma modernização administrativa, simplificando processos e reduzindo a burocracia nos mais diversos setores, através da Implantação de processos licitatórios unificados, através da criação da Divisão de **Planejamento de Compras Unificadas**; **abertura de sala de licitações para acompanhamento público**; **transmitir licitações ao vivo**; **realizar o rastreamento dos veículos oficiais do município**.



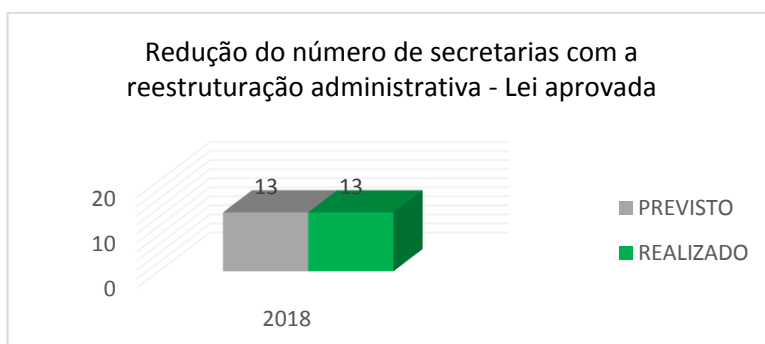


16. Projeto de Cartão Combustível - Contratação de empresa especializada no gerenciamento do abastecimento dos veículos da frota municipal por meio de cartões magnéticos, para aumentar o controle de abastecimento, sendo possível identificar o veículo mais econômico para determinada rota e o tipo de combustível adequado, prever com maior exatidão o custo do Km rodado, os relatórios são automatizados com a implantação da tecnologia entre outras funcionalidades, por exemplo o custo real, baseado no valor médio do litro apresentado no sistema de levantamento de preços fornecido pela Agência Nacional do Petróleo. Tendo uma maior segurança no controle, pois todas as transações são gravadas e disponíveis para consulta, sendo que os cartões minimizam o risco de fraude.

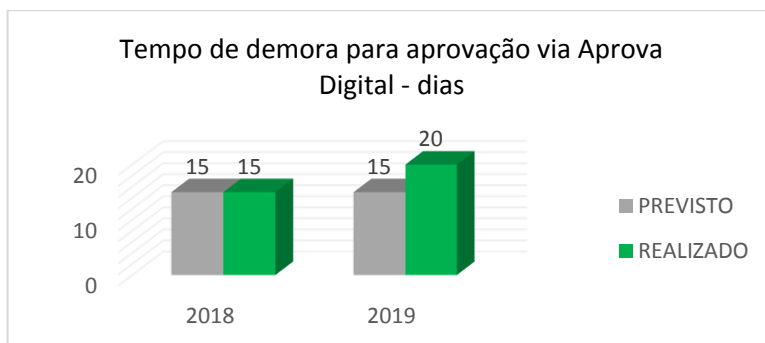




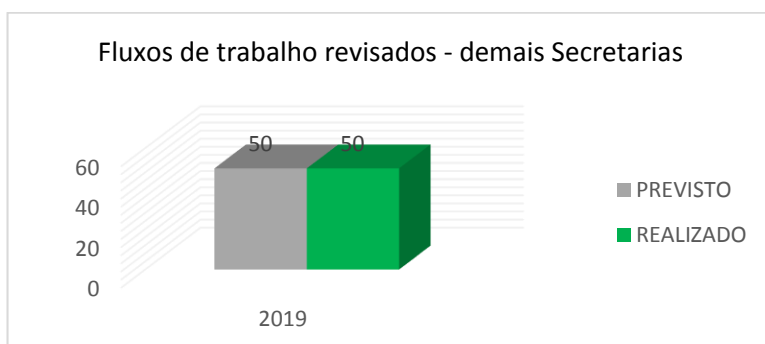
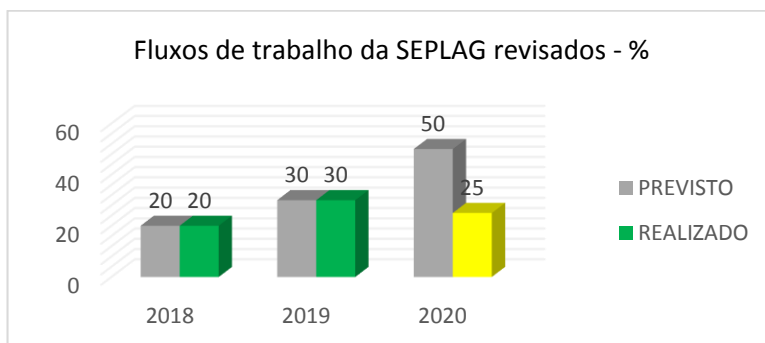
17. Realizar a Reforma Administrativa, reduzindo o número de secretarias.



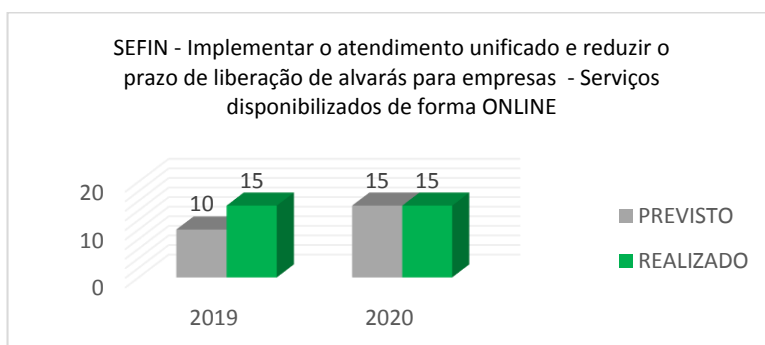
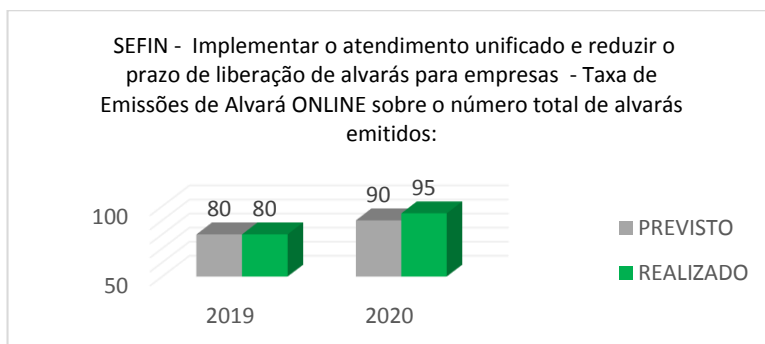
18. Liberação de licenças para construção, via internet.



19. Realizar a revisão de todos os fluxos dos processos internos e unificação dos setores de informática e frota municipal.



20. Gestão Administrativa Eletrônica Integrada – A tecnologia a serviço da eficiência e da democratização, agendamentos, ouvidorias e apiação dos serviços online, com a implementação do atendimento unificado e redução do prazo de liberação de alvarás para empresas.



VALIDAÇÃO DE TEMAS TRANSVERSAIS: T5.3

T5.3: Boa Governança, com implementação de mecanismos participativos de planejamento, e execução de políticas públicas com participação pública – privada.

No município de Cascavel é exercida a Boa Governança com implementação de mecanismos participativos de planejamento, como por exemplo Orçamento Participativo, que ocorre conforme a Lei Municipal nº 3375/2002.

Conforme pode se verificar no link abaixo:

<https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/cascavel/lei-ordinaria/2002/337/3375/lei-ordinaria-n-3375-2002-cria-a-assessoria-para-implantacao-da-participacao-popular-no-processo-de-elaboracao-orcamentaria-do-municipio-de-cascavel-pr-orcamento-participativo-e-da-outras-providencias>

Ainda no ano de 2020, por evento da Pandemia, o que impossibilitava a ocorrência das audiências públicas, foi efetuada a participação popular no orçamento virtualmente, conforme se depreende do link abaixo:

<https://www.participacascavel.com.br/o-que-e-orcamento-participativo>

A parceria público privado acontece no município dentre outras formas com os conselhos municipais, onde há a participação efetiva popular, alguns exemplos de conselhos existentes no município são:

Conselho Municipal de Saúde: https://www.camaracascavel.pr.gov.br/leis-municipais.html?sdetail=1&leis_id=5090

Conselho Municipal de Habitação: https://www.camaracascavel.pr.gov.br/leis-municipais.html?sdetail=1&leis_id=6275

Conselho Municipal de Transito: <https://leismunicipais.com.br/a1/pr/c/cascavel/lei-ordinaria/1990/211/2110/lei-ordinaria-n-2110-1990-cria-o-conselho-municipal-de-transito-de-cascavel-comutran-2020-08-31-versao-consolidada>

Criança e Adolescente: https://www.camaracascavel.pr.gov.br/leis-municipais.html?sdetail=1&leis_id=6374

Conselho da Mulher: <https://www.camaracascavel.pr.gov.br/noticias/item/8394-conselho-da-mulher-aprovadas-alteracoes-na-composicao-e-criacao-de-fundo-municipal.html>

Conselho de Segurança: <http://www.consegcascavel.org.br/>

Conselho municipal de Educação: <https://leismunicipais.com.br/a1/pr/c/cascavel/lei-ordinaria/2010/569/5694/lei-ordinaria-n-5694-2010-organiza-o-sistema-municipal-de-ensino-sme-e-cria-o-conselho-municipal-de-educacao-de-cascavel-cme>

Conselho Municipal de Cultura: <http://www.cascavel.pr.gov.br/secretarias/cultura/subpagina.php?id=1569>

Entre tantos outros conselhos que atuam efetivamente no Município.

Ainda contamos com outros projetos de parcerias público privadas, como por exemplo:

- Workshop Café Tecnológico tem por objetivo unir projetos acadêmicos de Iniciação Científica, empreendedores de sucesso no âmbito estadual, entidades de classe, instituições de pesquisa e inventores a fim de promover a troca de experiências e parcerias - chaves para o desenvolvimento científico e tecnológico.

<https://doity.com.br/cafetecnologicoagro>

- Fomentar e fortalecer a rede de serviços socioassistenciais por meio da formalização de parcerias com as OSC's:

Através de chamamento público conforme exemplos abaixo:

http://www.cascavel.pr.gov.br/arquivos/15062018_edital_de_chamamento_publico.pdf

http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:56K QVHCOoJ:www.cascavel.pr.gov.br/arquivos/09032018_edital_de_chamamento_publico_02_2018.doc+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br

- Ainda eventos de lazer realizados com parcerias público privadas, como o Evento Viva Tancredo, Blitz do Esporte, Programa Secesp Camp: Esportes de Competição (campeonatos municipais): parcerias com clubes recreativos do município para utilização de espaços, quadras de tênis, piscinas, academias, etc para uso dos programas através de chamamentos públicos:

<https://tarobanews.com/esportes/futebol/quadras-sinteticas-da-tancredo-neves-serao-oficialmente-entregues-vlG2r.html>

- Preservar e restaurar (fundos de vale) de áreas urbanas com plantio de plantas nativas medicinais e citronela, através de parceria com a ONG Amigos do Rio (Termo de cooperação) -

<https://ongamigosdosrios.org/parceria-convenios/>

- Implantar Programa de Agricultura Urbana: com hortas comunitárias, através da utilização de lotes urbanos para plantio de verduras e plantas medicinais, que abastecerão os CMEI's e Escolas da rede pública de ensino. No final de 2018 foi realizado o chamamento público convocando 3 ONGs para contribuir com o processo de implementação da Agricultura Urbana. Em 2019, estas ONGs irão contribuir no processo de mobilização e formação dos cultivadores e o objetivo é transformar este processo em produto final sendo a associação de cultivadores da agricultura urbana.

<http://www.aen.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=104922&tit=Programa-Hortas-Comunitarias-chega-a-Cascavel>

- Ainda sobre o Agricultura Urbana: Cascavel será a única cidade do Brasil a participar de Fórum Global de alimentação.

<https://www.catve.com/noticia/6/313662/cascavel-sera-unica-cidade-do-brasil-a-participar-de-forum-global-de-alimentacao>

Lembrando que esses são apenas algumas das ações desenvolvidas pelo município referente a mecanismos participativos de planejamento e execução de políticas público privadas.

VALIDAÇÃO DE TEMAS TRANSVERSAIS: T5.4

T5.4 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO MUNICIPAL E GESTÃO AMBIENTAL DE MANEIRA DESCENTRALIZADA

01. A prefeitura municipal de Cascavel conta com um setor específico de manutenção de parques e praças efetuada de forma descentralizada através de um termo de cooperação com a penitenciária industrial de cascavel (PIC), onde é disponibilizado a mão de obra dos apenados para efetuarem limpeza e conservação dos parques e praças existentes.

02. Melhoria dos parques ambientais e áreas verdes do município com replantio de árvores nativas. Árvores frutíferas nos parques ambientais. Plano de manejo, sendo ele, a elaboração de um planejamento técnico com vários tópicos: como descrição do ambiente, uso da terra, descrição dos recursos florestais no local, identificação e elaboração dos impactos ambientais e sociológicos entre outros estudos para proteção e preservação ambiental de áreas naturais protegidas e Projeto Território Verde.

<https://cascavel.atende.net/#!/tipo/noticia/valor/33629>

<https://cascavel.atende.net/#!/tipo/noticia/valor/31746>

<https://cascavel.atende.net/#!/tipo/noticia/valor/31711>

<https://cascavel.atende.net/#!/tipo/noticia/valor/32303>

<https://cascavel.atende.net/#!/tipo/noticia/valor/32055>



VALIDAÇÃO DE TEMAS TRANSVERSAIS: T5.5

T5.5 - Democracia local e com participação social, comunicação e transformação social:

1-) Implantação de 12 Territórios Cidadão - O Programa de Territorialização – visa a mudança rápida e eficiente de uma determinada região ou bairros, para adequação a novos conceitos urbanísticos, que em um primeiro momento deve objetivar a construção de um Sistema de Atualização Automática dos Diagnósticos Comunitários, Aspectos Físicos, Topográficos, Habitacionais, Sociais e Outros, e na sequência, a implementação de Ações Integradas de todas as áreas da administração pública em um curto espaço de tempo, para rápida mudança do perfil do território trazendo desenvolvimento e equalização com padrões de outras áreas mais desenvolvidas do município.

<https://cascavel.atende.net/#!/tipo/noticia/valor/29322>

<https://cascavel.atende.net/?pg=subportal&chave=16#!/tipo/noticia>

<https://cascavel.atende.net/?pg=subportal&chave=16#!/tipo/noticia/valor/32153>

Dentro dos territórios foram implantados os conselhos Constitutivos, com a finalidade de envolver a população nos debates:

- Implantação das Estações da Cidadania: Atendimento à população mais próximo de sua casa, com serviços à comunidade, (Ouvidoria; Ag. do Trabalhador; Cadastro único), serviço de atendimento e orientação para pagamentos de água, luz, Detran, Iptu/Lixo e ou isenções e Instituto de Identificação, nas estações também serão implantadas bibliotecas digitais, ação que substituiu a "Criar bibliotecas digitais em infraestruturas centrais dos territórios".

<https://cascavel.atende.net/?pg=subportal&chave=16#!/tipo/noticia/valor/32562>

<https://cgn.inf.br/noticia/211524/espaco-da-estacao-cidadania-e-entregue-a-comunidade-com-novos-atendimentos>

São realizadas várias atividades nos territórios, principalmente com a participação social da população, onde foram desenvolvidas muitas atividades de cidadania, bem como de esporte, cultura e lazer, sempre com a ideia de levar os atendimentos mais perto da população, ouvindo e atendendo as suas demandas.



PROPOSTA DE PROTOCOLO DE CONSTITUIÇÃO DO CONSELHO TERRITORIAL CONSULTIVO

DOS OBJETIVOS

O objetivo do Conselho Territorial Consultivo é estabelecer um canal de comunicação direto e permanente entre as comunidades dos Bairros de Cascavel, integrantes do Território em implantação, buscando discutir assuntos e soluções de interesse comum, com ênfase nos aspectos relacionados ao pertencimento local, segurança, saúde, educação, desenvolvimento urbano, geração de emprego, preservação dos bens públicos e meio ambiente, contribuindo para a promoção do desenvolvimento social e econômico dos moradores de cada bairro integrante do Território.

DAS ATIVIDADES

O Conselho Territorial é um fórum de caráter consultivo e, por natureza a ele compete:

- a) Buscar a melhoria contínua na comunicação entre a Comunidade e a Administração pública Municipal;
- b) Atuar como veículo através do qual a Comunidade possa, construtivamente, encaminhar suas preocupações, desenvolver ações e meios para busca de soluções em relação a temas e questões pertinentes aos objetivos do Conselho;
- c) Facilitar o acesso, divulgação e entendimento de questões, temas e informações de interesse comum, com ênfase nos aspectos relacionados ao pertencimento local, segurança, saúde, educação, desenvolvimento urbano, geração de emprego, preservação dos bens públicos e meio ambiente contribuindo para a promoção do desenvolvimento social e econômico dos moradores de cada bairro integrante do Território;
- d) Pautar suas ações pelo compromisso ético de seus membros de limitar ao âmbito do Conselho, as informações privilegiadas a que tiverem acesso;
- e) Conhecer o perfil sócio-econômico e cultural da comunidade;
- f) Sugerir parcerias visando responder às preocupações da comunidade;

DOS PAPÉIS DO CONSELHEIRO

Representar as demandas da sua comunidade relativamente a assuntos e soluções de interesse comum.

DO PERFIL DO CONSELHEIRO

- Ter elevado espírito comunitário e senso de voluntariado;
- Ter bom senso e discernimento, mantendo uma postura coerente e imparcial entre o seu papel no Conselho e a natureza das demandas, conhecendo os limites da sua atuação;

- Deter credibilidade e um bom trânsito junto ao segmento da comunidade que representa;
- Saber ouvir e se comunicar com isenção e discernimento, sem julgamentos ou juízo de valor;
- Ser pró-ativo e ter senso de prioridade no que se refere aos prazos de encaminhamento de demandas e informações ao Comitê Gestor dos Territórios;
- Ser participativo e ter vontade de aprender.

DA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO

O Conselho terá um número máximo de 40 representantes pertencentes ao Território onde serão representados os segmentos abaixo relacionados:

- Lideranças Políticas;
- Lideranças comunitárias;
- Lideranças Estudantis;
- Lideranças de Juventude;
- Lideranças de Igrejas Evangélicas;
- Lideranças da Igreja Católica;
- Lideranças do Comércio local;
- Lideranças da Terceira Idade;
- Servidor Público Municipal pertencente ao território;
- Servidor Público Estadual pertencente ao território;
- Servidor Público Federal pertencente ao território;
- Representante de ONGs instaladas no Território;
- Artistas e ou Agentes Culturais pertencentes ao Território;
- Representante da Imprensa pertencente ao Território;
- Liderança ligada a área de segurança pertencente ao Território;
- Representantes de Associações e clubes de serviço pertencentes ao Território;

A formação inicial do Conselho ocorrerá por iniciativa dos moradores pertencentes ao Território, que convidará pessoas dos segmentos mencionados, cuja aceitação é voluntária.

É desejável um equilíbrio numérico entre as representações das comunidades.

DA REPRESENTAÇÃO DO COMITÊ ESTRATÉGICO DE IMPLANTAÇÃO DOS TERRITÓRIOS

As Administração Pública Municipal será representada pelo Coordenador Geral do Setor Território Cidadão e pelos membros que compõem o Comitê Estratégico de Implantação dos Territórios com as seguintes atribuições:

- Conduzir juntamente com os membros conselheiros das comunidades, o monitoramento e a melhoria contínua do processo;

- Transmitir e manter atualizado o Comitê Estratégico de Implantação dos Territórios, em relação a todas as demandas, discussões, questionamentos e sugestões.
- Sempre que possível, dar as respostas às demandas do Conselho e da Comunidade, através dos técnicos e profissionais das Secretarias ligados diretamente à natureza das mesmas, ou através das suas lideranças, conforme for o caso;
- Articular junto a todas as Secretarias e áreas do Poder Público Municipal, para que considerem nas suas ações, a possibilidade trabalharem de forma integrada e de uniresforços naquilo que for comum e que possa vir a consolidar a implantação dos Territórios bem como a valorização permanente da atuação do Conselho Territorial junto as comunidades pertencentes a cada Território;
- Orçar os custos necessários à manutenção do programa, para que cada Secretaria aproprie em seu respectivo orçamento anual as demandas oriundas de cada Território.

DO PERÍODO DE ATUAÇÃO E RENOVAÇÃO

- Os membros do Conselho atuarão por um período de 2 (dois) anos.
- O Conselho, por decisão de pelo menos 2/3 de seus membros, pode afastar, em qualquer época, um conselheiro cuja postura seja considerada inadequada, ou por faltas sucessivas às reuniões. O Conselho examinará as situações em que um membro falte a 3 (três) reuniões consecutivas, ou faltar a 6 não consecutivas. Nas hipóteses de afastamento, renúncia ou de renovação de mandato bienal de um ou mais membros, o Conselho escolherá, por maioria simples, novos conselheiros, levando em consideração sua representatividade, postura ética e motivação pelas causas de interesse comunitário. Os novos membros permanecerão no Conselho até o final do período remanescente de atuação.
- A renovação bienal dos conselheiros far-se-á obedecendo aos seguintes critérios:
 - a) Substituição de pelo menos 30% do total dos membros do Conselho, considerando-se neste percentual as substituições eventualmente ocorridas ao longo do biênio;
 - b) Substituição dos conselheiros que, voluntariamente, queiram se desligar do Conselho;
 - c) Substituição dos conselheiros que, ao final do biênio, tenham acumulado 6 (seis) faltas às reuniões ordinárias;
 - d) Na hipótese de, aplicados os critérios mencionados, não se atingir o percentual mínimo de renovação, serão substituídos os conselheiros com maior número de mandatos e maior número de faltas às reuniões ordinárias acumuladas no biênio;

e) Terão os mandatos renovados por mais 2 (dois) anos os conselheiros não enquadrados nos critérios anteriores, a menos que expressem sua opção por não continuarem no Conselho;

f) O preenchimento das vagas será feito a partir de nomes propostos pelos membros do Conselho e pelos representantes do Comitê Estratégico de Implantação dos Territórios que serão acolhidos ou não por decisão majoritária dos conselheiros remanescentes, buscando manter o equilíbrio de representatividade das comunidades participantes.

DA COMPENSAÇÃO

A participação no Conselho resulta da motivação e adesão espontânea de seus membros, a partir do seu interesse em contribuir voluntariamente para elevar os níveis de informações associadas às atividades do Território Cidadão, não cabendo a estes quaisquer tipos de remuneração, compensação ou vínculo empregatício com o Município.

DO FUNCIONAMENTO

A base de funcionamento do Conselho Territorial é o presente Protocolo, discutido e assinado por todos os conselheiros, definindo objetivos e responsabilidades do Conselho;

O Conselho reunir-se-á bimestralmente preferencialmente na sede Administrativa de cada Território ou, extraordinariamente, por decisão de seus membros, em locais escolhidos em comum acordo com o Comitê Estratégico de Implantação dos Territórios, seguindo uma pauta de assuntos levantados com antecedência pelos conselheiros;

As reuniões terão um coordenador, escolhido pelo Conselho, a quem cabe facilitar a participação eficaz dos Conselheiros com vistas aos objetivos agendados para a reunião, sem interferir nas opiniões do grupo, além de iniciar e encerrar a mesma;

Um Secretário, também escolhido pelos membros do Conselho, fará as anotações necessárias visando produzir uma ATA que, aprovada, terá cópias enviadas para:

a) cada membro do conselho;

b) O Comitê Estratégico de Implantação dos Territórios;

As reuniões são abertas com uma explanação sucinta sobre as atividades realizadas no Território. Além dos conselheiros e facilitadores, participam, os coordenadores dos Territórios indicados pelas Secretarias Municipais quando convidadas para prestar informações ou esclarecimentos.

Cabe ainda ao Secretário do Conselho acertar, com as partes envolvidas, locais, datas e horários das reuniões seguintes, incumbindo-se da convocação dos participantes, além de providenciar o envio das comunicações escritas, decididas pelo Conselho ao Comitê Estratégico de Implantação dos Territórios

As Atas das reuniões traduzirão as decisões coletivas, evitando, tanto quanto possível, a individualização de pontos de vista não condizentes com o espírito e objetivos do Conselho Territorial.

A liberação de informações para as comunidades referentes aos assuntos discutidos nas reuniões será feita se houver aprovação prévia de no mínimo 2/3 do Conselho.

As reuniões serão realizadas quando do comparecimento de, no mínimo, 2/3 dos integrantes do Conselho, sendo vedada a participação através de representantes formais ou informais de seus membros.

Outros convidados poderão participar, a partir de decisão prévia por maioria, devendo a presença ter relevância com o assunto em discussão.

Ao Comitê Estratégico de Implantação dos Territórios caberá dar o apoio logístico e tomar as providências necessárias ao funcionamento do Conselho.

O Conselho não deverá ser utilizado para atividades de cunho ideológico, ou político-partidário, assim como veiculação de propaganda para essa finalidade.

Os conselheiros não poderão exercer, em nome do Conselho, sem sua prévia autorização, atividades de qualquer natureza.

DA COMUNICAÇÃO EXTERNA (Mídia Local)

A cada renovação do Conselho é recomendável uma comunicação à mídia impressa de cada Território (quando houver), divulgando a posse e a composição das representações, além dos objetivos do Conselho.

O Conselho deve prever uma periodicidade de pauta para assuntos e ações relevantes, a ser veiculada junto a imprensa local das comunidades a que a mesma estiver relacionada, cuja divulgação fica condicionada ao parecer prévio do Comitê Estratégico de Implantação dos Territórios.

DAS ALTERAÇÕES

O Conselho, em reunião específica para tal, por aprovação de metade mais um dos seus membros, e de comum acordo com Comitê Estratégico de Implantação dos Territórios, poderá sugerir e realizar alterações neste Protocolo.

E por estarem de acordo com os termos acima, assinam este Protocolo os membros da comunidade que formam o Conselho Territorial e o Comitê Estratégico de Implantação dos Territórios.

Cascavel, 08 de Junho de 2018.



Certificado

TERRITÓRIO

CIDADÃO

O Território Cidadão certifica que

Adão Aparecido Rodrigues

1º Vice Presidente

foi eleito conselheiro, membro titular no Conselho Territorial do Território I
Nova Cascavel, pelo período de 2019 à 2020.

Cascavel, 31 de agosto de 2019.

Leonaldo Paranhos
Prefeito de Cascavel



José Carlos da Costa
Gestor Territorial



O objetivo do Conselho Territorial Consultivo, criado por iniciativa da comunidade local, é estabelecer um canal de comunicação direto e permanente entre as comunidades dos bairros de Cascavel, integrantes do Território em Implantação, buscando discutir assuntos e soluções de interesse comum, com ênfase nos aspectos relacionados ao pertencimento local, segurança, saúde, educação, desenvolvimento urbano, geração de emprego, preservação dos bens públicos e meio ambiente, contribuindo para a promoção do desenvolvimento social, econômico dos moradores de cada bairro, integrante do Território. O conselheiro eleito e empossado, assume o compromisso de fazer cumprir o objetivo deste conselho, com base em seu elevado espírito comunitário e senso de voluntariado, considerando seu bom senso e discernimento, mantendo sempre uma postura coerente imparcial entre o seu papel no conselho e a natureza das demandas, conhecendo os limites da sua atuação.



VALIDAÇÃO DE TEMAS TRANSVERSAIS : T5.6



ÓRGÃO OFICIAL ELETRÔNICO MUNICÍPIO DE CASCAVEL

Lei nº 5.571, de 23 de julho de 2010
Secretaria Municipal de Administração

MUNICIPIO DE
CASCAVEL:762088670001
07

Digitally signed by MUNICIPIO DE CASCAVEL:76208867000107
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, st=PR, l=CASCAVEL, ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e-CNPJ A3, ou=Autenticado por AR IESCAP PR, cn=MUNICIPIO DE CASCAVEL:76208867000107
Date: 2017.08.24 16:16:07 -03'00'

ATOS DO PODER EXECUTIVO

LEI Nº 6.745 de 23 de agosto de 2017.

DISPÕE SOBRE A POLÍTICA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, DA CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAVEL, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU, COM EMENDA DO ILUSTRE VEREADOR FERNANDO HALLBERG/PPL, E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

TÍTULO I

Da política municipal dos direitos da criança e do adolescente

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e estabelece normas gerais para a sua adequada aplicação.

Art. 2º A política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente no Município de Cascavel far-se-á por meio de um conjunto articulado de ações governamentais e não governamentais, assegurando-se a proteção integral e a prioridade absoluta, conforme preconiza a Lei Federal 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.

Parágrafo único. As ações a que se refere o *caput* deste artigo serão implementadas por meio de:

- I – Políticas sociais básicas de educação, saúde, esporte, cultura, lazer e trabalho;
- II – Serviços, programas, projetos e benefícios de Assistência Social de garantia de proteção social e de prevenção e redução de violações de direitos, seus agravamentos ou reincidências;
- III – Serviços especiais de prevenção e atendimento médico e psicossocial às vítimas de negligência, maus tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão;
- IV – Serviço de identificação e localização de pais, responsáveis, crianças e adolescentes desaparecidos;
- V – Proteção jurídico-social por entidades de defesa dos direitos da criança e do adolescente;
- VI – Políticas e programas destinados a prevenir ou abreviar o período de afastamento do convívio familiar e a garantir o efetivo exercício do direito a convivência familiar de crianças e adolescentes;
- VII – Campanhas de sensibilização ao acolhimento sob forma de guarda de crianças e adolescentes afastados do convívio familiar e à adoção, especificamente inter-racial, de crianças ou de adolescentes com necessidades específicas de saúde ou com deficiências e de grupos de irmãos.

Art. 3º A política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á por meio de um conjunto articulado de ações governamentais e não governamentais, composta pela seguinte estrutura:

- I – Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- II – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA;
- III – Fundo Municipal da Infância e Adolescência – FIA;
- IV – Conselhos Tutelares;
- V – Unidades de atendimento Governamentais e Entidades de atendimento não Governamentais.

Capítulo I

Da Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Art. 4º Fica instituída a Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, espaço colegiado de caráter deliberativo, composta por delegados governamentais e não governamentais, diretamente ligados à defesa ou ao atendimento dos direitos da criança e do adolescente, todos devidamente credenciados, que se reunirão de acordo com calendário nacional e estadual, sob a coordenação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, mediante regimento próprio.

Parágrafo único. O CMDCA poderá convocar a Conferência extraordinariamente, por decisão da maioria absoluta de seus membros.

Art. 5º A Conferência será convocada pelo CMDCA, em período determinado pelos Órgãos competentes, por meio de edital de convocação, publicado com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, no qual constará o Regulamento da Conferência.

§ 1º. Para a realização da Conferência, o CMDCA constituirá comissão organizadora paritária, garantindo a participação de adolescentes e de convidados.

§ 2º. Em caso de não convocação por parte do CMDCA, dentro do prazo referido no *caput* deste artigo, a iniciativa caberá a 1/3 das entidades registradas no CMDCA, que formarão comissão paritária para organização e coordenação da Conferência.



Art. 6º O CMDCA fará a convocação da Conferência, a qual deverá ser amplamente divulgada nos principais meios de comunicação de massa, bem como por meio de convocação oficial às entidades, organizações e associações definidas no Regulamento da Conferência.

Art. 7º Os delegados da Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, representantes dos segmentos da sociedade civil, serão credenciados com antecedência, garantindo a participação dos representantes de cada segmento, com direito a voz e voto, conforme previsto no Edital de Convocação e o Regulamento da Conferência.

Art. 8º Os delegados dos órgãos governamentais na Conferência serão indicados pelos gestores estaduais, regionais e municipais de cada política setorial de atendimento à criança e ao adolescente, mediante ofício enviado ao CMDCA, no prazo de até 10 (dez) dias anteriores à realização da Conferência, garantindo a participação dos representantes das políticas setoriais que atuam direta ou indiretamente na defesa dos direitos da criança e do adolescente, com direito a voz e voto.

Art. 9º A finalidade da Conferência compreende:

- I – aprovar o Regimento da Conferência;
- II – conferir se houve a execução das propostas da Conferência Municipal anterior;
- III – avaliar, por meio de elaboração de diagnóstico, a realidade da criança e do adolescente

no Município;

IV – fixar as diretrizes gerais da política municipal da criança e do adolescente no biênio subsequente ao de sua realização;

V – eleger os representantes do Município para as Conferências realizadas com abrangência regional e/ou estadual;

VI – aprovar e dar publicidade às suas deliberações, por meio de resolução publicada pelo CMDCA.

Art. 10. O Regulamento e o Regimento da Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente disporão sobre sua organização e funcionamento:

I – O Regulamento disporá sobre a organização da Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

II – O Regimento disporá sobre o funcionamento da Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 11. Caberá ao Executivo Municipal garantir recursos do orçamento Municipal para custeio da Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

CAPÍTULO II

Do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA

SEÇÃO I

Da Criação e Vinculação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA

Art. 12. Fica instituído o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA como órgão deliberativo e controlador das ações da política municipal dos direitos da criança e do adolescente, assegurada a participação popular paritária por meio de organizações representativas, vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social.

§ 1º. O CMDCA contará com o apoio técnico, operacional e administrativo da equipe lotada na Secretaria Executiva dos Conselhos da Secretaria Municipal de Assistência Social – SEASO, que deverá ser composta por agente administrativo, estagiários e técnico, de nível superior, concursado, com conhecimentos e habilidades voltadas às políticas da área da Criança e do Adolescente, devidamente aprovado pelo CMDCA.

§ 2º. O Poder Executivo Municipal deverá oferecer estrutura física, equipamentos, materiais de expediente e funcionários do quadro do Município de Cascavel.

Art. 13. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA – será composto por 13 (treze) representantes governamentais e 13 (treze) representantes não governamentais indicados pelas Entidades não Governamentais eleitas, sendo que para cada titular haverá um suplente.

Art. 14. Os representantes governamentais serão os Secretários Municipais das pastas abaixo relacionadas ou outros representantes indicados por estes, dentre os servidores efetivos, preferencialmente com atuação e/ou formação na área de atendimento à Criança e ao Adolescente, os quais justificadamente poderão ser substituídos a qualquer tempo, sendo:

- I – 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Assistência Social;
- II – 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Saúde;
- III – 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação;
- IV – 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer;
- V – 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Finanças;



- VI – 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Cultura;
- VII – 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico;
- VIII – 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Administração;
- IX – 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Planejamento;
- X – 01 (um) representante da Secretaria Municipal Antidrogas;
- XI – 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Ação Comunitária;
- XII – 01 (um) representante do Núcleo Regional de Educação – NRE;
- XIII – 01 (um) representante de Entidades Universitárias Públicas.

Parágrafo único. Os Secretários Municipais titulares das pastas acima mencionadas são considerados membros natos e, caso não possam exercer as funções de conselheiro, ser-lhes-á facultado indicar um representante, desde que este tenha conhecimento técnico e das atribuições da Secretaria Municipal que representa.

Art. 15. As vagas destinadas às Entidades não Governamentais serão:

- I – 05 (cinco) para as Entidades não Governamentais de atendimento a criança e ao adolescente que estejam regularmente registradas no CMDCA;
- II – 02 (duas) para os Conselhos Escolares e Associações de Pais, Professores e Servidores – APPS e Associação de Pais, Mestres e Funcionários – APMF, vinculados à rede municipal, estadual e particular de educação;
- III – 01 (uma) para as Instituições Privadas de Ensino Superior;
- IV – 03 (três) para as Associações e/ou Entidades de Classe que tenham atuação direta ou indireta na política municipal dos direitos da criança e do adolescente;
- V – 02 (dois) representantes adolescentes entre 16 (dezesesseis) e 18 (dezoito) anos, organizados sob diversas formas (jurídica, política ou social), que tenham como objetivo a luta por seus direitos.

§ 1º. Na hipótese de o adolescente atingir a idade de 18 anos durante a gestão, ser-lhes-á facultada a continuidade do seu mandato até o término da gestão para a qual fora indicado.

§ 2º. As Entidades não Governamentais eleitas deverão indicar um representante que tenha preferencialmente atuação e/ou formação na área de atendimento ou defesa dos direitos da Criança e do Adolescente, sendo vedada a indicação de representante que exerça cargo em comissão ou de agente político no Executivo Municipal.

§ 3º. A Entidade não Governamental de atendimento à criança e ao adolescente, descrita no inciso I do *caput* deste artigo, perderá a vaga no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, quando tiver o registro ou a inscrição de seus programas suspenso pelo período superior a 06 (seis) meses, sem as providências necessárias para regularização e retomada da atividade.

§ 4º. Havendo vacância, a substituição da Entidade não Governamental se dará mediante a ascensão da Entidade suplente eleita em Fórum próprio e, no caso de não haver suplentes, o CMDCA emitirá Edital de convocação de eleição complementar.

§ 5º. Ficam impedidos de se tornarem membros do Conselho: Conselheiros Tutelares no exercício da função, autoridade judiciária, representantes do Ministério Público e da Defensoria Pública.

Seção II

Da Eleição do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Art. 16. O processo de eleição das Entidades não Governamentais do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente será realizado bianualmente até o mês de outubro em evento específico para este fim, sob fiscalização do Ministério Público.

§ 1º. As Entidades não Governamentais eleitas deverão indicar seus representantes até o 15º (décimo quinto) dia do mês de novembro do ano eleitoral.

§ 2º. A posse e o início do exercício da função dos representantes Governamentais e não Governamentais do CMDCA ocorrerá no dia 10 (dez) de dezembro, sendo facultada a realização de ato solene em data anterior à data de posse.

§ 3º. Enquanto não houver eleição da Mesa Diretiva, a presidência do CMDCA será exercida interinamente pelo conselheiro não governamental que tenha a maior idade.

§ 4º. O edital de convocação para as eleições das Entidades não Governamentais deverá ser publicado pelo CMDCA 60 (sessenta) dias antes do pleito.

§ 5º. Não havendo o preenchimento das vagas, caberá ao CMDCA reabrir edital para eleição complementar, após a eleição e a publicação de seu resultado.

Art. 17. O colégio eleitoral será formado por delegados indicados e/ou eleitos pelas Entidades não Governamentais abaixo relacionados:

- I – Entidades não Governamentais de atendimento à criança e ao adolescente que estejam regularmente registradas no CMDCA, exceto aquelas que estiverem com registro suspenso por indício de irregularidades;



II – Conselhos Escolares e Associações de Pais, Professores e Servidores – APPS, Associação de Pais, Mestres e Funcionários – APMF, vinculados às redes municipal, estadual e particular de educação;

III – Instituições Privadas de Ensino Superior;

IV – Associações e/ou Entidades de Classe que tenham atuação direta ou indireta na política municipal dos direitos da criança e do adolescente;

V – Representantes adolescentes entre 16 (dezesesseis) e 18 (dezoito) anos, organizados sob diversas formas (jurídica, política ou social) que tenham como objetivo a luta por seus direitos.

Parágrafo único. As entidades não governamentais citadas no *caput* deste artigo que tiverem interesse em pleitear uma vaga no CMDCA deverão apresentar sua candidatura por meio de ofício, de acordo com os prazos previstos no edital de convocação da eleição.

Art. 18. A eleição das Entidades não Governamentais para compor o CMDCA deverá ser precedida de comunicação formal ao Ministério Público Estadual.

§ 1º. A Assembleia de eleição será instalada, em primeira chamada, com 50% (cinquenta por cento) dos presentes com direito a voto; ou, em segunda chamada, após 10 (dez) minutos, com qualquer número.

§ 2º. O CMDCA expedirá Resolução de nomeação dos conselheiros indicados como representantes das Entidades não Governamentais e dos Órgãos Governamentais e, após sua publicação, dará posse.

Art. 19. A função de membro do CMDCA é considerada de interesse público relevante, não será remunerada e estabelecerá presunção de idoneidade moral, devendo o representante titular ou suplente, quando o estiver substituindo, prestar informações sobre as demandas e deliberações do CMDCA aos seus representados, garantindo assim a participação efetiva nas reuniões ordinárias, extraordinárias, em comissões temáticas e representações externas.

§ 1º. O exercício da função de Conselheiro Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente titular está condicionado à sua participação em reuniões ordinárias e extraordinárias e de, no mínimo, em uma Comissão Temática ou Intersetorial e, no caso de ausência justificada, deverá ser substituído pelo seu suplente.

§ 2º. O exercício da função de Conselheiro Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente suplente está condicionado à sua participação como convidado em reuniões ordinárias e extraordinárias ou em substituição ao conselheiro titular que tiver que se ausentar justificadamente.

Seção III Da Competência

Art. 20. Compete ao CMDCA:

I – Elaborar e aprovar o seu Regimento;

II – Conhecer a realidade do seu Município e elaborar o plano de ação anual do CMDCA e o plano de aplicação anual do Fundo da Infância e da Adolescência;

III – Difundir junto à sociedade local a concepção de criança e adolescente, como sujeitos de direitos e pessoas em situação especial de desenvolvimento, e o paradigma da proteção integral como prioridade absoluta nas políticas e no orçamento público;

IV – Estabelecer critérios, estratégias e meios de controle das ações governamentais e não governamentais dirigidas à infância e à adolescência, no âmbito do Município, que possam afetar suas deliberações;

V – Acompanhar, monitorar, propor e avaliar a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, fixando prioridades para a consecução das ações, a captação e a deliberação quanto à aplicação de recursos;

VI – Registrar as entidades não governamentais e inscrever os programas governamentais e não governamentais, de acordo com o que prevê o art. 90 da Lei Federal 8.069/1990;

VII – Articular junto ao Poder Executivo a previsão de instalação e implementação de novos Conselhos Tutelares de acordo com a ampliação da demanda, bem como previsão e orientações da legislação Federal vigente;

VIII – Deliberar, organizar, regulamentar e coordenar, bem como adotar todas as providências que julgar cabíveis, para a eleição dos membros do CMDCA;

IX – Dar posse aos conselheiros governamentais e não governamentais do CMDCA, nos termos do respectivo regimento e, quando declarado vago o posto, por deliberação da plenária do Conselho;

X – Deliberar, organizar, regulamentar e coordenar, bem como adotar todas as providências que julgar cabíveis para a eleição dos Conselheiros Tutelares do Município de Cascavel;

XI – Dar posse aos Conselheiros Tutelares do Município de Cascavel, com registro em ata e publicação no Órgão Oficial do Município de Cascavel;



XII – Receber e encaminhar aos órgãos competentes as petições, denúncias e reclamações formuladas por qualquer pessoa ou entidade, quando ocorrer ameaça ou violação de direitos assegurados em leis e na Constituição Federal, exigindo a adoção de medidas efetivas de proteção e reparação;

XIII – Participar de Comissões, de sindicância e processo administrativo disciplinar, para apurar eventual irregularidade e falta funcional praticada por Conselheiro Tutelar no exercício de suas funções;

XIV – Deliberar e controlar a aplicação dos recursos do Fundo Municipal da Infância e Adolescência – FIA, conforme Plano de Trabalho e Aplicação, fiscalizando sua respectiva execução;

XV – Articular, acompanhar, propor e deliberar sobre a elaboração, a aprovação e a execução do Plano Plurianual – PPA, da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e da Lei Orçamentária Anual – LOA, no âmbito da Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

XVI – Fixar critérios de utilização das verbas subsidiadas e demais receitas, aplicando necessariamente percentual para o incentivo ao acolhimento, sob a forma de guarda, de crianças e adolescentes em situação de risco, órfãos ou abandonados, na forma do disposto no art. 227, §3º, VI da Constituição Federal;

XVII – Acompanhar o Orçamento Criança e Adolescente – OCA, conforme o que dispõe o Tribunal de Contas;

XVIII – Articular, acompanhar, propor e deliberar sobre a elaboração de legislações municipais relacionadas à infância e à adolescência, oferecendo apoio e colaborando com os Poderes Legislativo e Executivo, no âmbito da sua competência;

XIX – Articular com outros órgãos executores de políticas públicas direcionadas à criança e ao adolescente e demais conselhos setoriais;

XX – Articular a efetivação do art. 4º do ECA, que dispõe: “é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos inerentes à vida, à justiça, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária”;

XXI – Instituir Comissões Temáticas necessárias para o melhor desempenho de suas funções, as quais têm caráter consultivo e vinculação ao CMDCA e indicar representantes para compor Comissões Intersetoriais;

XXII – Publicar todas as suas deliberações e Resoluções no Órgão Oficial do Município, seguindo o mesmo trâmite adotado para publicação dos demais atos do Poder Executivo Municipal;

XXIII – Articular, propor e deliberar sobre a elaboração do Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

XXIV – Articular, acompanhar, propor e deliberar sobre a execução e aplicabilidade do Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

XXV – Cumprir e executar as metas que lhe foram atribuídas no Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Seção IV

Do Mandato dos Conselheiros Municipais do CMDCA

Art. 21. O mandato dos Órgãos Governamentais e Entidades não Governamentais terá a duração de 02 (dois) anos.

§ 1º. Em caso de substituição de conselheiro, a entidade, a organização, a associação ou o poder público deverá comunicar oficialmente ao CMDCA, indicando novo representante.

§ 2º. Os conselheiros de direitos do CMDCA que concorrerem a pleito eleitoral de Conselheiro Tutelar ou para outros cargos públicos eletivos deverão requerer o afastamento de suas funções, no ato da inscrição.

§ 3º. O Regimento Interno do CMDCA disporá sobre a substituição de Conselheiros representantes dos Órgãos Governamentais e das Entidades não Governamentais.

Seção V

Da Estrutura e do Funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA

Art. 22. O CMDCA reunir-se-á na forma e na periodicidade estabelecidas no seu Regimento e terá a seguinte estrutura paritária de representantes Governamentais e não Governamentais:

I – Mesa Diretiva, composta por:

- a)** Presidente;
- b)** Vice-Presidente;
- c)** 1º Secretário.
- d)** 2º Secretário.

II – Comissões Temáticas Temporárias, Especiais e Permanentes;

III – Plenária;

IV – Secretaria Executiva.



Art. 23. A mesa diretiva será eleita pelo CMDCA, dentre os membros indicados pelos Órgãos Públicos e Entidades não Governamentais, no dia da posse dos Conselheiros de Direitos do CMDCA, em reunião plenária, com a presença de no mínimo 2/3 (dois terços) dos conselheiros.

§ 1º. Compete à mesa diretiva conduzir os trabalhos e organizar as pautas das plenárias;

§ 2º. A presidência deverá ser ocupada por conselheiro representante das entidades não governamentais.

§ 3º. A Mesa Diretiva excepcionalmente poderá tomar providências "AD REFERENDUM" em caráter urgente e individual, contudo deverá pautar o assunto na primeira Reunião Ordinária do Conselho para ratificação.

Art. 24. As Comissões Temáticas do CMDCA serão compostas pelo colegiado dos membros titulares e de suplentes quando estiverem substituindo o titular ou como convidado, e é facultada a participação de convidados, técnicos e especialistas.

Parágrafo único. As Comissões Temáticas terão caráter consultivo e ou propositivo e serão vinculadas ao CMDCA.

Art. 25. A Plenária do CMDCA é composta pelo colegiado dos membros titulares e de suplentes quando estiverem substituindo o titular, ou como convidados, sendo a instância máxima de deliberação e funcionará de acordo com o Regimento do CMDCA.

Capítulo III

Do Fundo Municipal da Infância e Adolescência – FIA

Seção I

Da Criação e Natureza do Fundo

Art. 26. Fica criado o Fundo Municipal da Infância e Adolescência – FIA, e caberá ao CMDCA deliberar e tornar públicos os recursos recebidos e sua partilha, por meio de Resoluções e de edital específico.

§ 1º. O Fundo Municipal da Infância e Adolescência – FIA tem por objetivo facilitar a captação, o repasse e a aplicação de recursos destinados ao desenvolvimento das ações de atendimento à criança e ao adolescente.

§ 2º. As ações de que trata o parágrafo anterior referem-se prioritariamente aos programas de proteção à criança e ao adolescente, em situação de risco social e pessoal, cuja necessidade de atenção extrapola o âmbito de atuação das políticas sociais básicas.

§ 3º. O Fundo Municipal da Infância e Adolescência – FIA será constituído:

I – Pela dotação consignada anualmente no orçamento do Município para atendimento à criança e ao adolescente;

II – Pelos recursos provenientes dos Conselhos Estadual e Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente;

III – Pelas doações, auxílios, contribuições e legados que lhe venham a ser destinados;

IV – Pelos valores provenientes de multas decorrentes de condenações em ações civis ou de imposição de penalidades administrativas, conforme previsto no art. 214 da Lei Federal 8.069/90;

V – Por outros recursos que lhe forem destinados;

VI – Pelas rendas eventuais, inclusive as resultantes de depósitos e aplicações de capitais;

Art. 27. O Fundo Municipal da Infância e Adolescência – FIA será regulamentado por Decreto expedido pelo Poder Executivo Municipal, no prazo de até 90 (noventa) dias após a vigência desta Lei, observadas as orientações do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA.

Art. 28. Gerenciamento do Fundo Municipal da Infância e Adolescência – FIA se dará da seguinte forma:

I – Pela Secretaria Municipal de Assistência Social, com a deliberação do CMDCA, à qual caberão as seguintes atribuições:

a) Administrar os recursos específicos para os programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente, segundo as Resoluções e Edital do CMDCA;

b) Autorizar a aplicação dos recursos em benefício da criança e do(a) adolescente, nos termos das Resoluções e Edital do CMDCA;

c) Encaminhar bimestralmente relatório financeiro da movimentação dos recursos alocados no Fundo, contendo justificativas das situações de descumprimento dos cronogramas de aplicação de recursos pelas Unidades Governamentais e Entidades não Governamentais beneficiadas.

II – Pela Secretaria Municipal de Finanças:

a) Registrar os recursos orçamentários, oriundos do Município ou a ele transferidos em benefício das crianças e dos adolescentes pelo Estado ou pela União;

b) Registrar os recursos captados pelo Município por meio de convênios ou de doações ao Fundo;



c) Manter o controle escritural das aplicações financeiras, levadas a efeito pelo Município, de acordo com a legislação vigente.

Art. 29. Poderão pleitear recursos do Fundo Municipal da Infância e Adolescência – FIA – as Unidades Governamentais e Entidades não Governamentais que estejam regularmente registradas e com seus programas inscritos no CMDCA, há no mínimo 1 (um) ano a contar da publicação da Resolução do CMDCA, com cadastro ativo para poder celebrar as parcerias e, eventualmente, receber recursos financeiros.

Art. 30. As deliberações concernentes à gestão e à administração do Fundo Municipal da Infância e Adolescência – FIA – serão executadas pela Secretaria Municipal de Assistência Social, sendo esta a responsável pela prestação de contas.

Capítulo IV **Do Conselho Tutelar**

Art. 31. O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do(a) adolescente, e é instituído e regulamentado por Lei específica, que dispõe sobre seu funcionamento, sua natureza, sua competência e suas atribuições.

Capítulo V

Das Unidades de Atendimento Governamentais e Entidades de Atendimento Não Governamentais

Seção I

Do Registro/ Inscrição/ Reavaliação e Renovação de Entidades e Programas não Governamentais e de Inscrição dos Programas das Unidades de Atendimento Governamentais

Art. 32. As Unidades Governamentais e Entidades não Governamentais que desenvolvem programas de atendimento a crianças, adolescentes e suas respectivas famílias, de acordo com o previsto no art. 90, bem como, no que couber, as medidas previstas nos artigos 101, 112 e 129 da Lei Federal 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA – e demais legislações correlatas, deverão proceder ao registro e inscrever seus programas, especificando os regimes de atendimento, na forma definida no art. 90 do ECA, junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA.

Art. 33. O CMDCA somente expedirá registro e inscrição dos programas de aprendizagem para atendimento de adolescentes de 14 (quatorze) a 18 (dezoito) anos.

Parágrafo único. As Entidades que requererem Registro/Inscrição deverão especificar os cursos e respectivos arcos ocupacionais e a faixa etária dos adolescentes atendidos no Plano de Trabalho.

Art. 34. As Entidades de atendimento são responsáveis pela manutenção das próprias unidades, assim como pelo planejamento e pela execução de programas de proteção e socioeducativos destinados a crianças e adolescentes, em regime de:

- I – Orientação e apoio sociofamiliar;
- II – Apoio socioeducativo em meio aberto;
- III – Colocação familiar;
- IV – Acolhimento Institucional;
- V – Prestação de serviço à comunidade – PSC;
- VI – Liberdade Assistida – LA.

Art. 35. O CMDCA não concederá registro/ inscrição de programas às entidades que desenvolvem apenas atendimento em modalidade educacional formal, tais como creche, pré-escola, ensinos fundamental e médio.

Art. 36. As entidades não governamentais e os programas não governamentais e governamentais somente poderão funcionar depois de registradas/ inscritos no CMDCA, o qual manterá registro das inscrições e de suas alterações, do que fará comunicação ao Conselho Tutelar, ao Ministério Público, à Vara da Infância e da Juventude, à Defensoria Pública e a Órgãos do Trabalho em relação às Entidades e Programas de Aprendizagem.

Art. 37. A obtenção de registro/inscrição, reavaliação e renovação junto ao CMDCA se dará com o cumprimento das exigências do Conselho, regulamentadas por meio de Resolução publicada oficialmente, a qual estabelecerá os documentos, prazos e fluxos para o pleito.

Parágrafo único. O CMDCA terá prazo de até 60 (sessenta) dias para deliberar sobre o pedido, a contar do protocolo da documentação.

Art. 38. A concessão de registro/inscrição terá validade de 04 (quatro) anos, a contar da data da publicação de Resolução do CMDCA, com emissão de Certificado de Registro/ inscrição.

Art. 39. Os programas em execução serão reavaliados anualmente pelo CMDCA, de acordo com as exigências estabelecidas pelo CMDCA por meio de Resolução, constituindo-se como critérios:

I – O efetivo respeito às regras e aos princípios desta Lei, bem como às Resoluções relativas à modalidade de atendimento prestado, expedidas pelo CMDCA, em todos os níveis;



II – A qualidade e a eficiência do trabalho desenvolvido, atestadas pelo Conselho Tutelar, pelo Ministério Público e pela Justiça da Infância e da Juventude;

III – Em se tratando de programas de acolhimento, institucional ou familiar, serão considerados os índices de sucesso na reintegração familiar ou na adaptação à família substituta, conforme o caso, assim como a adoção dos princípios do art. 92 – ECA – e de seu §7º, conforme o qual se dará especial atenção à atuação de educadores de referência estáveis e qualitativamente significativos, às rotinas específicas e ao atendimento das necessidades básicas, incluindo as de afeto, como prioritárias para crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos de idade;

IV – Em se tratando de programas de aprendizagem profissional para adolescentes, será considerado o cumprimento das exigências legais do Decreto Federal nº 8.740/2016, que altera o Decreto Federal nº 5.598/2005, para dispor sobre a experiência prática do aprendiz e quanto à seleção e priorização de adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade e risco social, suas alterações e demais legislações pertinentes.

Art. 40. Será indeferido o registro à Entidade não Governamental ou a inscrição de programa Governamental e não Governamental que:

I – não ofereça a apresentação da documentação exigida conforme Resolução do CMDCA;

II – ofereça instalações físicas em condições inadequadas de habitabilidade, higiene, salubridade, segurança e acessibilidade;

III – seus objetivos estatutários e seu Plano de Trabalho sejam incompatíveis com o Estatuto da Criança e do Adolescente e Política Setorial correspondente;

IV – esteja irregularmente constituída;

V – tenha em seus quadros pessoas inidôneas;

VI – apresente inadequações ou deixe de cumprir às Resoluções e Deliberações expedidas pelo CMDCA, relativas ao planejamento e à execução de programas de proteção e socioeducativos destinados a crianças e adolescentes e respectivos regimes de atendimento.

§ 1º. O indeferimento do pedido de registro/inscrição será comunicado à Entidade ou à Unidade Governamental por meio de ofício assinado pelo presidente do Conselho, cabendo recurso fundamentado em 15 (quinze) dias, contados da data da publicação oficial da deliberação do CMDCA.

§ 2º. Os recursos interpostos serão analisados pela Comissão de Registro, Inscrição, Validação e Renovação do CMDCA com emissão de parecer para apreciação e deliberação da plenária do Conselho, com prazo de 15 (quinze) dias.

§ 3º. Não caberá recurso das decisões da Plenária do Conselho de indeferimentos dos recursos previstos no §2º deste artigo.

Art. 41. Será suspenso o registro de Entidade não Governamental ou a inscrição de Unidade Governamental e de Programa que:

I – Atuar técnica e administrativamente em desacordo com o ECA e demais legislações correlatas;

II – Deixar de cumprir o Plano de Trabalho apresentado;

III – Descumprir as exigências legais decorrentes de transferência de recursos financeiros oriundos do Fundo Municipal da Infância e da Adolescência – FIA;

IV – Descumprir as disposições desta Lei e o previsto nos artigos 91, 92, 93 e 94 da Lei Federal nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente – e suas alterações;

§ 1º. O prazo de suspensão será de no mínimo 1 (um) mês e de no máximo 6 (seis) meses, por deliberação do CMDCA, subsidiado por parecer das Comissões de Registro/Inscrição, Validação e Renovação e de Monitoramento e Avaliação do CMDCA.

§ 2º. Durante o período de suspensão, caberá às Comissões de Registro/Inscrição, Validação e Renovação e de Monitoramento e Avaliação do CMDCA realizar o acompanhamento sistematizado da Entidade/Unidade, a fim de propor ao CMDCA os encaminhamentos necessários.

Art. 42. No caso de interrupção do funcionamento de Programas de atendimento a crianças e adolescentes, a Entidade ou Unidade Governamental deverá comunicar formalmente ao CMDCA, justificando a motivação, as alternativas e as perspectivas para garantia do atendimento das crianças e dos adolescentes.

Parágrafo único. A interrupção de funcionamento ensejará a suspensão pelo mesmo prazo previsto no art. 30, §1º desta Lei, ou cancelamento de registro/inscrição no CMDCA.

Art. 43. Será cancelado o registro de Entidade não Governamental ou a inscrição de Programas Governamentais e não Governamentais, quando:

I – ocorrer o processo de suspensão previsto nos art. 41 e §1º desta Lei;

II – tiver suas atividades suspensas por mais de 6 (seis) meses sem as providências necessárias para regularização e retomada da atividade;



Art. 44. Os casos de indeferimento, suspensão e cancelamento deverão ser informados pelo CMDCA ao Ministério Público, à Vara da Infância, aos Conselhos Tutelares, à Defensoria pública, a Órgãos da Política do Trabalho (quando couber), bem como à Secretaria Municipal responsável pela Política Municipal à qual a Entidade, a Unidade ou o Programa está vinculado e ao respectivo Conselho Municipal Setorial, imediatamente após a publicação formal.

Art. 45. Caberá às Secretarias Municipais prestar orientações técnicas às Entidades não Governamentais e Unidades Governamentais relativas à sua Política Municipal de atendimento, com vistas à obtenção de registro/inscrição, reavaliação e renovação no CMDCA.

Parágrafo único. As Secretarias Municipais deverão indicar ao CMDCA o técnico de referência que ficará responsável pela orientação das Unidades Governamentais e Entidades não Governamentais, o qual será responsável pela emissão de parecer relativo ao Plano de Trabalho.

Capítulo VI

Das Disposições Finais e Transitórias

Art. 46. O mandato do CMDCA – Gestão 2015/2017 será prorrogado até a posse da nova gestão, que ocorrerá no dia 10 de dezembro de 2017.

Art. 47. O CMDCA deverá elaborar o seu Regimento de funcionamento em no máximo 90 (noventa) dias após a publicação desta Lei.

Art. 48. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.


Art. 49. Revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei Municipal nº 6.278, de 11 de outubro de 2013, e a Lei Municipal nº 6.423, de 03 de dezembro de 2014..

Gabinete do Prefeito Municipal

Cascavel, 23 de agosto de 2017.


Hudson Marcio Moreschi Junior
Secretário Municipal de Assistência Social


Leonaldo Paranhos
Prefeito Municipal


Luciano Braga Côrtes
Secretário de Assuntos Jurídicos

LEI Nº 6.741 de 11 de agosto de 2017.

ALTERA DISPOSITIVO DA LEI MUNICIPAL N. 6.716, DE 17.5.2017.

A CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAVEL, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU, DE AUTORIA DO ILUSTRE VEREADOR POLICIAL MADRIL/PMB, E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Altera o §3º do art. 11 da Lei Municipal n. 3.261, de 2001, constante no artigo 1º da Lei Municipal n. 6.716, de 2017, que passa a vigorar com a seguinte redação:


“Art.11.....

§3º O desrespeito às regras impostas no §2º deste artigo implicará multa, cujo valor e aplicação serão baixados pelo órgão competente, conforme legislação em espécie.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação oficial.

Gabinete do Prefeito Municipal

Cascavel, 11 de agosto de 2017.


Alsir Pelissaro
Presidente – CETTRANS


Leonaldo Paranhos
Prefeito Municipal


Luciano Braga Côrtes
Secretário de Assuntos Jurídicos

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 17.790.860/0001-79 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 25/07/2012
NOME EMPRESARIAL FUNDO MUNICIPAL DA INFANCIA E ADOLESCENCIA - FIA			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) FUNDO MUNICIPAL DA INFANCIA E ADOLESCENCIA - FIA			PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 84.12-4-00 - Regulação das atividades de saúde, educação, serviços culturais e outros serviços sociais			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 84.11-6-00 - Administração pública em geral			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 133-3 - Fundo Público da Administração Direta Municipal			
LOGRADOURO R PARANA	NÚMERO 5000	COMPLEMENTO TERREO	
CEP 85.810-011	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO CASCADEL	UF PR
ENDEREÇO ELETRÔNICO contabilidade@cascavel.pr.gov.br		TELEFONE (45) 3321-2359/ (45) 3321-2016	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) MUNICÍPIO DE CASCADEL			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 25/07/2012	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **27/01/2021** às **14:32:16** (data e hora de Brasília).

Página: **1/1**



VALIDAÇÃO DE TEMAS TRANSVERSAIS : T5.6



ÓRGÃO OFICIAL ELETRÔNICO MUNICÍPIO DE CASCAVEL

Lei nº 5.571, de 23 de julho de 2010
Secretaria Municipal de Administração

MUNICIPIO DE
CASCAVEL:762088670001
07

Digitally signed by MUNICIPIO DE
CASCAVEL:76208867000107
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, st=PR, l=CASCAVEL, ou=Secretaria
da Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e-CNPJ A3,
ou=Autenticado por AR IESCAP PR, cn=MUNICIPIO DE
CASCAVEL:76208867000107
Date: 2017.08.24 16:16:07 -03'00'

ATOS DO PODER EXECUTIVO

LEI Nº 6.745 de 23 de agosto de 2017.

DISPÕE SOBRE A POLÍTICA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, DA CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAVEL, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU, COM EMENDA DO ILUSTRE VEREADOR FERNANDO HALLBERG/PPL, E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

TÍTULO I

Da política municipal dos direitos da criança e do adolescente

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e estabelece normas gerais para a sua adequada aplicação.

Art. 2º A política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente no Município de Cascavel far-se-á por meio de um conjunto articulado de ações governamentais e não governamentais, assegurando-se a proteção integral e a prioridade absoluta, conforme preconiza a Lei Federal 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.

Parágrafo único. As ações a que se refere o *caput* deste artigo serão implementadas por meio de:

- I – Políticas sociais básicas de educação, saúde, esporte, cultura, lazer e trabalho;
- II – Serviços, programas, projetos e benefícios de Assistência Social de garantia de proteção social e de prevenção e redução de violações de direitos, seus agravamentos ou reincidências;
- III – Serviços especiais de prevenção e atendimento médico e psicossocial às vítimas de negligência, maus tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão;
- IV – Serviço de identificação e localização de pais, responsáveis, crianças e adolescentes desaparecidos;
- V – Proteção jurídico-social por entidades de defesa dos direitos da criança e do adolescente;
- VI – Políticas e programas destinados a prevenir ou abreviar o período de afastamento do convívio familiar e a garantir o efetivo exercício do direito a convivência familiar de crianças e adolescentes;
- VII – Campanhas de sensibilização ao acolhimento sob forma de guarda de crianças e adolescentes afastados do convívio familiar e à adoção, especificamente inter-racial, de crianças ou de adolescentes com necessidades específicas de saúde ou com deficiências e de grupos de irmãos.

Art. 3º A política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á por meio de um conjunto articulado de ações governamentais e não governamentais, composta pela seguinte estrutura:

- I – Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- II – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA;
- III – Fundo Municipal da Infância e Adolescência – FIA;
- IV – Conselhos Tutelares;
- V – Unidades de atendimento Governamentais e Entidades de atendimento não Governamentais.

Capítulo I

Da Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Art. 4º Fica instituída a Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, espaço colegiado de caráter deliberativo, composta por delegados governamentais e não governamentais, diretamente ligados à defesa ou ao atendimento dos direitos da criança e do adolescente, todos devidamente credenciados, que se reunirão de acordo com calendário nacional e estadual, sob a coordenação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, mediante regimento próprio.

Parágrafo único. O CMDCA poderá convocar a Conferência extraordinariamente, por decisão da maioria absoluta de seus membros.

Art. 5º A Conferência será convocada pelo CMDCA, em período determinado pelos Órgãos competentes, por meio de edital de convocação, publicado com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, no qual constará o Regulamento da Conferência.

§ 1º. Para a realização da Conferência, o CMDCA constituirá comissão organizadora paritária, garantindo a participação de adolescentes e de convidados.

§ 2º. Em caso de não convocação por parte do CMDCA, dentro do prazo referido no *caput* deste artigo, a iniciativa caberá a 1/3 das entidades registradas no CMDCA, que formarão comissão paritária para organização e coordenação da Conferência.



Art. 6º O CMDCA fará a convocação da Conferência, a qual deverá ser amplamente divulgada nos principais meios de comunicação de massa, bem como por meio de convocação oficial às entidades, organizações e associações definidas no Regulamento da Conferência.

Art. 7º Os delegados da Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, representantes dos segmentos da sociedade civil, serão credenciados com antecedência, garantindo a participação dos representantes de cada segmento, com direito a voz e voto, conforme previsto no Edital de Convocação e o Regulamento da Conferência.

Art. 8º Os delegados dos órgãos governamentais na Conferência serão indicados pelos gestores estaduais, regionais e municipais de cada política setorial de atendimento à criança e ao adolescente, mediante ofício enviado ao CMDCA, no prazo de até 10 (dez) dias anteriores à realização da Conferência, garantindo a participação dos representantes das políticas setoriais que atuam direta ou indiretamente na defesa dos direitos da criança e do adolescente, com direito a voz e voto.

Art. 9º A finalidade da Conferência compreende:

- I – aprovar o Regimento da Conferência;
- II – conferir se houve a execução das propostas da Conferência Municipal anterior;
- III – avaliar, por meio de elaboração de diagnóstico, a realidade da criança e do adolescente

no Município;

IV – fixar as diretrizes gerais da política municipal da criança e do adolescente no biênio subsequente ao de sua realização;

V – eleger os representantes do Município para as Conferências realizadas com abrangência regional e/ou estadual;

VI – aprovar e dar publicidade às suas deliberações, por meio de resolução publicada pelo CMDCA.

Art. 10. O Regulamento e o Regimento da Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente disporão sobre sua organização e funcionamento:

I – O Regulamento disporá sobre a organização da Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

II – O Regimento disporá sobre o funcionamento da Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 11. Caberá ao Executivo Municipal garantir recursos do orçamento Municipal para custeio da Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

CAPÍTULO II

Do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do
Adolescente – CMDCA

SEÇÃO I

Da Criação e Vinculação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA

Art. 12. Fica instituído o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA como órgão deliberativo e controlador das ações da política municipal dos direitos da criança e do adolescente, assegurada a participação popular paritária por meio de organizações representativas, vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social.

§ 1º. O CMDCA contará com o apoio técnico, operacional e administrativo da equipe lotada na Secretaria Executiva dos Conselhos da Secretaria Municipal de Assistência Social – SEASO, que deverá ser composta por agente administrativo, estagiários e técnico, de nível superior, concursado, com conhecimentos e habilidades voltadas às políticas da área da Criança e do Adolescente, devidamente aprovado pelo CMDCA.

§ 2º. O Poder Executivo Municipal deverá oferecer estrutura física, equipamentos, materiais de expediente e funcionários do quadro do Município de Cascavel.

Art. 13. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA – será composto por 13 (treze) representantes governamentais e 13 (treze) representantes não governamentais indicados pelas Entidades não Governamentais eleitas, sendo que para cada titular haverá um suplente.

Art. 14. Os representantes governamentais serão os Secretários Municipais das pastas abaixo relacionadas ou outros representantes indicados por estes, dentre os servidores efetivos, preferencialmente com atuação e/ou formação na área de atendimento à Criança e ao Adolescente, os quais justificadamente poderão ser substituídos a qualquer tempo, sendo:

- I – 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Assistência Social;
- II – 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Saúde;
- III – 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação;
- IV – 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer;
- V – 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Finanças;



- VI – 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Cultura;
- VII – 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico;
- VIII – 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Administração;
- IX – 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Planejamento;
- X – 01 (um) representante da Secretaria Municipal Antidrogas;
- XI – 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Ação Comunitária;
- XII – 01 (um) representante do Núcleo Regional de Educação – NRE;
- XIII – 01 (um) representante de Entidades Universitárias Públicas.

Parágrafo único. Os Secretários Municipais titulares das pastas acima mencionadas são considerados membros natos e, caso não possam exercer as funções de conselheiro, ser-lhes-á facultado indicar um representante, desde que este tenha conhecimento técnico e das atribuições da Secretaria Municipal que representa.

Art. 15. As vagas destinadas às Entidades não Governamentais serão:

- I – 05 (cinco) para as Entidades não Governamentais de atendimento a criança e ao adolescente que estejam regularmente registradas no CMDCA;
- II – 02 (duas) para os Conselhos Escolares e Associações de Pais, Professores e Servidores – APPS e Associação de Pais, Mestres e Funcionários – APMF, vinculados à rede municipal, estadual e particular de educação;
- III – 01 (uma) para as Instituições Privadas de Ensino Superior;
- IV – 03 (três) para as Associações e/ou Entidades de Classe que tenham atuação direta ou indireta na política municipal dos direitos da criança e do adolescente;
- V – 02 (dois) representantes adolescentes entre 16 (dezesesseis) e 18 (dezoito) anos, organizados sob diversas formas (jurídica, política ou social), que tenham como objetivo a luta por seus direitos.

§ 1º. Na hipótese de o adolescente atingir a idade de 18 anos durante a gestão, ser-lhes-á facultada a continuidade do seu mandato até o término da gestão para a qual fora indicado.

§ 2º. As Entidades não Governamentais eleitas deverão indicar um representante que tenha preferencialmente atuação e/ou formação na área de atendimento ou defesa dos direitos da Criança e do Adolescente, sendo vedada a indicação de representante que exerça cargo em comissão ou de agente político no Executivo Municipal.

§ 3º. A Entidade não Governamental de atendimento à criança e ao adolescente, descrita no inciso I do *caput* deste artigo, perderá a vaga no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, quando tiver o registro ou a inscrição de seus programas suspenso pelo período superior a 06 (seis) meses, sem as providências necessárias para regularização e retomada da atividade.

§ 4º. Havendo vacância, a substituição da Entidade não Governamental se dará mediante a ascensão da Entidade suplente eleita em Fórum próprio e, no caso de não haver suplentes, o CMDCA emitirá Edital de convocação de eleição complementar.

§ 5º. Ficam impedidos de se tornarem membros do Conselho: Conselheiros Tutelares no exercício da função, autoridade judiciária, representantes do Ministério Público e da Defensoria Pública.

Seção II

Da Eleição do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Art. 16. O processo de eleição das Entidades não Governamentais do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente será realizado bianualmente até o mês de outubro em evento específico para este fim, sob fiscalização do Ministério Público.

§ 1º. As Entidades não Governamentais eleitas deverão indicar seus representantes até o 15º (décimo quinto) dia do mês de novembro do ano eleitoral.

§ 2º. A posse e o início do exercício da função dos representantes Governamentais e não Governamentais do CMDCA ocorrerá no dia 10 (dez) de dezembro, sendo facultada a realização de ato solene em data anterior à data de posse.

§ 3º. Enquanto não houver eleição da Mesa Diretiva, a presidência do CMDCA será exercida interinamente pelo conselheiro não governamental que tenha a maior idade.

§ 4º. O edital de convocação para as eleições das Entidades não Governamentais deverá ser publicado pelo CMDCA 60 (sessenta) dias antes do pleito.

§ 5º. Não havendo o preenchimento das vagas, caberá ao CMDCA reabrir edital para eleição complementar, após a eleição e a publicação de seu resultado.

Art. 17. O colégio eleitoral será formado por delegados indicados e/ou eleitos pelas Entidades não Governamentais abaixo relacionados:

- I – Entidades não Governamentais de atendimento à criança e ao adolescente que estejam regularmente registradas no CMDCA, exceto aquelas que estiverem com registro suspenso por indício de irregularidades;



II – Conselhos Escolares e Associações de Pais, Professores e Servidores – APPS, Associação de Pais, Mestres e Funcionários – APMF, vinculados às redes municipal, estadual e particular de educação;

III – Instituições Privadas de Ensino Superior;

IV – Associações e/ou Entidades de Classe que tenham atuação direta ou indireta na política municipal dos direitos da criança e do adolescente;

V – Representantes adolescentes entre 16 (dezesesseis) e 18 (dezoito) anos, organizados sob diversas formas (jurídica, política ou social) que tenham como objetivo a luta por seus direitos.

Parágrafo único. As entidades não governamentais citadas no *caput* deste artigo que tiverem interesse em pleitear uma vaga no CMDCA deverão apresentar sua candidatura por meio de ofício, de acordo com os prazos previstos no edital de convocação da eleição.

Art. 18. A eleição das Entidades não Governamentais para compor o CMDCA deverá ser precedida de comunicação formal ao Ministério Público Estadual.

§ 1º. A Assembleia de eleição será instalada, em primeira chamada, com 50% (cinquenta por cento) dos presentes com direito a voto; ou, em segunda chamada, após 10 (dez) minutos, com qualquer número.

§ 2º. O CMDCA expedirá Resolução de nomeação dos conselheiros indicados como representantes das Entidades não Governamentais e dos Órgãos Governamentais e, após sua publicação, dará posse.

Art. 19. A função de membro do CMDCA é considerada de interesse público relevante, não será remunerada e estabelecerá presunção de idoneidade moral, devendo o representante titular ou suplente, quando o estiver substituindo, prestar informações sobre as demandas e deliberações do CMDCA aos seus representados, garantindo assim a participação efetiva nas reuniões ordinárias, extraordinárias, em comissões temáticas e representações externas.

§ 1º. O exercício da função de Conselheiro Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente titular está condicionado à sua participação em reuniões ordinárias e extraordinárias e de, no mínimo, em uma Comissão Temática ou Intersetorial e, no caso de ausência justificada, deverá ser substituído pelo seu suplente.

§ 2º. O exercício da função de Conselheiro Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente suplente está condicionado à sua participação como convidado em reuniões ordinárias e extraordinárias ou em substituição ao conselheiro titular que tiver que se ausentar justificadamente.

Seção III Da Competência

Art. 20. Compete ao CMDCA:

I – Elaborar e aprovar o seu Regimento;

II – Conhecer a realidade do seu Município e elaborar o plano de ação anual do CMDCA e o plano de aplicação anual do Fundo da Infância e da Adolescência;

III – Difundir junto à sociedade local a concepção de criança e adolescente, como sujeitos de direitos e pessoas em situação especial de desenvolvimento, e o paradigma da proteção integral como prioridade absoluta nas políticas e no orçamento público;

IV – Estabelecer critérios, estratégias e meios de controle das ações governamentais e não governamentais dirigidas à infância e à adolescência, no âmbito do Município, que possam afetar suas deliberações;

V – Acompanhar, monitorar, propor e avaliar a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, fixando prioridades para a consecução das ações, a captação e a deliberação quanto à aplicação de recursos;

VI – Registrar as entidades não governamentais e inscrever os programas governamentais e não governamentais, de acordo com o que prevê o art. 90 da Lei Federal 8.069/1990;

VII – Articular junto ao Poder Executivo a previsão de instalação e implementação de novos Conselhos Tutelares de acordo com a ampliação da demanda, bem como previsão e orientações da legislação Federal vigente;

VIII – Deliberar, organizar, regulamentar e coordenar, bem como adotar todas as providências que julgar cabíveis, para a eleição dos membros do CMDCA;

IX – Dar posse aos conselheiros governamentais e não governamentais do CMDCA, nos termos do respectivo regimento e, quando declarado vago o posto, por deliberação da plenária do Conselho;

X – Deliberar, organizar, regulamentar e coordenar, bem como adotar todas as providências que julgar cabíveis para a eleição dos Conselheiros Tutelares do Município de Cascavel;

XI – Dar posse aos Conselheiros Tutelares do Município de Cascavel, com registro em ata e publicação no Órgão Oficial do Município de Cascavel;



XII – Receber e encaminhar aos órgãos competentes as petições, denúncias e reclamações formuladas por qualquer pessoa ou entidade, quando ocorrer ameaça ou violação de direitos assegurados em leis e na Constituição Federal, exigindo a adoção de medidas efetivas de proteção e reparação;

XIII – Participar de Comissões, de sindicância e processo administrativo disciplinar, para apurar eventual irregularidade e falta funcional praticada por Conselheiro Tutelar no exercício de suas funções;

XIV – Deliberar e controlar a aplicação dos recursos do Fundo Municipal da Infância e Adolescência – FIA, conforme Plano de Trabalho e Aplicação, fiscalizando sua respectiva execução;

XV – Articular, acompanhar, propor e deliberar sobre a elaboração, a aprovação e a execução do Plano Plurianual – PPA, da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e da Lei Orçamentária Anual – LOA, no âmbito da Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

XVI – Fixar critérios de utilização das verbas subsidiadas e demais receitas, aplicando necessariamente percentual para o incentivo ao acolhimento, sob a forma de guarda, de crianças e adolescentes em situação de risco, órfãos ou abandonados, na forma do disposto no art. 227, §3º, VI da Constituição Federal;

XVII – Acompanhar o Orçamento Criança e Adolescente – OCA, conforme o que dispõe o Tribunal de Contas;

XVIII – Articular, acompanhar, propor e deliberar sobre a elaboração de legislações municipais relacionadas à infância e à adolescência, oferecendo apoio e colaborando com os Poderes Legislativo e Executivo, no âmbito da sua competência;

XIX – Articular com outros órgãos executores de políticas públicas direcionadas à criança e ao adolescente e demais conselhos setoriais;

XX – Articular a efetivação do art. 4º do ECA, que dispõe: “é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos inerentes à vida, à justiça, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária”;

XXI – Instituir Comissões Temáticas necessárias para o melhor desempenho de suas funções, as quais têm caráter consultivo e vinculação ao CMDCA e indicar representantes para compor Comissões Intersetoriais;

XXII – Publicar todas as suas deliberações e Resoluções no Órgão Oficial do Município, seguindo o mesmo trâmite adotado para publicação dos demais atos do Poder Executivo Municipal;

XXIII – Articular, propor e deliberar sobre a elaboração do Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

XXIV – Articular, acompanhar, propor e deliberar sobre a execução e aplicabilidade do Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

XXV – Cumprir e executar as metas que lhe foram atribuídas no Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Seção IV

Do Mandato dos Conselheiros Municipais do CMDCA

Art. 21. O mandato dos Órgãos Governamentais e Entidades não Governamentais terá a duração de 02 (dois) anos.

§ 1º. Em caso de substituição de conselheiro, a entidade, a organização, a associação ou o poder público deverá comunicar oficialmente ao CMDCA, indicando novo representante.

§ 2º. Os conselheiros de direitos do CMDCA que concorrerem a pleito eleitoral de Conselheiro Tutelar ou para outros cargos públicos eletivos deverão requerer o afastamento de suas funções, no ato da inscrição.

§ 3º. O Regimento Interno do CMDCA disporá sobre a substituição de Conselheiros representantes dos Órgãos Governamentais e das Entidades não Governamentais.

Seção V

Da Estrutura e do Funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA

Art. 22. O CMDCA reunir-se-á na forma e na periodicidade estabelecidas no seu Regimento e terá a seguinte estrutura paritária de representantes Governamentais e não Governamentais:

- I – Mesa Diretiva, composta por:
 - a) Presidente;
 - b) Vice-Presidente;
 - c) 1º Secretário.
 - d) 2º Secretário.
- II – Comissões Temáticas Temporárias, Especiais e Permanentes;
- III – Plenária;
- IV – Secretaria Executiva.



Art. 23. A mesa diretiva será eleita pelo CMDCA, dentre os membros indicados pelos Órgãos Públicos e Entidades não Governamentais, no dia da posse dos Conselheiros de Direitos do CMDCA, em reunião plenária, com a presença de no mínimo 2/3 (dois terços) dos conselheiros.

§ 1º. Compete à mesa diretiva conduzir os trabalhos e organizar as pautas das plenárias;

§ 2º. A presidência deverá ser ocupada por conselheiro representante das entidades não governamentais.

§ 3º. A Mesa Diretiva excepcionalmente poderá tomar providências "AD REFERENDUM" em caráter urgente e individual, contudo deverá pautar o assunto na primeira Reunião Ordinária do Conselho para ratificação.

Art. 24. As Comissões Temáticas do CMDCA serão compostas pelo colegiado dos membros titulares e de suplentes quando estiverem substituindo o titular ou como convidado, e é facultada a participação de convidados, técnicos e especialistas.

Parágrafo único. As Comissões Temáticas terão caráter consultivo e ou propositivo e serão vinculadas ao CMDCA.

Art. 25. A Plenária do CMDCA é composta pelo colegiado dos membros titulares e de suplentes quando estiverem substituindo o titular, ou como convidados, sendo a instância máxima de deliberação e funcionará de acordo com o Regimento do CMDCA.

Capítulo III

Do Fundo Municipal da Infância e Adolescência – FIA

Seção I

Da Criação e Natureza do Fundo

Art. 26. Fica criado o Fundo Municipal da Infância e Adolescência – FIA, e caberá ao CMDCA deliberar e tornar públicos os recursos recebidos e sua partilha, por meio de Resoluções e de edital específico.

§ 1º. O Fundo Municipal da Infância e Adolescência – FIA tem por objetivo facilitar a captação, o repasse e a aplicação de recursos destinados ao desenvolvimento das ações de atendimento à criança e ao adolescente.

§ 2º. As ações de que trata o parágrafo anterior referem-se prioritariamente aos programas de proteção à criança e ao adolescente, em situação de risco social e pessoal, cuja necessidade de atenção extrapola o âmbito de atuação das políticas sociais básicas.

§ 3º. O Fundo Municipal da Infância e Adolescência – FIA será constituído:

I – Pela dotação consignada anualmente no orçamento do Município para atendimento à criança e ao adolescente;

II – Pelos recursos provenientes dos Conselhos Estadual e Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente;

III – Pelas doações, auxílios, contribuições e legados que lhe venham a ser destinados;

IV – Pelos valores provenientes de multas decorrentes de condenações em ações civis ou de imposição de penalidades administrativas, conforme previsto no art. 214 da Lei Federal 8.069/90;

V – Por outros recursos que lhe forem destinados;

VI – Pelas rendas eventuais, inclusive as resultantes de depósitos e aplicações de capitais;

Art. 27. O Fundo Municipal da Infância e Adolescência – FIA será regulamentado por Decreto expedido pelo Poder Executivo Municipal, no prazo de até 90 (noventa) dias após a vigência desta Lei, observadas as orientações do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA.

Art. 28. Gerenciamento do Fundo Municipal da Infância e Adolescência – FIA se dará da seguinte forma:

I – Pela Secretaria Municipal de Assistência Social, com a deliberação do CMDCA, à qual caberão as seguintes atribuições:

a) Administrar os recursos específicos para os programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente, segundo as Resoluções e Edital do CMDCA;

b) Autorizar a aplicação dos recursos em benefício da criança e do(a) adolescente, nos termos das Resoluções e Edital do CMDCA;

c) Encaminhar bimestralmente relatório financeiro da movimentação dos recursos alocados no Fundo, contendo justificativas das situações de descumprimento dos cronogramas de aplicação de recursos pelas Unidades Governamentais e Entidades não Governamentais beneficiadas.

II – Pela Secretaria Municipal de Finanças:

a) Registrar os recursos orçamentários, oriundos do Município ou a ele transferidos em benefício das crianças e dos adolescentes pelo Estado ou pela União;

b) Registrar os recursos captados pelo Município por meio de convênios ou de doações ao Fundo;



c) Manter o controle escritural das aplicações financeiras, levadas a efeito pelo Município, de acordo com a legislação vigente.

Art. 29. Poderão pleitear recursos do Fundo Municipal da Infância e Adolescência – FIA – as Unidades Governamentais e Entidades não Governamentais que estejam regularmente registradas e com seus programas inscritos no CMDCA, há no mínimo 1 (um) ano a contar da publicação da Resolução do CMDCA, com cadastro ativo para poder celebrar as parcerias e, eventualmente, receber recursos financeiros.

Art. 30. As deliberações concernentes à gestão e à administração do Fundo Municipal da Infância e Adolescência – FIA – serão executadas pela Secretaria Municipal de Assistência Social, sendo esta a responsável pela prestação de contas.

Capítulo IV Do Conselho Tutelar

Art. 31. O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do(a) adolescente, e é instituído e regulamentado por Lei específica, que dispõe sobre seu funcionamento, sua natureza, sua competência e suas atribuições.

Capítulo V

Das Unidades de Atendimento Governamentais e Entidades de Atendimento Não Governamentais

Seção I

Do Registro/ Inscrição/ Reavaliação e Renovação de Entidades e Programas não Governamentais e de Inscrição dos Programas das Unidades de Atendimento Governamentais

Art. 32. As Unidades Governamentais e Entidades não Governamentais que desenvolvem programas de atendimento a crianças, adolescentes e suas respectivas famílias, de acordo com o previsto no art. 90, bem como, no que couber, as medidas previstas nos artigos 101, 112 e 129 da Lei Federal 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA – e demais legislações correlatas, deverão proceder ao registro e inscrever seus programas, especificando os regimes de atendimento, na forma definida no art. 90 do ECA, junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA.

Art. 33. O CMDCA somente expedirá registro e inscrição dos programas de aprendizagem para atendimento de adolescentes de 14 (quatorze) a 18 (dezoito) anos.

Parágrafo único. As Entidades que requererem Registro/Inscrição deverão especificar os cursos e respectivos arcos ocupacionais e a faixa etária dos adolescentes atendidos no Plano de Trabalho.

Art. 34. As Entidades de atendimento são responsáveis pela manutenção das próprias unidades, assim como pelo planejamento e pela execução de programas de proteção e socioeducativos destinados a crianças e adolescentes, em regime de:

- I – Orientação e apoio sociofamiliar;
- II – Apoio socioeducativo em meio aberto;
- III – Colocação familiar;
- IV – Acolhimento Institucional;
- V – Prestação de serviço à comunidade – PSC;
- VI – Liberdade Assistida – LA.

Art. 35. O CMDCA não concederá registro/ inscrição de programas às entidades que desenvolvem apenas atendimento em modalidade educacional formal, tais como creche, pré-escola, ensinos fundamental e médio.

Art. 36. As entidades não governamentais e os programas não governamentais e governamentais somente poderão funcionar depois de registradas/ inscritos no CMDCA, o qual manterá registro das inscrições e de suas alterações, do que fará comunicação ao Conselho Tutelar, ao Ministério Público, à Vara da Infância e da Juventude, à Defensoria Pública e a Órgãos do Trabalho em relação às Entidades e Programas de Aprendizagem.

Art. 37. A obtenção de registro/inscrição, reavaliação e renovação junto ao CMDCA se dará com o cumprimento das exigências do Conselho, regulamentadas por meio de Resolução publicada oficialmente, a qual estabelecerá os documentos, prazos e fluxos para o pleito.

Parágrafo único. O CMDCA terá prazo de até 60 (sessenta) dias para deliberar sobre o pedido, a contar do protocolo da documentação.

Art. 38. A concessão de registro/inscrição terá validade de 04 (quatro) anos, a contar da data da publicação de Resolução do CMDCA, com emissão de Certificado de Registro/ inscrição.

Art. 39. Os programas em execução serão reavaliados anualmente pelo CMDCA, de acordo com as exigências estabelecidas pelo CMDCA por meio de Resolução, constituindo-se como critérios:

I – O efetivo respeito às regras e aos princípios desta Lei, bem como às Resoluções relativas à modalidade de atendimento prestado, expedidas pelo CMDCA, em todos os níveis;



II – A qualidade e a eficiência do trabalho desenvolvido, atestadas pelo Conselho Tutelar, pelo Ministério Público e pela Justiça da Infância e da Juventude;

III – Em se tratando de programas de acolhimento, institucional ou familiar, serão considerados os índices de sucesso na reintegração familiar ou na adaptação à família substituta, conforme o caso, assim como a adoção dos princípios do art. 92 – ECA – e de seu §7º, conforme o qual se dará especial atenção à atuação de educadores de referência estáveis e qualitativamente significativos, às rotinas específicas e ao atendimento das necessidades básicas, incluindo as de afeto, como prioritárias para crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos de idade;

IV – Em se tratando de programas de aprendizagem profissional para adolescentes, será considerado o cumprimento das exigências legais do Decreto Federal nº 8.740/2016, que altera o Decreto Federal nº 5.598/2005, para dispor sobre a experiência prática do aprendiz e quanto à seleção e priorização de adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade e risco social, suas alterações e demais legislações pertinentes.

Art. 40. Será indeferido o registro à Entidade não Governamental ou a inscrição de programa Governamental e não Governamental que:

I – não ofereça a apresentação da documentação exigida conforme Resolução do CMDCA;

II – ofereça instalações físicas em condições inadequadas de habitabilidade, higiene, salubridade, segurança e acessibilidade;

III – seus objetivos estatutários e seu Plano de Trabalho sejam incompatíveis com o Estatuto da Criança e do Adolescente e Política Setorial correspondente;

IV – esteja irregularmente constituída;

V – tenha em seus quadros pessoas inidôneas;

VI – apresente inadequações ou deixe de cumprir às Resoluções e Deliberações expedidas pelo CMDCA, relativas ao planejamento e à execução de programas de proteção e socioeducativos destinados a crianças e adolescentes e respectivos regimes de atendimento.

§ 1º. O indeferimento do pedido de registro/inscrição será comunicado à Entidade ou à Unidade Governamental por meio de ofício assinado pelo presidente do Conselho, cabendo recurso fundamentado em 15 (quinze) dias, contados da data da publicação oficial da deliberação do CMDCA.

§ 2º. Os recursos interpostos serão analisados pela Comissão de Registro, Inscrição, Validação e Renovação do CMDCA com emissão de parecer para apreciação e deliberação da plenária do Conselho, com prazo de 15 (quinze) dias.

§ 3º. Não caberá recurso das decisões da Plenária do Conselho de indeferimentos dos recursos previstos no §2º deste artigo.

Art. 41. Será suspenso o registro de Entidade não Governamental ou a inscrição de Unidade Governamental e de Programa que:

I – Atuar técnica e administrativamente em desacordo com o ECA e demais legislações correlatas;

II – Deixar de cumprir o Plano de Trabalho apresentado;

III – Descumprir as exigências legais decorrentes de transferência de recursos financeiros oriundos do Fundo Municipal da Infância e da Adolescência – FIA;

IV – Descumprir as disposições desta Lei e o previsto nos artigos 91, 92, 93 e 94 da Lei Federal nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente – e suas alterações;

§ 1º. O prazo de suspensão será de no mínimo 1 (um) mês e de no máximo 6 (seis) meses, por deliberação do CMDCA, subsidiado por parecer das Comissões de Registro/Inscrição, Validação e Renovação e de Monitoramento e Avaliação do CMDCA.

§ 2º. Durante o período de suspensão, caberá às Comissões de Registro/Inscrição, Validação e Renovação e de Monitoramento e Avaliação do CMDCA realizar o acompanhamento sistematizado da Entidade/Unidade, a fim de propor ao CMDCA os encaminhamentos necessários.

Art. 42. No caso de interrupção do funcionamento de Programas de atendimento a crianças e adolescentes, a Entidade ou Unidade Governamental deverá comunicar formalmente ao CMDCA, justificando a motivação, as alternativas e as perspectivas para garantia do atendimento das crianças e dos adolescentes.

Parágrafo único. A interrupção de funcionamento ensejará a suspensão pelo mesmo prazo previsto no art. 30, §1º desta Lei, ou cancelamento de registro/inscrição no CMDCA.

Art. 43. Será cancelado o registro de Entidade não Governamental ou a inscrição de Programas Governamentais e não Governamentais, quando:

I – ocorrer o processo de suspensão previsto nos art. 41 e §1º desta Lei;

II – tiver suas atividades suspensas por mais de 6 (seis) meses sem as providências necessárias para regularização e retomada da atividade;



Art. 44. Os casos de indeferimento, suspensão e cancelamento deverão ser informados pelo CMDCA ao Ministério Público, à Vara da Infância, aos Conselhos Tutelares, à Defensoria pública, a Órgãos da Política do Trabalho (quando couber), bem como à Secretaria Municipal responsável pela Política Municipal à qual a Entidade, a Unidade ou o Programa está vinculado e ao respectivo Conselho Municipal Setorial, imediatamente após a publicação formal.

Art. 45. Caberá às Secretarias Municipais prestar orientações técnicas às Entidades não Governamentais e Unidades Governamentais relativas à sua Política Municipal de atendimento, com vistas à obtenção de registro/inscrição, reavaliação e renovação no CMDCA.

Parágrafo único. As Secretarias Municipais deverão indicar ao CMDCA o técnico de referência que ficará responsável pela orientação das Unidades Governamentais e Entidades não Governamentais, o qual será responsável pela emissão de parecer relativo ao Plano de Trabalho.

Capítulo VI

Das Disposições Finais e Transitórias

Art. 46. O mandato do CMDCA – Gestão 2015/2017 será prorrogado até a posse da nova gestão, que ocorrerá no dia 10 de dezembro de 2017.

Art. 47. O CMDCA deverá elaborar o seu Regimento de funcionamento em no máximo 90 (noventa) dias após a publicação desta Lei.

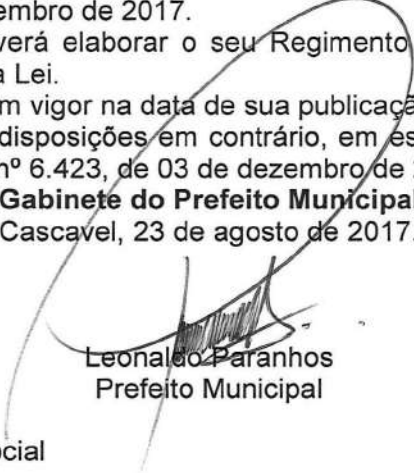
Art. 48. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.


Art. 49. Revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei Municipal nº 6.278, de 11 de outubro de 2013, e a Lei Municipal nº 6.423, de 03 de dezembro de 2014..

Gabinete do Prefeito Municipal

Cascavel, 23 de agosto de 2017.


Hudson Marcio Moreschi Junior
Secretário Municipal de Assistência Social


Leonaldo Paranhos
Prefeito Municipal


Luciano Braga Côrtes
Secretário de Assuntos Jurídicos

LEI Nº 6.741 de 11 de agosto de 2017.

ALTERA DISPOSITIVO DA LEI MUNICIPAL N. 6.716, DE 17.5.2017.

A CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAVEL, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU, DE AUTORIA DO ILUSTRE VEREADOR POLICIAL MADRIL/PMB, E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Altera o §3º do art. 11 da Lei Municipal n. 3.261, de 2001, constante no artigo 1º da Lei Municipal n. 6.716, de 2017, que passa a vigorar com a seguinte redação:


“Art.11.....

§3º O desrespeito às regras impostas no §2º deste artigo implicará multa, cujo valor e aplicação serão baixados pelo órgão competente, conforme legislação em espécie.”


Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação oficial.

Gabinete do Prefeito Municipal

Cascavel, 11 de agosto de 2017.


Alsir Pelissaro
Presidente – CETTRANS


Leonaldo Paranhos
Prefeito Municipal


Luciano Braga Côrtes
Secretário de Assuntos Jurídicos

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 17.790.860/0001-79 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 25/07/2012
NOME EMPRESARIAL FUNDO MUNICIPAL DA INFANCIA E ADOLESCENCIA - FIA			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) FUNDO MUNICIPAL DA INFANCIA E ADOLESCENCIA - FIA			PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 84.12-4-00 - Regulação das atividades de saúde, educação, serviços culturais e outros serviços sociais			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 84.11-6-00 - Administração pública em geral			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 133-3 - Fundo Público da Administração Direta Municipal			
LOGRADOURO R PARANA	NÚMERO 5000	COMPLEMENTO TERREO	
CEP 85.810-011	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO CASCADEL	UF PR
ENDEREÇO ELETRÔNICO contabilidade@cascavel.pr.gov.br		TELEFONE (45) 3321-2359/ (45) 3321-2016	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) MUNICÍPIO DE CASCADEL			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 25/07/2012	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **27/01/2021** às **14:32:16** (data e hora de Brasília).

Página: **1/1**



VALIDAÇÃO DE TEMAS TRANSVERSAIS : T5.8



Legislação e Regularização Urbana

Relação de Leis Municipais e Endereço para Consulta

- 1- Plano Diretor – Lei Complementar 91/2017

<https://leismunicipais.com.br/a1/plano-diretor-cascavel-pr>

- 2- Lei de Uso do Solo - 6696/2017

<https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/cascavel/lei-ordinaria/2017/669/6696/lei-ordinaria-n-6696-2017-dispoe-sobre-o-uso-do-solo-no-municipio-de-cascavel>

- 3- Lei de Parcelamento do Solo - 6697/2017

<https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/cascavel/lei-ordinaria/2017/669/6697/lei-ordinaria-n-6697-2017-estabelece-o-sistema-de-parcelamento-e-unificacao-do-solo-para-fins-urbanos-no-municipio-de-cascavel-e-da-outras-providencias>

- 4- Lei de Perímetro Urbano – 6685/2008

<https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/cascavel/lei-ordinaria/2018/688/6685/lei-ordinaria-n-6685-2018-estabelece-o-perimetro-urbano-da-cidade-de-cascavel-e-revoga-a-lei-n-6577-de-25-de-fevereiro-de-2016-a-lei-n-5706-de-23-de-novembro-de-2010-a-lei-n-6125-de-26-de-setembro-de-2012-e-a-lei-n-6170-de-26-de-dezembro-de-2012>

- 5- Lei dos Instrumentos da Política Urbana - 6698/2017

<https://leismunicipais.com.br/a1/pr/c/cascavel/lei-ordinaria/2017/669/6698/lei-ordinaria-n-6698-2017-regulamenta-a-aplicacao-dos-instrumentos-da-politica-urbana>

- 6- Lei do Sistema Viário - 6700/2017

<https://leismunicipais.com.br/a1/pr/c/cascavel/lei-ordinaria/2017/670/6700/lei-ordinaria-n-6700-2017-dispoe-sobre-o-sistema-viario-basico-do-distrito-sede-das-sedes-dos-distritos-administrativos-e-da-area-rural-do-municipio-de-cascavel>



7- Lei do Código de Obras - 6699/2017

<https://leismunicipais.com.br/a1/pr/c/cascavel/lei-ordinaria/2017/670/6700/lei-ordinaria-n-6700-2017-dispoe-sobre-o-sistema-viario-basico-do-distrito-sede-das-sedes-dos-distritos-administrativos-e-da-area-rural-do-municipio-de-cascavel>

8- Lei de Calçadas – 5744/2011

<https://leismunicipais.com.br/a1/pr/c/cascavel/lei-ordinaria/2011/574/5744/lei-ordinaria-n-5744-2011-cria-o-programa-calçadas-de-cascavel-regulamentando-o-art-134-do-codigo-de-posturas-do-municipio-e-art-47-do-codigo-de-obras-do-municipio>

9- Lei do Código de Posturas- 6706/2017

<https://leismunicipais.com.br/a1/pr/c/cascavel/lei-ordinaria/2017/670/6706/lei-ordinaria-n-6706-2017-dispoe-sobre-o-codigo-de-posturas-do-municipio-de-cascavel-pr-e-da-outras-providencias>

10-Lei do Conselho das Cidades – 6021/2012

<https://leismunicipais.com.br/a1/pr/c/cascavel/lei-ordinaria/2012/602/6021/lei-ordinaria-n-6021-2012-dispoe-sobre-a-unificacao-dos-conselhos-municipal-de-planejamento-e-habitacao-constituindo-concidade-cascavel-conselho-municipal-da-cidade-reorganiza-o-fundo-municipal-de-habitacao-fmh-e-cria-o-conselho-gestor-do-fundo-municipal-de-habitacao-e-da-outras-providencias>

11-Plano Municipal de Habitação - 6063/2012

<https://leismunicipais.com.br/a1/pr/c/cascavel/lei-ordinaria/2012/606/6063/lei-ordinaria-n-6063-2012-estabelece-a-politica-habitacional-no-municipio-de-cascavel-instituida-pelo-plano-municipal-de-habitacao-e-da-outras-providencias>

12-Plano Municipal Viário e de Transportes (Em revisão: Plano de Mobilidade)-
6062/2012

<https://leismunicipais.com.br/a1/pr/c/cascavel/lei-ordinaria/2012/607/6062/lei-ordinaria-n-6062-2012-aprova-o-plano-municipal-viario-e-de-transportes-de-cascavel>



VALIDAÇÃO DE TEMAS TRANSVERSAIS : T5.9



IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DIRETOR

Trabalho atuante realizado pelo **CONCIDADES** órgão colegiado, deliberativo, fiscalizador, propositivo, orientador e consultivo, integrante da estrutura do Instituto de Planejamento de Cascavel - IPC, com a finalidade de estudar e propor as diretrizes para a formulação e a implementação da Política de Desenvolvimento do Município, bem como acompanhar e avaliar a sua execução.

Lei 6021/2012 - CONCIDADES

<https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/cascavel/lei-ordinaria/2012/602/6021/lei-ordinaria-n-6021-2012-dispoe-sobre-a-unificacao-dos-conselhos-municipal-de-planejamento-e-habitacao-constituindo-concidade-cascavel-conselho-municipal-da-cidade-reorganiza-o-fundo-municipal-de-habitacao-fmh-e-cria-o-conselho-gestor-do-fundo-municipal-de-habitacao-e-da-outras-providencias>

IPC (Instituto de Planejamento de Cascavel) - Intituído pela lei 6791/2017

<https://cascavel.atende.net/?pg=subportal&chave=11>

- **Decreto 15231/2020** - INSTITUI O PLANO DE AÇÃO E INVESTIMENTOS (PAI) DO PLANO DIRETOR DE CASCATEL.

<https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/cascavel/decreto/2020/1524/15231/decreto-n-15231-2020-institui-o-plano-de-acao-e-investimentos-pai-do-plano-diretor-de-cascavel>



VALIDAÇÃO DE TEMAS TRANSVERSAIS : T5.12



O município tem atuado no intuito de implementar mecanismos inovadores de financiamento Urbano , um exemplo disso é a Legislação que visa regulamentar o IPTU Progressivo.

Lei dos Instrumentos da Política Urbana - 6698/2017

<https://leismunicipais.com.br/a1/pr/c/cascavel/lei-ordinaria/2017/669/6698/lei-ordinaria-n-6698-2017-regulamenta-a-aplicacao-dos-instrumentos-da-politica-urbana>

Também Institui periodicamente **Programa de Recuperação Fiscal** no Município:

<https://marangehlen.adv.br/midia/prefeitura-de-cascavel-pr-institui-o-refic-2019/>

Possui **código tributário municipal** instituído

<https://leismunicipais.com.br/codigo-tributario-cascavel-pr>